

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAPHAEL FERNANDES XAVIER DUARTE

**O PT NA ENCRUZILHADA: ENTRE O DESEJO DE MUDANÇA E A ADAPTAÇÃO  
À ORDEM**

NITERÓI

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAPHAEL FERNANDES XAVIER DUARTE

**O PT NA ENCRUZILHADA: ENTRE O DESEJO DE MUDANÇA E A ADAPTAÇÃO  
À ORDEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreiras

NITERÓI

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAPHAEL FERNANDES XAVIER DUARTE

**O PT NA ENCRUZILHADA: ENTRE O DESEJO DE MUDANÇA E A ADAPTAÇÃO  
À ORDEM**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Norberto Ferreras (Orientador)

Universidade Federal Fluminense

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Guilherme Carloni

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Alexandre Fortes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**NITERÓI**

**2016**

*Para Mari, Sophia e Rosângela.*

## AGRADECIMENTOS

Nossa caminhada é fruto do encontro, da partilha, da doação e do convívio do processo coletivo. Não tenho dúvida que minhas escolhas foram resultado de muitos desses encontros, às vezes dolorosos, mas na sua maioria motivadores. Assim, agradeço com toda humildade a todos aqueles e aquelas, sobretudo, os esfarrapados do mundo; como dizia Paulo Freire; que na sua simplicidade me ensinaram mais do que qualquer livro ou aula. Aos humildes, aos pobres; ao povo dedico cada segundo de trabalho desta dissertação, pois meu desejo, generosamente, é contribuir com a mudança do mundo. Ainda na dimensão coletiva, agradeço aos movimentos pastorais da Igreja Católica pela partilha, pela opção pelos pobres, por me ensinar a perseverar e ver grandeza na humildade, a entender que para fazer do mundo melhor, antes de tudo, temos que aprender a servir ao próximo; esta semente germinou e me faz continuar todos os dias.

Não poderia deixar de agradecer ao Partido dos Trabalhadores, sei que não seria o que sou sem o PT; obrigado por ampliar meus horizontes!

Neste momento agradeço ao meu mestre e professor, Norberto Ferreras; não faço isso por formalismo ou pieguice e tenho certeza de que ele sabe. Agradeço pela paciência em ensinar, pela delicadeza ao sugerir, pelo exemplo que ele é. Sei que nunca disse e talvez nunca tenha tido a possibilidade de dizer, mas para além dos atributos profissionais, o professor Norberto é uma grande referência como pessoa, pelo pai que é, pelo cuidado que vejo que tem com a família, pela maneira que se comporta como educador, pela liderança que exerce, por todas às vezes que nos inspira, pela simplicidade que tem na mesa do boteco. Ele sabe que não sou de bajular, logo não digo o que digo para fazer adulações, pelo contrário, faço do momento uma oportunidade para transmitir meu afeto.

A minha Mãe, Rosângela, seria mais fácil escrever uma outra dissertação que coubesse o agradecimento. Simplesmente, nada seria possível sem você. É sempre difícil sintetizar o que você significa, é sempre insuficiente.

Sophia, minha sobrinha querida, você é minha alegria! Sua luz é mais um motivo de esperança, obrigado, o titio te ama!

Mari, você é meu amor, se pudesse te pediria em casamento e te prometeria toda felicidade do mundo neste agradecimento; saiba que você é meu sentido!

*Se não houver frutas*

*Valeu a beleza das flores*

*Se não houver flores*

*Valeu a sombra das folhas*

*Se não houver folhas*

*Valeu a intensão da semente.*

*Henfil*

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABC- Santo André, São Bernardo e São Caetano.

ABI- Associação Brasileira de Imprensa.

ALA PCdoB- PC do B- Ala Vermelha.

ALN- Ação Libertadora Nacional.

AP-ML- Ação Popular Marxista Leninista.

CEBs-Comunidades Eclesiais de Bases.

CMP- Coordenação de Movimentos Populares.

CNBB- Confederação dos Bispos do Brasil.

CUT-Central Única dos Trabalhadores.

DI-GB- Dissidência da Guanabara.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

JEC- Juventude Estudantil.

JOC- Juventude Operária Católica.

JUC- Juventude Universitária Católica.

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA- Lei Orçamentária Anual.

MDB- Movimento Democrático Brasileiro.

MDDF- Movimento dos Direitos dos Favelados.

MEB- Movimento de Educação de Base.

MEP- Movimento de Emancipação do Proletário.

MR-8- Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

MST- Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil.

PAG- Programa de Ação de Governo.

PCB- Partido Comunista Brasileiro.

PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCdoB- Partido Comunista do Brasil.

PDS- Partido Democrático Social.

PDT- Partido Democrático Trabalhista.

PEA- População Economicamente Ativa.

PED- Processo de Eleições Diretas.

PFL- Partido da Frente Liberal.

PIB- Produto Interno Bruto.

PL-Partido Liberal.

PPA- Plano Plurianual.

PSB- Partido Socialista Brasileiro.-

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira.

PT- Partido dos Trabalhadores.

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro.

T&D- Teoria e Debate.

USP- Universidade de São Paulo.

VPR- Vanguarda Popular Revolucionária.

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender o processo de mudanças fisionômicas pelo qual passou o Partido dos Trabalhadores. Entendendo que na sua gênese significou uma profunda revisão das tradições de esquerdas no Brasil, questionando simultaneamente diversas culturas de esquerda e se pretendendo constituir uma perspectiva política radicalmente nova. Porém, o PT não passou incólume às mudanças das circunstâncias históricas que transformaram a sociedade brasileira, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1980, se estendendo ao longo da década de 1990, a saber: fim do ciclo de transição da Ditadura para a Democracia, alterações do padrão produtivo do capitalismo que modificaram o mundo do trabalho e o perfil da classe trabalhadora e a retomada com forte vigor dos valores neoliberais, forçando o partido em sua ainda breve história a rever seus caminhos. No entanto, não foram somente as alterações da realidade que pressionaram o partido, mas também as tradições políticas vigentes, assim como, suas vitórias eleitorais que motivaram os ajustes de percurso; ante este complexo cenário, de limites e possibilidades, o partido foi fazendo o seu caminho caminhando e se converteu em uma das mais expressivas alternativas política e eleitoral do cenário político brasileiro, mobilizando paixões de todas as ordens. Para nós, a inflexão de um partido-movimento dotado de forte cultura anti-institucional a um partido altamente institucionalizado se estabelece ao longo da década de 1990 e é buscando compreender esse fenômeno de transição que delineamos este trabalho.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores. Cultura Política. Tradição Política. Mundo do Trabalho

## **ABSTRACT**

This study aims to understand the process of physiognomy changes by which passed the Workers' Party. Understanding that in its genesis meant a thorough review of the left traditions in Brazil, simultaneously questioning various cultures left and intending to be a radically new political perspective. However, PT has not gone unscathed to changes to the historical circumstances that transformed Brazilian society; especially from the second half of the 1980s extending throughout the 1990s; namely: the end of the Dictatorship transition cycle for Democracy, changes in production of capitalism standard that changed the world of work and the profile of the working class and the resumed with a strong force of neo-liberal values, forcing the party in its still brief history to revise their ways. However, it was not only changes the reality that pressured the party, but also the prevailing political traditions as well as their electoral victories that motivated the route adjustments; before this complex scenario, limits and possibilities, the party was making its way moving and became one of the most significant political and electoral alternatives in the Brazilian political scene, mobilizing passions of all orders. For us, the turning of a party-movement endowed with strong anti-institutional culture to a highly institutionalized party is established throughout the 1990s and is trying to understand this transition phenomenon that we try to understand this work.

**Keywords:** Workers Party. Political Culture. Political Tradition. Work World

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>PETISMO: UMA CULTURA POLÍTICA EM FORMAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>O PT NA ENCRUZILHADA</b>	<b>43</b>
2.1	MUDANÇAS NO PLANO DAS IDEIAS	58
2.2	O PARTIDO DOS TRABALHADORES E OS DESAFIOS DO DIREITO À CIDADE	69
<b>3</b>	<b>PARTIDO DOS TRABALHADORES, METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E CULTURA POLÍTICA</b>	<b>77</b>
3.1	PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA TRABALHADORES SEM TRABALHO	86
<b>4</b>	<b>DA CLASSE TRABALHADORA AO POVO</b>	<b>100</b>
4.1	CULTURA POLÍTICA, ESTADO E SOCIEDADE	105
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores se constrói no contexto de reorganização da esquerda brasileira, após o processo que levou a ditadura civil-militar no Brasil à crise tendo em vista a sua perda de legitimidade. O fim do *Milagre Econômico* e seu ciclo de crescimento colocou em xeque as bases que sustentavam o regime. Por outro lado, a descompressão iniciada a partir do Governo Geisel contribuiu para dar vitalidade a um conjunto de movimentos que questionavam o modelo econômico, a carestia, a política de arrocho salarial e as restrições das liberdades democráticas. No mesmo período emergem as greves dos trabalhadores do ABC, questionando a proibição prevista na *Lei de Segurança Nacional* e denunciando os índices de inflação divulgados pela Ditadura, os trabalhadores irrompem e radicalizam alterando os ritmos da transição, assustando tanto os apoiadores da ditadura como os seus adversários.

Assim os trabalhadores, liderados por Lula alteram significativamente o tabuleiro; na luta percebem os limites da transição e das elites envolvidas, não se sentem representados pelo MDB; como a oposição sistemática da ditadura não lhes dá descanso, o isolamento é evidente. Se nos primeiros momentos das greves o envolvimento com política não era bem visto, no seu transcorrer, a necessidade de politizar as mobilizações se tornava cada vez mais claro.

Para os trabalhadores era preciso construir uma autêntica representação, não poderiam permitir a sua exclusão do jogo político e a melhor forma para isso era criar seu próprio partido. O movimento dos trabalhadores gerou impacto em diversos grupos e tradições; os sindicalistas mexiam com as emoções e mobilizavam sentimentos. Com isso, seu desejo de fundar um novo partido, um partido de e para os trabalhadores soou de maneira sedutora para muitos ativistas e organizações naquele contexto. Para os ativistas católicos identificados com o *Cristianismo de Libertação* era a *opção pelos pobres*, que se efetivava; para os militantes das organizações revolucionárias era o testemunho da utopia da emancipação do proletariado como obra do próprio proletariado. Neste sentido, a partir das lideranças dos trabalhadores identificados com o *Novo Sindicalismo*, o PT se organiza como fruto da convergência de diversas tradições, juntamente com os sindicalistas, os setores envolvidos na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os militantes e organizações de perspectivas revolucionárias convergem na intenção de formação de um novo partido não atrelado às tradições políticas anteriores.

Sendo assim, o PT significou um movimento que permitiu a articulação de setores sociais e políticos alijados do jogo político tradicional de participar e disputar os sentidos da

transição. No entanto, embora fosse um movimento formado por diversas tradições, não podemos dizer que naquele momento o PT constituísse uma *cultura política*.

Neste sentido, mais do que a expressão de uma tradição o PT constituiu um movimento que permitiu, sobretudo, aos segmentos não inseridos nas correntes tradicionais da política brasileira a participação. Porém, o movimento não constitui por si só uma cultura política. No entanto no seu percurso o PT foi se transformando e modificando sua fisionomia; para nós, o processo de mudança do PT foi no sentido de institucionalizar e inserir esses segmentos na “ordem” política, garantindo esses segmentos como atores. Simultaneamente, o PT vai se constituindo como uma tradição política brasileira, de maneira eclética, não começada do zero, absorvendo de outras culturas seus códigos, normas e valores. Porém, não podemos só falar das flores, esse caminho teve seus reverses; o PT encontrou dificuldades em manter seu padrão inicial de mobilização, sua “pureza”; encontrou grandes pedras em seu caminho. O fim do ciclo de transição e a estabilização de uma nova ordem institucional desfez as bases de construção de muitos movimentos que se construíram na crítica ao regime autoritário; a crise recessiva da economia brasileira que praticamente se prolongou por duas décadas, a reestruturação produtiva do mundo do trabalho, a inflexão conservadora da Igreja Católica, o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu e a hegemonia dos valores neoliberais foram importantes elementos. Por outro lado, resultados positivos eleitorais também foram importantes fatores de mudança.

Neste sentido, para nós é fundamental compreender o processo de mudança pela qual passou o PT, pois inegavelmente, embora em grande parte da sua história constituísse um polo radical de contestação, foi um elemento importante para a estabilidade da nova ordem. Fora que sua trajetória inegavelmente marca a história da sociedade brasileira, não sendo possível analisar a história dos últimos 36 anos sem considerar o papel do Partido dos Trabalhadores.

Nosso interesse pelo PT surgiu na medida em que participamos de momentos distintos do partido, percebendo sua mutação e alterações, mas muitas vezes sem condições de produzir uma reflexão sistemática de quais fatores motivaram seu processo de transformação e como se deu essas alterações. Assim, um dos objetivos fundamentais do nosso processo de reflexão era compreender como se fez esse caminho do PT entre um partido pautado na luta social e avesso à ordem para uma organização política adaptada ao jogo político e potente eleitoralmente.

Sem fazer qualquer juízo de valor sobre o seu percurso, o PT se converte no principal partido popular do Brasil. Analisar seu caminho, de alguma forma é analisar os

deslocamentos, as escolhas, as opções, a orientação política seguida por parcela significativa da sociedade civil brasileira e apreender suas expectativas.

Tomamos como premissa que para uma cultura política se popularizar ela precisa necessariamente observar o universo de valores presentes na sociedade e tecer algum nível de diálogo com ele; em nosso trabalho chamamos isso de cultura política geral, no que tange especificamente ao fenômeno político, mas entendemos que essa cultura geral de fato se constituiu como base referencial e que o processo de construção da realidade e produção de sentidos é fragmentado e descontínuo. Contudo, acreditamos que o PT para se afirmar fez esse percurso de assimilação e negação dos valores, normas, ritos, códigos, presentes nessa realidade. Em suma, a popularização do PT se deu pela sua percepção do que de fato pensava e desejava o povo e em alguma medida isso seria encontrado nesse senso comum que serviria como base. Porém não estamos dizendo com isso, que essa sensibilidade do partido, esse pragmatismo, fosse mera resposta pragmática. Em nossa opinião elas tinham materialidade, pois de modo geral se vinculavam às contradições realmente existentes e às demandas localizadas em segmentos sociais muito ativos.

Por fim, nosso trabalho irá se dividir em quatro capítulos: no primeiro tentaremos observar o contexto de formação, embora isso não constituísse nossa intenção inicial, percebemos que esse percurso é fundamental para dar luz ao processo de mudança pelo qual passou o PT, fazendo uma analogia com a fotografia, seria difícil explicar o negativo sem o positivo. No segundo iniciaremos de maneira panorâmica a discussão dos limites do PT buscando oferecer uma visão geral do processo, tanto na dimensão dos limites, como das possibilidades. Nossa intenção nesse capítulo não é encerrar as questões, desejamos fundamentalmente passar uma visão mais abrangente abrindo o foco da lente.

Já no terceiro capítulo o caminho óptico é inverso; nele buscamos focalizar, mas isso não resulta do mero acaso, o papel da classe trabalhadora e sua trajetória com suas vitórias e derrotas, pois constitui uma chave explicativa fundamental para a interpretação do Partido dos Trabalhadores. Desta maneira, não seria possível entender o caminho petista, sem entender a caminhada dos trabalhadores.

No quarto e último capítulo, iremos debater de maneira mais direta as vicissitudes da mudança, as variáveis que influenciaram o caminho de transformações, mas sobretudo como o partido respondeu às necessidades colocadas em sua trajetória.

## 1. PETISMO: UMA CULTURA POLÍTICA EM FORMAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores marca significativamente a história política e social recente do Brasil. Seria difícil para qualquer analista que em seu processo de observação e estudo dos momentos políticos vividos neste país, sobretudo, após o período em que vigorou a ditadura civil-militar<sup>1</sup>, não se ver obrigado a considerar as posições assumidas pelo PT. Podemos afirmar; sem correr o risco de cometermos qualquer tipo de exagero; que a trajetória do partido se confunde — para o bem e para o mal — com os momentos e dilemas enfrentados pela sociedade brasileira e pelo seu regime republicano desde o fim da ditadura até os dias atuais; não raro, estando no centro das contendas políticas e quase sempre — se não sempre — protagonizando em um dos polos dos conflitos.

Sendo assim, acompanhar a trajetória petista, em sua formação, no seu desenvolvimento, suas escolhas, vitórias e derrotas, é matizar também a própria trajetória da sociedade brasileira nos últimos 36 anos; período que também coincide com os anos de existência do Partido dos Trabalhadores. Deste modo, acreditamos que analisar o percurso percorrido pelo partido nos permitirá compreender muitos dos impasses enfrentados pela sociedade brasileira, assim como, jogar luz sobre os limites e possibilidades do nosso sistema político e regime democrático em seu funcionamento.

O PT está inexoravelmente marcado pelo processo de redemocratização do país, tanto porque sua gênese reflete o contexto de crítica e crise do regime autoritário, como também, pela sua incisiva participação em todo o percurso de reconstrução da nossa democracia. As greves dos trabalhadores do ABC paulista que nos anos de 1978, 1979 e 1980, agravaram ainda mais a crise do regime e culminaram na formação do novo partido<sup>2</sup>. Um ‘partido pós-ditadura’<sup>3</sup>, fundado em um período no qual vigiam fortes características autoritárias, acumulando e produzindo muitas das suas sínteses na crítica ao regime autoritário, mas fruto também, do próprio processo de descompressão iniciado já no governo Geisel e continuado no governo do presidente João Batista Figueiredo, que embora não significassem uma democracia plena, sinalizam relevantes mudanças— pois a redemocratização não era um fato

---

<sup>1</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedades**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2005.

<sup>2</sup>Para o senso comum da militância petista, como também, para o discurso oficial do partido, as greves do ABC paulista, se constituíram como um importante momento que justificou a criação do partido. Para contribuir com a análise crítica do processo, ver: SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2011.

<sup>3</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

consumado naquele momento, não era um processo concluído e as chances de retrocesso eram reais<sup>4</sup>. Como afirma neste trecho o professor Daniel Aarão:

... a dupla João Batista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva iria dedicar-se à elaboração e à aprovação de duas leis fundamentais — a da Anistia e a da Reforma Partidária. Delicados elos, difíceis nós a serem desatados para que se afirmasse o estado de direito autoritário. (AARÃO REIS: 2014, p.132).

Seu processo de formação se identifica também com o resultado de um processo de maturação dos trabalhadores envolvidos nos processos grevistas da passagem da década de 1970 para a década de 1980, que reconheceram a necessidade de criar uma ferramenta política para garantir os direitos e simultaneamente organizar os trabalhadores. Embora em sua fase inicial as greves não criticassem a ditadura, mas sim os índices de inflação apresentados pelo governo que incidiam sobre o nível de reajuste dos salários; elas foram no seu desenvolvimento cada vez mais associando a crítica econômica à crítica ao regime político no seu conjunto. Como neste outro trecho afirma o professor Daniel Aarão:

Houve enfrentamento com os patrões, apoiados pelo governo. E a mobilização da legislação autoritária contra o movimento dos operários. Em pouco tempo, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi fechado, a diretoria, destituída, as lideranças, presas. Mas o movimento, melhor estruturado que em 1978, resistiu por quase um mês e meio. Afinal, sobreveio o revés, porém a derrota não foi tão catastrófica. Ao contrário: os líderes acabaram libertados e se tornaram rapidamente heróis de seus liderados, reforçados em sua autoridade e prestígio.

Ao mesmo tempo, tornou-se tarefa impossível “despolitizar” o processo de lutas, como se havia sustentado, por convicção ou oportunismo, durante a greve do ano anterior. A aliança entre patrões e governo revelara-se de modo insofismável. Aquele governo tinha lado — os patrões — e o apoiava com todas as suas forças. (AARÃO REIS: 2014, p. 129).

Um processo que se deu no bojo da luta política, que não foi previsto e muito menos previamente planejado, mas como ocorre em momentos singulares da história, as contradições se intensificaram, e a sociedade busca de maneira radical resolver seus conflitos apresentando novas soluções. Na tentativa de garantir ganhos salariais e melhorias nas condições de trabalho, os trabalhadores reconhecem a necessidade de construir um partido político, como

---

<sup>4</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora ZAHAR. 2014.

também fica claro neste trecho do documento do período pré-PT em 1979, A Tese de Santo André-Lins<sup>5</sup>:

Enquanto estiver sob qualquer tipo de governos de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade de conquista do poder político. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 47).

Os trabalhadores envolvidos no tenso conflito foram percebendo que as ferramentas disponíveis não eram suficientes para a efetivação dos seus interesses políticos; era necessário organizar os trabalhadores para conquistar mais direitos através de outras formas. Neste sentido, criticavam as principais perspectivas políticas já disponíveis naquele contexto como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>6</sup>. O MDB era a principal organização contrária à ditadura, era sensível à causa dos trabalhadores e apoiava o movimento, mas como se fosse dotado de um problema genético, como se o seu *modus operandi* não combinasse com o tipo de luta assumida pelos trabalhadores; era um partido voltado para as disputas eleitorais<sup>7</sup>. Para os líderes sindicais e os trabalhadores envolvidos na construção do novo partido este aspecto limitava qualquer tipo de adesão organizada ao MDB, como vemos neste outro trecho da Tese de Santo André-Lins:

As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar de novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso, é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores. Que expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando esta discussão para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção deste partido. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 47).

<sup>5</sup>Aprovada em 24 de Janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Material Elétrico do estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP).

<sup>6</sup>Tendo em vista a legislação da época, através do MDB, era a única forma de participação política dos setores contrários à ditadura civil-militar, neste sentido, o MDB constituía uma grande frente política, dotado de inúmeras tendências internas. Militantes de diversas perspectivas participavam desta ampla frente. Partidos como o PCB e o PTB se encontravam na ilegalidade.

<sup>7</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

Do mesmo modo, as duas principais tradições da esquerda brasileira eram entendidas; para os líderes do movimento, ambas representavam elementos “externos”<sup>8</sup> que não davam conta do horizonte de expectativas das lideranças envolvidas. Fato que demonstra por um lado que o PT em seu processo de formação rejeitava as tradições políticas anteriores, por outro, não significava a única alternativa e nem mesmo uma unanimidade no processo de reconstrução da esquerda brasileira no contexto de redemocratização.

As duas principais tradições políticas da esquerda no Brasil divergiam sobre os rumos a serem seguidos no futuro para reconstruir a democracia; para os comunistas do PCB, o fundamental era a manutenção da frente política construída em torno do MDB como meio e forma de superação dos *entulhos autoritários* que resistiam, a despeito da supressão dos dispositivos do regime de exceção, os Atos Institucionais<sup>9</sup>. O que por sua vez demonstra que apesar do impacto das emblemáticas mobilizações dos trabalhadores, a base social do amplo campo político que atuava no sentido da redemocratização do país estava em disputa, e sua convergência no sentido da construção de um novo partido político identificado com os trabalhadores não era automático, muito menos natural. Não é à toa que os dirigentes envolvidos na construção do PT se viram obrigados a justificar a sua não concordância em cerrar fileiras na frente democrática reunida no MDB:

... o regime busca reforma-se tentando atrair para o seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem construir uma conciliação entre os *de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB — partido de exclusiva atuação parlamentar — impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular. [...] a proposta de algumas lideranças populares de ‘tomar de assalto’ o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossa classe dominante. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 52-53)

<sup>8</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

<sup>9</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

Todavia, o PCB se encontrava em um momento de reorganização de seu comitê central no exterior e olhava com bons olhos as mobilizações dos trabalhadores, mas não sem relativa desconfiança, no fundo acreditavam que o rio iria correr para o mar, pois o partido da classe operária era o PCB e a classe operária não tinha mais que um partido<sup>10</sup>.

Correndo também em raia própria estava o Leonel Brizola buscando rearticular o campo do *Trabalhismo* através da rearticulação do PTB; reunindo velhos dirigentes e correligionários em Lisboa, buscava reorganizar e atualizar os conteúdos do campo político trabalhista. Segundo Darcy Ribeiro seria a construção de uma proposta político-partidária que tivesse como horizonte o *socialismo moreno*; um partido de esquerda, de perspectiva socialista, mas não marxista, que buscava dialogar com as especificidades brasileiras, culturais, sociais, políticas e econômicas, sem necessariamente aderir à luta de classes. Uma proposta vinculada as concepções defendidas pela Segunda Internacional, porém, adequada a realidade brasileira<sup>11</sup>.

Na verdade, Brizola após a morte do presidente João Goulart era a principal figura política identificada com esta tradição, buscava assim reunir todos os “órfãos” em torno de si para rearticular a intervenção do campo político no novo cenário. Em relação à greve dos trabalhadores do ABC e sua intenção de formar um novo partido não tinha muito a dizer<sup>12</sup>.

Para os envolvidos na criação do novo partido a rearticulação do trabalhismo era visto de forma negativa — muito contaminada pela leitura dominante das organizações que também participaram do processo de formação do PT, mas não só, pois parte desta narrativa era também fruto de intelectuais que participaram da fundação do partido ligados à Universidade de São Paulo (USP)<sup>13</sup>. Para a grande maioria dos agentes envolvidos na criação do PT, a iniciativa de Leonel Brizola nada mais era do que a reorganização do *populismo*<sup>14</sup>,

---

<sup>10</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

<sup>11</sup>Para saber mais sobre este momento ver: SANTO-SÉ, João Trajano. Um Encontro em Lisboa. O Novo Trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

<sup>12</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

<sup>13</sup>Um intelectual importante na formação do PT e que em muito o influenciou através de sua produção à leitura do partido sobre o período anterior ao golpe civil-militar foi Francisco Weffort. Ele era um dos principais cientistas políticos do Brasil e um dos principais teóricos no debate do conceito de Populismo. Foi fundador do PT, contribuindo em muito com o debate de concepção do partido, assim como na formulação dos seus documentos seminais. Em 1994 sai do PT e adere à campanha de Fernando Henrique Cardoso, para posteriormente se tornar seu ministro da cultura.

<sup>14</sup>Para saber mais sobre o debate em torno do conceito entre diversos autores, ver: AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua História**: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua História**: Debate e Crítica.

significava para grande parte dos petistas a retomada de uma tradição política responsável pela derrota do campo popular, da proposta que por não ter conscientizado as massas não conseguiu resistir ao assalto dos militares e dos setores conservadores da sociedade. Tratava-se da concepção que aparelhava o Estado, que se pautava por uma lógica relacional entre o Estado e sociedade clientelista, que alienava o povo. Não podemos perder de vista que intelectuais vinculados à tradição liberal radical também participaram da formação inicial do PT<sup>15</sup> e neste sentido, o desconforto do novo partido com a reorganização da tradição trabalhista era evidente, como fica claro neste trecho:

Cientes disso também setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que, nem de longe, se sensibilizam com elas. [...]

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas ‘sem erros do passado’ ou “de baixo para cima” não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de *setores do empresariado nacional*. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 50-54).

Em seu ímpeto de construir um novo partido, militantes das diversas perspectivas políticas que convergiram na decisão de construir o PT acreditavam que seria possível criar uma proposta política totalmente inovadora, sem dívidas e vínculos com passado. Embora mediando com os militantes egressos das organizações revolucionárias que defendiam com ressalvas a experiência soviética, reconhecendo seus avanços, o PT negou a condição de herdeiro ou seguidor do *Socialismo Real*. Negou também qualquer possibilidade de reforma do capitalismo, como o fez a Socialdemocracia na Europa e assim rejeitou também essa proposta. Para os ativistas dos mais diversos matizes políticos e ideológicos, se tratava de construir o novo a partir da negação das tradições anteriores à esquerda e à direita do então cenário político colocado. Esta citação do histórico trotskista Mario Pedrosa, dá certa dimensão do clima de grande parte dos envolvidos:

Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É o único de estruturas, é o único de tendências, é único de finalidades. (...) Partido de massas não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso,

---

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua História**: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>15</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2011.

ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 02).

No transcorrer dos acontecimentos outra ruptura de paradigma emergia entrava em cena, o *Novo Sindicalismo*<sup>16</sup>. Militantes advindos dos movimentos pastorais da Igreja Católica, das organizações revolucionárias de esquerda, das oposições sindicais e dos sindicatos contrários ao modo dominante no sindicalismo brasileiro se reuniam construindo uma nova tendência no movimento sindical brasileiro. Essa pluralidade de correntes encontrou na luta social e sindical um fator de aglutinação e crítica simultânea ao regime autoritário, como também à estrutura do movimento sindical vigente<sup>17</sup>. Na prática fazia distinção entre os sindicatos combativos e os sindicatos *pelegos*, rejeitava no conjunto a herança das tradições do movimento sindical pré-1964. O Novo Sindicalismo forjou um discurso e uma prática que serviu de referência para as gerações futuras do movimento sindical brasileiro; neste sentido, buscava-se a ação de base para gerar o fortalecimento da autonomia e liberdade dos trabalhadores na sua organização, na visão dos seus ativistas, esses passos seriam pressupostos fundamentais para a superação do modelo corporativista herdado do Estado Novo e mantido pela ditadura civil-militar<sup>18</sup>.

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em agosto de 1983 foi a culminância deste processo de crítica simultânea ao regime e à estrutura sindical. No entanto, um pouco antes, já haviam se refletido na base do movimento sindical brasileiro divergências intransponíveis entre setores que defendiam uma agenda de enfrentamento mais radical com o regime e mudanças significativas na estrutura de organização do movimento com setores mais moderados politicamente e menos dispostos a fazer qualquer mudança nas formas estabelecidas de organização dos sindicatos. Estas divergências se desdobraram na

---

<sup>16</sup>Trata-se de uma categoria que no debate atual levanta muitas controvérsias, autores que colocam em descrédito, como também autores que confirmam a novidade e a mudança de modelo. Para saber mais sobre alguns dos argumentos levantados pelos polos do debate, ver: SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2011; AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014; COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>17</sup>COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>18</sup>COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

impossibilidade de unidade entre os dois campos divergentes, mas não impediram a fundação da nova central e a mobilização de amplos setores sindicais do campo e da cidade. Porém, transcorridos aproximadamente 32 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores, muitos dos pontos e bandeiras levantadas pelo Novo Sindicalismo não possuem mais o mesmo ímpeto, perderam o seu vigor na construção dos embates e disputas diárias<sup>19</sup>. O que por sua vez, levou a muitos analistas a relativizarem o significado das rupturas, tendo em vista as permanências e continuidades, como também, a partir do fato de grande parte das lideranças serem egressas da estrutura corporativista sindical. Todavia, consideramos que este tipo de interpretação não leva em conta alguns dos aspectos do complexo processo. Primeiro, que naquele contexto aquela postura significou de fato uma intenção radicalmente transformadora; segundo, não considera que as dificuldades de institucionalização destas posições foram consequências de problemas que por dimensões diferentes atingiram duramente o mundo do trabalho, a saber, a estagnação econômica fruto da crise do endividamento externo, e a introdução de novos métodos de organização da produção que alteraram radicalmente o padrão produtivo e diminuíram de forma considerável os postos de trabalho<sup>20</sup>.

Desta maneira não consideram as mudanças de modelos e as contingências enfrentadas pelo movimento sindical nas décadas de 1980 e 1990, período em que a capacidade de mobilização entrou em refluxo e os sindicatos ficaram por um longo ciclo na condição defensiva. Vitórias e derrotas fizeram parte do caminho percorrido pelos trabalhadores em suas trajetórias e lutas; se nem todos os sonhos deram frutos ao decorrer do seu desenvolvimento histórico não nos cabe negar as intenções da semente.

Considerar a trajetória do Novo Sindicalismo é de fundamental importância para o intuito da nossa análise, pois muitos dos momentos vividos pelo movimento sindical no Brasil se relacionam de forma muito íntima aos momentos do Partido dos Trabalhadores. Da fisionomia organizativa do partido, passando pelas composições e formação de tendências internas, formulação da estratégia política de construção partidária, foram dimensões claramente influenciadas pelo movimento sindical. Destarte, os desafios vividos pelo

---

<sup>19</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

<sup>20</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

sindicalismo, impactam de forma significativa o percurso político do Partido dos Trabalhadores<sup>21</sup>.

O PT se origina em um período; sem fazer uso de qualquer jargão; que podemos identificar como de transição política em muitas dimensões. Como afirmamos anteriormente, as forças políticas que convergem no reconhecimento da necessidade de formação de um novo partido político, negavam as tradições precedentes da esquerda e reivindicavam a fundação de um novo projeto socialista; é na negação teórica e na abertura de um novo horizonte que uma das transições ocorre. Como mencionamos anteriormente, era também um cenário de crise do regime autoritário e ampla aceitação por parte de diversos setores da sociedade aos valores democráticos, ampliando a crítica à ditadura. Através da campanha pela *Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita*<sup>22</sup>, atacavam frontalmente a legitimidade do regime autoritário e esta, detinha o apoio de diversos matizes ideológicos e mobilizava corações e mentes. A revogação dos Atos Institucionais em 1979 encerrava à ditadura como parte do mesmo processo, mas não inauguravam a democracia, pois ainda não era possível votar diretamente, além da permanência de todo o aparato repressivo. A reforma partidária no final do mesmo ano, abriu caminho para novas propostas partidárias o que sinalizava para os observadores uma tendência de abertura política, embora ocorresse de forma lenta, gradual e sob a tutela dos militares; o clima era de mudança. É neste processo de revisão de valores e expectativas que é criado também o PT.

Assim, convencionou-se definir o processo de formação do Partido dos Trabalhadores como consequência da convergência de três tradições políticas: o Novo Sindicalismo, os

---

<sup>21</sup>Muitos são os aspectos que podemos identificar como influência de uma cultura política do movimento sindical na definição de uma fisionomia petista, grosso modo, podemos dizer que desde os primeiros momentos do partido, se conformam polarizações na qual se posicionam os sindicalistas por um lado, auxiliados pela capacidade de formulação de militantes egressos de organizações revolucionárias que entendiam o partido como finalidade, versus organizações que mantiveram sua identidade de organizações dentro do partido na forma de tendências partidárias, mas que tinham como principal elemento de justificação na sua integração ao partido era o reconhecimento do seu papel tático. Foi importante também o papel dos sindicalistas na formação da maioria partidária na *Articulação dos 113*, pois o movimento sindical era um importante instrumento de mobilização de militantes do partido. Outro elemento importante, é que não é difícil perceber nos documentos, sobretudo os iniciais do partido, que a narrativa do partido estava voltada para a construção de uma identidade da classe trabalhadora que tinha como substrato o movimento sindical e o relevante papel da CUT.

<sup>22</sup>A campanha em torno da Anistia ganhou forte apelo na sociedade, mas ao mesmo tempo em que ganhava adeptos, também ampliava as divergências sobre seu significado e aumentavam os conflitos. Para os setores radicais além de anistiar os presos políticos e exilados, era necessário dismantelar os aparelhos repressivos e o julgar dos torturadores; rejeitavam também qualquer restrição sobre os anistiados. Os moderados do PBC e MDB aceitavam excluir do bolo os chamados “crimes de sangue”. No fim, prevaleceu o projeto dos militares, no qual, promoveu a libertação dos presos, o retorno dos exilados, mantendo em segurança os aparelhos de segurança e seus torturadores. A anistia carregava o paradoxo de anistiar simultaneamente torturadores e torturados.

militantes identificados ao *cristianismo de libertação*<sup>23</sup>, e os militantes e organizações revolucionárias que combateram a ditadura civil-militar. Tradições políticas distintas que se aproximam no calor das disputas do momento, superando divergências na afirmação de construir do “zero” um novo partido.

Destas três correntes formadoras, os setores vinculados o Novo Sindicalismo, o Cristianismo de Libertação e as organizações revolucionárias chegavam ao PT através de trajetórias distintas no que tange ao combate à ditadura.

As organizações revolucionárias com a instauração do Ato Institucional nº 5 entram em cena como se esse confirmasse a *utopia do impasse*<sup>24</sup>, a sociedade brasileira chegava ao seu impasse e a saída só seria encontrada de forma radical; em um momento de recrudescimento da ditadura, os ativistas interpretavam como o momento do tudo ou nada como cita neste trecho Daniel Aarão:

Restaurada a ditadura, foram favorecidas aparentemente as propostas radicais de luta. Chegara a hora das organizações da *esquerda revolucionária*?

No estado de exceção determinado pelo AI-5, com margens de liberdade e de críticas políticas reduzidas à zero, era como se estivessem realizando as previsões catastróficas da *utopia do impasse*. O advento do tudo ou nada. Ou, como se dizia entre os revolucionários, socialismo ou barbárie, sem nuances nem meios-termos. (AARÃO: 2014, p. 74).

As organizações revolucionárias alcançaram inicialmente um relativo sucesso, capturaram diplomatas em troca de presos políticos, expropriaram armas, realizaram ataques à quartéis e postos policiais, eram iniciativas da guerrilha urbana que teve como fato de maior impacto a captura do diplomata estadunidense Charles Burke Elbrick, em 16 de setembro de 1969; iniciativa liderada pela Dissidência da Guanabara (DI-GB) que assinou o manifesto do ato como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN). No campo, algumas iniciativas de tentar desencadear a guerrilha rural também foram assumidas por algumas organizações, as mais emblemáticas foram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sob a liderança de Carlos Lamarca e a Guerrilha do Araguaia

---

<sup>23</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

<sup>24</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

conduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) que era uma dissidência do PCB<sup>25</sup>. Em pouco tempo estas iniciativas foram sendo derrotadas pelo regime, seja pela capacidade de organização das forças de repressão e seus métodos sofisticados, seja pelo isolamento das organizações armadas em relação à sociedade, como demonstra Aarão:

... de modo que aquela luta desigual acabou em massacre.

Encurralados por uma repressão crescentemente sofisticada e profissional, onde se misturavam oficiais das Forças Armadas, policiais civis e militares e notórios torturadores, os guerrilheiros, quase sempre inexperientes, dispoendo apenas da vontade e da ousadia, foram escorraçados da história. Longe de constituírem forças radicalmente inovadoras, como esperavam ser, não passavam de uma última espuma das ondas levantadas pelos movimentos anteriores a 1964. Autoritários e soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico — e pagaram com a existência, física e política, pelos erros cometidos e por desejar aquela revolução que tanto amavam, mas que, definitivamente, faltara ao seu encontro. (AARÃO: 2014, p. 78)

Algumas destas organizações e seus militantes que aderiram à luta armada no combate à ditadura participam do processo de articulação do PT com um duplo sentimento. Em parte, o novo partido, tendo em vista as características de sua formação — fruto de um movimento amplo e heterogêneo de forças e movimentos— significava a autocrítica das opções passadas; em outra dimensão, confirmava antigas utopias que ratificavam que a emancipação do proletariado seria obra do próprio proletariado<sup>26</sup>. Grupos trotskistas entre os quais, a Libelu e a Convergência Socialista, como outras seguidoras de outras interpretações do marxismo – Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PC do B), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletário (MEP) – ingressaram nas articulações que originaram o PT<sup>27</sup>. Em outro texto o professor Daniel Aarão registra bem as expectativas que orientavam estes militantes e organizações:

Para toda essa gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária,

<sup>25</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

<sup>26</sup>AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>27</sup>AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

enunciada, e enunciada, desde o Manifesto Comunista de Karl Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido *independente* do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças *burguesas*, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das principais tradições que haviam animado às lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas e principalmente, de terem atrelado os trabalhadores a causas e a propósitos populistas e burgueses. (AARÃO: 2004, p. 507).

Estas organizações compõem o PT levando suas interpretações que se refletem nos programas e resoluções do partido, se por um lado o Novo Sindicalismo dava densidade ao partido, por outro as organizações revolucionárias contribuíam com suas formulações com seu acúmulo teórico.

Finalmente, um terceiro elemento que compõe o processo de formação do partido: os militantes vinculados ao Cristianismo de Libertação<sup>28</sup>. Nas bases da sociedade estes são responsáveis por uma reviravolta que de uma posição favorável ou neutra sobre o regime autoritário, evoluíram para uma posição crítica e posteriormente para o confronto direto<sup>29</sup>.

Amplos setores da Igreja Católica apoiam o golpe de abril de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) salda os militares por afastarem o perigo bolchevista do país<sup>30</sup>, como nos mostra Löwy:

A Igreja legitimava o estabelecimento de um estado de exceção que iria suprimir as liberdades democráticas durante mais de vinte anos no Brasil. Apesar do impacto da política de abertura trazida por João XXVIII, apesar da orientação favorável às reformas sociais de vários bispos brasileiros, em uma conjuntura crítica a Igreja escolheu o campo das forças autoritárias, conservadoras, antidemocráticas, em nome de argumentos típicos da Guerra Fria: um pretenso ‘perigo bolchevique’ no Brasil, perfeitamente imaginário. (LÖWY: 2004, p. 305).

Esta posição ganhou expressões majoritárias, mas não significou unanimidade, vozes dissonantes como a de d. Helder Câmara e de setores vinculados à *Ação Católica*<sup>31</sup>

<sup>28</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>29</sup>AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>30</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

sinalizavam a permanência de ares progressistas, que futuramente seriam os pilares para a formação de um setor no interior da Igreja identificado com o Cristianismo de Libertação. Essa linha interpretativa da doutrina cristã é anterior à teologia de mesmo nome<sup>32</sup>, que se configurou em reflexões e práticas orientadas na crítica à injustiça social. Contava com a participação do clero, mas tinha na participação dos leigos o seu elemento fundamental.

No papado de João XXIII, a Igreja Católica se renova, sua cultura se transforma e seu ponto de culminância é a realização do Concílio Vaticano II e a formulação da doutrina social da Igreja, que ratifica aquilo que já era prática de movimentos pastorais. Outro aspecto que possibilita esta inflexão é o triunfo da Revolução Cubana (1959), com seu forte conteúdo anti-imperialista e socialista, que significou em toda região a ampliação do horizonte do possível, radicalizando as lutas, criando insurreições e guerrilhas na região que perduram até a década de 1990<sup>33</sup>. Este cenário serve de fermento para o crescimento e o protagonismo de setores vinculados ao cristianismo de libertação.

No contexto da ditadura civil-militar muitos membros do clero e leigos da Igreja se envolvem nas lutas populares por melhorias sociais e se aproximam das organizações revolucionárias que combatiam o regime. O recrudescimento do regime leva à radicalização da disputa, tendo até a adesão direta de membros da Igreja como no caso dos freis dominicanos Yvo Lesbaupin e Tito de Alencar e seus auxílios à Ação Libertadora Nacional (ALN) em São Paulo, organização liderada pelo dissidente comunista Carlos Marighella<sup>34</sup>.

Neste cenário de radicalização, a reação do regime era cada vez mais dura, a participação dos militantes cristãos em ações entendidas como subversivas eram acompanhadas por respostas cada vez mais brutais — prisões, estupros, torturas, assassinatos — que dividiam a hierarquia da Igreja. Enquanto alguns se mantiveram em silêncio e

---

<sup>31</sup>A Ação Católica se constituiu em um setor importante da Igreja Católica que tinha como elemento fundamental dar meios para a participação dos leigos na missão da Igreja na evangelização. Referenciada no apostolado católico geral e social de Pio XI, se renova e ganha fôlego a partir do papado de João XXIII com seu governo de forte tonalidade progressista. Possuía uma dinâmica de organização própria, embora controlada pela hierarquia da Igreja. Teve como maior expressão da sua ação os núcleos juvenis: Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

<sup>32</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>33</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

<sup>34</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

buscavam relações com o regime, outros, como d. Helder Câmara, d. Cláudio Hummes e d. Evaristo Arns passaram a criticar publicamente, denunciando os crimes de tortura. O impacto da repressão sobre os membros da Igreja gerou o seu deslocamento para uma posição cada vez mais crítica ao regime, o que foi colocando a Igreja cada vez mais no centro das lutas em torno dos direitos humanos, como cita Löwy:

A mudança foi tão profunda que, durante a década de 1970, depois de a esquerda clandestina haver sido eliminada pela repressão, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o principal adversário do Estado autoritário — um inimigo muito mais poderoso — e radical — do que a oposição parlamentar consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Vários movimentos sociais em defesa dos direitos humanos ou sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo encontraram abrigo e guarda-chuva na Igreja. (LÖWY: 2004, p. 309).

Se por um lado a hierarquia da Igreja vai cada vez mais se deslocando de posição, por outro, a base da Igreja através da Ação Católica e seus instrumentos como a JEC, JOC e JUC, são o verdadeiro motor do processo. A politização da base da Igreja se avoluma ainda mais com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que eram impulsionadas por religiosos como forma elementar de organização da Igreja na cidade e no campo; voltada para a organização popular. Esta modalidade de organização cria uma grande capilaridade ativa na Igreja, que por sua vez se desdobram nas lutas populares. As CEBs foram muito influenciadas pelas ideias de Paulo Freire e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), que adequavam ao método dialógico de Freire para discutir os problemas imediatos das comunidades, tendo como elemento e foco a politização através do evangelho<sup>35</sup>. Como nos mostra Löwy:

... as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionadas por padres religiosos (as) próximos ao cristianismo de libertação. As ordens religiosas femininas são a força mais numerosa — existiam 37 mil freiras no Brasil — e eficaz na promoção das CEBs nas comunidades urbanas pobres. No fim da década de 1970, já havia dezenas de milhares dessas comunidades de base, com alguns milhares de participantes, em sua maioria mulheres de camadas populares.

O sofrimento em comum (a pobreza), a ajuda mútua e a esperança de salvação coletiva são alguns dos aspectos da cultura político-religiosa das CEBs, que corresponde bem ao tipo ideal que Max Weber chamava de ‘religião comunitária’ (*Gemeindereligiosität*) baseada no ‘comunismo de amor fraternal’ (*brüderlichen*)

<sup>35</sup>CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964....

*Liebeskommunismus*), inspirados por ‘profecias de salvação’ e por uma ‘ética de reciprocidade entre vizinho’. (LÖWY: 2004, p. 310).

É no calor deste intenso percurso que surgem às primeiras interpretações doutrinárias críticas à “teologia tradicional” da Igreja (*Teologia da Libertação*), defendendo uma mudança de perspectiva da Igreja em relação aos pobres, pois estes não deveriam ser objeto de caridade, mas sim, agentes de sua própria libertação<sup>36</sup>. O marxismo cumpriria um papel fundamental, pois permitiu desvelar e mostrar que a condição de pobreza e a opressão não eram fruto de uma fatalidade ou desejo divino, mas sim, consequência da exploração do sistema capitalista. Destacaram-se neste esforço de formulação, Clodovis Boff, Leonardo Boff, que além da reflexão teológica, voltaram-se também para a assessoria as pastorais populares e Comunidades Eclesiais de Base; e Frei Betto que também participou da assessoria à diversas CEBS e ficou responsável pela pastoral operária em São Bernardo do Campo, na qual, estabelece contato com muitos dos sindicalistas que posteriormente participariam das greves a partir do ano de 1978<sup>37</sup>.

Temos com isso, certa ideia panorâmica do complexo processo de formação do Partido dos Trabalhadores, em suas dimensões e faces. No entanto, esta descrição precisa ainda dar conta de alguns detalhes importantes e que nos aproximam mais do processo de formação do partido. O primeiro aspecto seria mostrar os pontos comuns entre estas vertentes formadoras do PT e demonstrar que embora esta distinção seja necessária para um esforço explicativo, na vida real e nas lutas concretas, estas posições não eram tão separadas. Militantes do Novo Sindicalismo eram também participantes de organizações revolucionárias, ou de movimentos pastorais da Igreja Católica. Como é sabido por nós, a pastoral operária teve grande influência sobre os sindicalistas que participaram das greves do ABC<sup>38</sup>. Não podemos deixar também de citar, que para alguns analistas do PT um outro segmento que poderia ser analisado isoladamente seriam os intelectuais; é inegável que o partido em sua formação comoveu intelectuais de diversas matizes<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup>CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>37</sup>CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>38</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2011.

<sup>39</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

Outro aspecto importante a ser considerado é a forma na qual, cada uma dessas vertentes participou do processo de formação do PT, de acordo com a região do país, levando em conta também as especificidades regionais e locais de formação do partido. A composição e o papel na formação do PT por parte dos elementos que formaram o PT foi desigual, contribuindo mais ou menos de acordo com a região e as suas características; como nos mostra Lincoln Secco:

A diversidade regional do PT é maior do que se supunha nos anos de 1980. Em certos casos, como veremos adiante, a Igreja não só não colaborou como se opôs ao partido; em outros, inexistia um sindicalismo atuante ou ele era favorável ao governo, como no caso do Maranhão, onde o PT criou o novo sindicalismo e não o contrário — mesmo em uma cidade do ABC, Santo André, o partido nasceu do Movimento dos Direitos dos Favelados (MDDF), da Igreja local e do movimento de usuários do transporte público.

Havia casos em que a presença de um político estabelecido deu início ao partido, como Freitas Diniz, no Maranhão ou Henrique Santilho em Goiás (embora, a ação de outros segmentos assustasse posteriormente aqueles deputados); e, por fim, havia lugares em que o partido praticamente só tinha militantes trotskistas ou de organizações sobreviventes da luta armada. A reorganização do movimento estudantil também forneceu militantes ao PT, como foi o caso do Rio de Janeiro, onde a maioria das adesões veio de líderes estudantis, assim o PT fluminense inicial reduzia-se a um partido de ‘setores médios’. (SECCO: 2011, p. 43-44).

Neste sentido, tendo em vista esta diversidade de processos e do seu caráter multifacetado, nos colocamos ante a pergunta de como definir a *cultura política*<sup>40</sup> do PT, sabendo da realidade heterogênea que compõe o partido e das multiplicidades de caminhos na sua construção? É uma cultura política somente interna e restrita ao partido, ou transcende o partido sendo partilhada também por outros partidos políticos, movimentos e segmentos sociais? Ou é uma cultura política que corresponde somente aos dirigentes? Existiriam diferenças entre a base do partido e sua direção política? Qual seriam os elementos que compõem a cultura política do PT após 36 anos de história? Sabendo que o partido se modificou em seu percurso político, estas mudanças e alterações vão ao ponto de descaracterizá-lo; ou o contrário, reconhecendo que elas ocorreram, podemos afirmar que o PT mantém sua identidade política original? É na tentativa de identificar estes elementos da trajetória do Partido dos Trabalhadores que justificamos o nosso esforço de pesquisa.

---

<sup>40</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Porém, antes de considerarmos sobre aspectos atuais que demonstram as tendências resultantes das escolhas feitas pelo partido, como também, os condicionamentos enfrentados; achamos importante considerar como o partido respondeu a esta multiplicidade de perspectivas que traziam consigno suas expectativas, visões doutrinárias, leituras sobre táticas e estratégia, que muitas vezes não eram complementares entre os diversos segmentos componentes. Para militantes oriundos das organizações revolucionárias as questões doutrinárias eram caras, mas muitas das suas elaborações devido as suas tradições antirreligiosas entravam em conflito com os militantes católicos. Fora que as diversas dessas correntes, embora referenciadas no marxismo, divergiam em muitos aspectos entre si, em outra dimensão, o pragmatismo dos líderes sindicais era visto com desconfiança por parte dos militantes das organizações revolucionárias e assim por diante.

No bojo do complexo processo o PT se definiu quanto um partido socialista, mas sem precisar o caminho, dentro da velha polêmica da esquerda, não definia se era pela reforma ou revolução, se seria um partido institucional ou de movimentos, se suas ações seriam escrupulosamente dentro da ordem ou se admitiria a sua transgressão; tentava transformar em qualidades dificuldades que aos olhares tradicionais seriam defeitos. As diferenças seriam resolvidas na prática e nas lutas sociais, na busca permanente; como sugeria as práticas das Comunidades Eclesiais de Base, pelo *consenso progressivo*<sup>41</sup>. Diante desta diversidade de propostas e visões, o PT responde de maneira pragmática.

Esta realidade nos remete a questão de precisar melhor o que seria esta cultura política petista, para que a partir desta definição possamos melhor compreender as suas mudanças ao longo da sua trajetória.

No entanto, para nós o que fica mais claro ao observarmos estas nuances, é que mais do que um partido em seu processo de formação, o PT significou um movimento político gerado por tradições políticas distintas — embora não possamos encerrá-las como conjuntos radicalmente fechados em si mesmos — que não se identificavam nas propostas políticas então colocadas, e encontraram na necessidade de construção de um novo partido uma maneira de institucionalizar a sua política de crítica comum ao regime autoritário e as outras tradições políticas colocadas. Neste sentido, acreditamos que não existia uma cultura política *a priori*; significando muito mais um movimento de um conjunto de demandas sociais e

---

<sup>41</sup>AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

políticas que encontraram o seu ponto de *equivalência*<sup>42</sup> na constituição do Partido dos Trabalhadores. Para nós, tanto o Novo Sindicalismo, o Cristianismo de Libertação, como os Militantes de Organizações Revolucionárias que aderiam ao projeto de construção do novo partido, constituíam isoladamente culturas políticas distintas, com seus próprios códigos interpretativos, suas normas e valores, suas *culturas históricas*<sup>43</sup>, seus substratos filosóficos, seus tipos ideais de indivíduo, Estado e Sociedade<sup>44</sup>. Para nós, o impacto das mobilizações e o percurso das três vertentes no combate à ditadura civil-militar — como também a crise do regime — além da rejeição das tradições de esquerda anteriores ao golpe, negando a elas a condição de alternativas políticas, são os fatores que permitem que o novo partido se constitua em um elemento central capaz de construir uma rede de equivalências entre demandas e culturas políticas tão distintas<sup>45</sup>. Sem dúvida é a iniciativa dos trabalhadores através de suas mobilizações que se constitui como elemento hegemônico, na qual, se ligam todas as outras demandas contrárias ao regime<sup>46</sup>. Estas questões serão retomadas por nós em outro capítulo, mas por hora servem ao nosso intuito de demonstrar que as mudanças pelas quais passou o Partido dos Trabalhadores, eram em parte, fruto de um processo “natural”, tendo em vista as diferenças existentes entre estas perspectivas que em algum momento precisariam ser respondidas, “estabilizadas”. Ousamos dizer que devido à heterogeneidade do PT, seu processo de formação inverte a lógica de formação das culturas políticas<sup>47</sup>, primeiramente temos a construção de um partido, para posteriormente construir uma cultura política mais homogênea em torno do partido; devido ao seu ecletismo, o partido foi resolvendo seus impasses internos e respondendo as questões externas — antigas e novas— de maneira pragmática, buscando sempre equilibrar tensões internas. Como nos adverte Serge Berstein, uma cultura política é sempre a tentativa de se responder um tipo de crise política que se

---

<sup>42</sup>LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

<sup>43</sup>GOMES, Angel de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

<sup>44</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>45</sup>LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

<sup>46</sup>LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

<sup>47</sup>Para Serge Berstein os partidos políticos seriam formas organizadas de expressão das culturas políticas, significando o seu amadurecimento, neste sentido, como é difícil precisar uma cultura dominante entre as três vertentes — não queremos dizer que compuseram o partido de maneira equitativa — acreditamos que a consolidação de uma cultura política petista se deu *a posteriori* como fruto de sua gênese marcada pelo ecletismo e sua forma de respostas pragmáticas.

relaciona com circunstâncias históricas específicas<sup>48</sup>, em certa medida a formação do PT representa isso, pois buscou responder simultaneamente a diversas crises.

Sendo assim, o processo de formação do PT carregou esta ambiguidade em sua formação, era ao mesmo tempo um partido que não representava uma cultura política consolidada; e um movimento que resultava do processo de convergência de culturas políticas diversas, mas que não se estabilizava em uma cultura política homogênea, no entanto, o suficiente para produzir uma identidade política, pois afirmava sua diferença na negação das tradições previamente colocadas, na exclusão de elementos da sua rede. Para nós o PT se constitui em um *significante vazio*<sup>49</sup>; para sermos mais específicos, é a intenção dos trabalhadores de formar um partido, como também o impacto de suas mobilizações que permitiram a aglutinação de elementos distintos em torno de suas demandas.

Em seu programa, em sua ação, o novo partido precisava mediar às diversas expectativas, mas sob e através da hegemonia do “novos sindicalistas” na sua luta por direitos de organização e melhores condições de vida. Neste sentido, de acordo com a tradição, ou perspectiva que aderiu na formação do PT, ele detinha um significado específico, não

---

<sup>48</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>49</sup>Em seu livro *a Razão Populista* Ernesto Laclau tenta demonstrar o porquê da importância dos significantes vazios para a compreensão do fenômeno político. Neste sentido, ele tenta demonstrar que as identidades são puramente diferenciadas, de certo modo há um todo em que essas identidades, mesmo diferentes são constituídas. A constituição do todo político (identidade) sempre parte de uma realidade de identidades diferenciadas. Neste sentido, antes do fenômeno político, não existe *a priori* um centro estrutural que determina em última instância os efeitos centralizadores; constituir um horizonte precário e totalizante tem de partir da interação das próprias diferenças. Desta forma, reafirma a lógica relacional do processo de significação. Assim, a partir da lógica puramente diferencial, sua totalidade precisa estar no ato individual de significação. Em segundo lugar, para apreender esta realidade conceitual é necessário apreender seus limites, isto é, diferenciá-las de outras *que não* elas. Porém, esta seria outra diferença, no entanto, esta outra diferença provê o fator externo que compõe toda a totalidade; neste sentido seria interna e não externa a essa totalidade. Isso quer dizer que ela seria inadequada para a tarefa totalizadora. Em terceiro lugar, a única possibilidade de existir um exterior, teria que ser esse exterior constituído por um elemento que não fosse neutro, mas sim, um elemento excluído, algo expelido pela totalidade para se constituir. Para este caso Laclau usa o exemplo da demonização política, que serve como um fator de coesão para segmentos diversos. Para Laclau, isto cria outro problema, que se localiza na relação entre diferença e equivalência. Para ele as diferenças são subvertidas na equivalência em relação à identidade excluída, ou seja, o que possibilita a identificação é o ódio a alguém. Neste sentido, o *lôcus* da totalidade só é possível encontrar nesta tensão entre diferença e equivalência; em última análise, o que existe é uma totalidade fracassada, uma inalcançável plenitude, uma totalidade ao mesmo tempo impossível e necessária. Insuperável porque esta tensão entre diferença e equivalência é impossível de ser superada, necessária, pois, sem este fechamento, por mais precário que seja, não seria possível a constituição de qualquer identidade. Em quinto lugar, permanece a dificuldade de determinar conceitualmente o objeto, porém, a representação é mais ampla do que a apreensão conceitual. Como argumenta Laclau, neste momento, há a possibilidade de uma diferença particular; sem perder a sua particularidade, assuma a representação de uma totalidade incomensurável. Dividindo-se em particularidade que continua sendo e totalidade, ou melhor, significado universal do qual se apodera. Este movimento de uma particularidade adquirir um significado universal é o que Laclau chama de hegemonia. Neste sentido, a identidade hegemônica torna-se algo da ordem de um *significante vazio*, sendo que sua particularidade atinge uma completude inalcançável.

necessariamente compartilhado em todas as vicissitudes por todos os seus componentes; seus documentos refletiam estas mediações, estas ambiguidades, este regime de diferenciação e constituição de uma totalidade frágil sempre sob a tensão entre a equivalência e a diferença entre diferentes visões<sup>50</sup>. Era na identidade de um partido formado por trabalhadores, democrático, de bases, de massas e socialista; por mais difusos que fossem esses elementos, que se constituía a unidade.

Seja talvez nesse sentido que Berstein afirme que os partidos são espaços de mediação política. Para ele, o homem sozinho ou em sociedade possui aspirações que concernem ao seu cotidiano. A passagem entre essas aspirações (que não são somente materiais) e sua expressão política não é automática nem muito menos algo dado. Como bem diz, a realidade vivida pertence à esfera do cotidiano, do concreto, enquanto o fenômeno político está na esfera do discurso, das representações especulativas que não existe uma passarela natural entre as duas dimensões<sup>51</sup>. É na tentativa de traduzir estas expectativas localizadas na sociedade, em sua vida concreta que se insere a função de um partido político. O PT naquele momento significou uma cultura “basista”, anti-institucional, que se refletia em suas formas iniciais de organização, importante para os membros do cristianismo de libertação<sup>52</sup>, uma narrativa direcionada para a construção de um partido identificado com a classe trabalhadora organizada; confirmando o processo hegemônico pelos trabalhadores<sup>53</sup>; como também um sentido anticapitalista e uma retórica fortemente influenciada pela doutrina marxista, correspondendo aos desejos das organizações revolucionárias envolvidas no mesmo processo<sup>54</sup>. Por outro lado, tendo em vistas o momento vivido pela sociedade brasileira, era impossível não ter a democracia quanto valor e elemento de convergência de todas as tradições. Em trechos diferentes do manifesto de fundação do partido percebemos com clareza estes elementos:

---

<sup>50</sup>LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

<sup>51</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>52</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

<sup>53</sup>Foi uma realidade no processo de formação do PT o debate entre suas lideranças em torno do nome da nova legenda; para alguns o novo partido deveria enfatizar a sua identidade popular e se chamar Partido Popular, no entanto, confirmando o papel hegemônico do Novo Sindicalismo no processo de formação do PT, prevalece Partido dos Trabalhadores.

<sup>54</sup>AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. [...] O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, veem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade, O PT quer atuar não apenas nos momentos de eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos pelas suas bases. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 65-66).

É neste caminho que confirmamos também outra característica levantada por Bernstein, que ressalta a disjunção sempre existente entre os fatores que geram o partido político e os componentes do seu programa. Segundo o autor há uma distância considerável entre as duas dimensões, pois passamos do domínio concreto para a dimensão do discurso e é neste espaço, entre o concreto e o político que há a mediação política<sup>55</sup>; podemos dizer que embora refletisse medições entre perspectivas, não respondia a nenhuma delas em sua totalidade. Como afirma o autor:

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que tem como funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume um aspecto de uma tradução e como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. (BERSTEIN: 2003, p. 61).

---

<sup>55</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Na realidade, o PT identifica na necessidade de autonomia dos trabalhadores a sua questão problema e a partir deste viés nega as tradições anteriores, pois para os ativistas, estas não significavam a organização autônoma dos trabalhadores, eram consideradas iniciativas de cima para baixo. Na exclusão<sup>56</sup> do trabalhismo e dos partidos comunistas como elementos possíveis para a constituição de uma nova proposta política, que os trabalhadores envolvidos no Novo Sindicalismo também aproximavam o cristianismo de libertação, e os militantes das organizações revolucionárias. Sendo assim, em alguma medida, os programas e documentos do PT representavam neste momento uma composição eclética entre referências que compunham as diversas tradições, mas sem adequadamente representar plenamente qualquer uma das perspectivas políticas envolvidas em sua formação.

Continuando no itinerário oferecido por Berstein, os partidos oferecem-nos uma demonstração do estágio de desenvolvimento das sociedades e quatro são os elementos que para o autor os caracterizam: a *duração no tempo*, ou seja, uma vida mais longa do que a vida de seus fundadores, o que por sua vez reflete que estes detêm raízes profundas na sociedade, possivelmente tendo como existência mínima a escala de uma geração; *extensão nacional*, se constituindo em uma rede de relação hierarquizada entre um centro (nacional) e estruturas locais abrangendo parte da população; *aspiração ao exercício de poder* se refletindo em um projeto global de nação que implica a consideração de interesses contraditórios e a arbitragem entre eles, e por fim, *vontade de buscar o apoio da população*. Acreditamos que o PT em seu percurso corresponde a estas características levantadas pelo autor, dando conta de que algumas nuances precisam ser consideradas, pois marcam as especificidades do PT.

Em sua trajetória o PT foi se transformando; estas questões serão aprofundadas por nós mais adiante, mas por hora, as consideraremos brevemente para dar maior coesão às intenções deste capítulo; suas posições, valores, rituais, representações e identidade não estavam colocadas *a priori*, foram sendo feitos no caminho. Assim, sabendo das referências apresentadas por Berstein, precisamos considerar suas especificidades ante este modelo. Em relação à duração no tempo e sua projeção geracional, após 36 anos de história, embora muitos dos fundadores do partido permaneçam em cena, temos reais indícios da renovação de quadros do partido, que significa para nós uma transição geracional em curso no partido. Outro aspecto que já reconhecemos desde sua fundação, seria a projeção nacional do partido, embora, como bem nos lembra o historiador Lincoln Secco, a formação do PT se deu de

---

<sup>56</sup>LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

maneira distinta de acordo com as características regionais que davam traços muito distintos de uma realidade do partido em um estado em relação ao outro, mas de fato o PT já se constitui como um partido de projeção nacional.

Em relação ao exercício do poder, outra diferença fica evidente; pelo menos em seus momentos iniciais; o PT tinha na sua formação um forte traço anti-institucional<sup>57</sup>, seu projeto de poder se daria a partir da inversão de prioridades que estariam voltadas para a luta social e teria nas eleições apenas um momento de expressão desta ampla rede de ação nas lutas sociais, como percebemos neste trecho do programa de fundação do partido:

Nosso partido é diferente porque democrático: pois quem mandam são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo, aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa dos seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, os trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreendem, então, que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, que não se limite a tal categoria ou tal região. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 68).

Neste trecho ficam claras muitas das características ressaltadas por Berstein, como também as nuances do PT apresentada por nós, sua visão voltada para a luta social, uma cultura em seu início anti-institucional, caracterizava um partido que em alguma medida não

---

<sup>57</sup>LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

tinha; pelo menos inicialmente; uma clareza da tomada de controle do Estado como fator central de sua estratégia política. O fundamental seria a conquista do poder através da articulação das lutas no âmbito da sociedade concomitante a radicalização da democracia.

No que tange a busca do apoio da população, embora portador de forte retórica anticapitalista, seus documentos estavam voltados para uma pluralidade de segmentos da sociedade, onde recrutava militantes e eleitores.

No entanto, Bernstein, aproveitando as ideias de Maurice Durverger<sup>58</sup>, ainda nos faz outra caracterização dos partidos políticos que nos serve de referência para análise do processo de formação do PT. Trata-se de como se dá a formação dos partidos, neste sentido, tendo como referência o modelo político parlamentarista, o autor considerava dois tipos de processos formadores dos partidos: os partidos que se formavam a partir da lógica e dos interesses localizados no parlamento e os partidos que tinham seu processo de constituição por fora do parlamento, de origem externa<sup>59</sup>.

Os primeiros são intrinsecamente ligados à lógica parlamentar, pois resulta de modo geral da iniciativa de parlamentares desejosos de sua reeleição, voltando-se somente para a mobilização de eleitores, tem por finalidade a manutenção da bancada eleita. Este tipo de partido conserva estreitas relações com o grupo parlamentar que o formou, sua atividade se acentua geralmente em períodos eleitorais, já que sua razão de ser é ganhar as eleições e conquistar o parlamento. É um partido de quadros. A partir de tudo que apresentamos sobre o PT, sabemos que dificilmente poderíamos enquadrá-lo neste perfil de origem e funcionamento<sup>60</sup>.

Poderíamos dizer que o Partido dos Trabalhadores se assemelharia com o segundo modelo oferecido por Maurice Durverger, no qual, a formação do partido seria fruto de dinâmicas externas à institucionalidade e ao parlamento. Estes emanariam de grupos de pressão como sindicatos, grupos de pensamento, igrejas, associações e etc., a base militante é a fonte essencial da representação eleita, sendo esta em alguma medida controlada pela base

---

<sup>58</sup>BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>59</sup>BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>60</sup>BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

partidária; demonstram certa indiferença em relação às lutas parlamentares e possuem um nascimento mais tardio que os partidos da primeira categoria<sup>61</sup>.

Para nós é de fundamental importância considerar estes aspectos na formação do PT, pois teremos mais clareza de suas mudanças fisionômicas, pois na transição de um movimento para um partido amplamente institucionalizado e inserido nas principais disputas políticas do sistema eleitoral brasileiro o Partido dos Trabalhadores teve que se adequar ao sistema político, mediar com os valores presentes na sociedade e dialogar com uma realidade que era alheia ao seu funcionamento interno, como também, as intenções geradoras. Sem considerar as vicissitudes do processo inicial de formação do PT, dificilmente teremos capacidade de identificar os indícios de continuidade e descontinuidades do partido em sua trajetória.

A história nos mostrou que muitas das rupturas desejadas pelo novo partido não se confirmaram, as continuidades se impuseram e mostraram que mesmo sendo portador de novidades o partido não conseguiria se desvencilhar de práticas e valores correntes em uma *cultura política geral*<sup>62</sup> detentora de forte força gravitacional. É neste sentido que achamos ainda necessário ressaltar alguns aspectos que serão ainda debatidos por nós, mas que os ativistas que criaram o novo partido — embriagados pela intensidade das disputas e crenças no vigor irrefreável das mobilizações — não consideraram, pois para eles a possibilidade do PT ser assediado pelas práticas correntes da política brasileira era algo improvável.

Para apreendermos de maneira aproximada a trajetória petista é necessário observar que em sua inflexão de um movimento a partido, antes, o PT teve que lidar com questões como a cultura patrimonialista; indelével marca da relação entre Estado e sociedade na nossa política; com o sistema político eleitoral brasileiro que nos seus limites e possibilidades, foi envolvendo cada vez mais o PT em sua dinâmica. Teve que enfrentar também em seus traços peculiares a relação entre Estado e sociedade, com suas marcas no tipo de cidadania construído no Brasil. Outros temas também assombraram o partido em sua trajetória, como, corrupção, pacto federativo e regime republicano e também contribuem para obtermos uma visão panorâmica do caminho percorrido pela legenda.

---

<sup>61</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>62</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Para nós, todos estes elementos fazem parte de uma cultura política nacional (geral), na qual, toda cultura política (específica) que deseja incidir sobre os rumos da sociedade e quanto fragmento de uma cultura geral existente também no presente da sociedade precisa em algum nível dialogar. Como nos afirma Berstein, um partido é fruto de um tipo de crise, pois não nasce fortuitamente do acordo e do desejo de seus criadores; ele dialoga com circunstâncias históricas específicas no qual ele foi gerado, respondendo a problemas fundamentais da sociedade<sup>63</sup>. Porém, as circunstâncias históricas se modificam e com a mudança das condições originais do qual o partido se formou ele se vê obrigado a mediar com estas alterações; esta condição coloca os partidos naquilo que Bernstein chamou de *inércia*<sup>64</sup>. No entanto, esta inércia não significa capacidade de mudança pura e simplesmente, ou resiliência ante as mudanças das circunstâncias históricas, mas sim, sobretudo, permanecer após as mudanças históricas através de mecanismos como imprensa, institutos, organismos no âmbito da sociedade civil, que lhes permite formar parcelas suscetíveis ao recebimento de suas posições na opinião pública. Todavia, para permanecer no centro das disputas políticas do presente uma cultura política precisa estar em constante evolução, caso contrário estará condenada a diminuição da sua capacidade de influência<sup>65</sup>. Como afirma:

Assim como ela surge em dado momento da história, uma cultura política evolui ao longo da história. De fato, ela tem de se adaptar às mutações da sociedade, sem o que está condenada a entrar em decadência por inadequação as expectativas dos cidadãos.

Compete-lhe integrar permanentemente em suas análises os novos fatos que surgem, alterar suas grades de leitura em função das evoluções da conjuntura, adaptar seus princípios originais aos problemas do presente. (BERNSTEIN: 2009, p. 39).

Ao passo que o PT foi se convertendo em um partido lastreado na estrutura institucional, ele foi se transformando; as características fundamentais que contribuíram para sua formação se transformam radicalmente durante a década de 1990, forçando o partido a fazer revisões no seu percurso previamente planejado. Com isso, a pretensão do Partido dos Trabalhadores na sua fundação de se constituir como o novo, de superar o *status quo*, em

---

<sup>63</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>64</sup>BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>65</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

todas as dimensões, à esquerda e à direita, não se confirmou; muito do que parecia ser genético do PT— não sendo passível de mudança como uma *cláusula pétrea*—, de fato não o era, não continuou sendo, ou mesmo nunca se confirmou como muitos dos seus fundadores acreditavam. E é este o nosso intuito neste breve esforço de estudo, identificar quais os fatores que contribuíram para gerar as mudanças do Partido dos Trabalhadores.

## 2. O PT NA ENCRUZILHADA

Como afirmamos anteriormente o PT tem em sua gênese a marca da crítica ao regime autoritário e a defesa da redemocratização; é provável que sem a conjunção desses fatores não seria possível a sua formação e a convergência de visões políticas tão distintas no objetivo comum de construí-lo. Embora marcado de maneira indelével pela atuação dos trabalhadores, o momento político do Brasil de lutas por direitos e democracia completava o cenário favorável para a construção de propostas alternativas. A sociedade fervilhava anunciando e denunciando os conflitos do tempo presente e a questão democrática era o nexo de todo este calor.

Após os primeiros anos de sua formação e as intensas mobilizações dos trabalhadores do ABC paulista, a questão democrática perdura no horizonte, garantindo a mobilização de diversos setores da sociedade no combate aos entulhos autoritários do regime de exceção; a questão das eleições diretas vira o mote para a maior campanha de massas da história republicana<sup>66</sup>. No ano de 1983, no dia 15 do mês de junho, houve o primeiro ato das *Diretas Já*, em Goiânia, organizado por lideranças do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB); ao contrário do discurso corrente no qual coloca a campanha como resultado da iniciativa do PT<sup>67</sup>, porém, isto não diminui a relevância de sua participação. Era o primeiro movimento em que a direção do partido dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos<sup>68</sup>. Em novembro do mesmo ano, mais uma manifestação pública reuniu na Praça Charles Miller (São Paulo) em única frente; com forte protagonismo de lideranças petistas; PT, PMDB, PDT<sup>69</sup>, CUT e outras organizações, mas era um público principalmente formado por militantes do PT<sup>70</sup>. Em janeiro do ano seguinte o PMDB entra de cabeça na campanha, com destaque para o papel do seu então presidente Ulysses Guimarães. A formação da frente em torno das *Diretas Já* refletia uma inversão de tendência, tendo em vista o período de reforma partidária de 1979, quando os setores vinculados à oposição ao regime se fragmentaram em diversas propostas partidárias; aquele episódio, ao contrário, refletia a

---

<sup>66</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial. 2011.

<sup>67</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial. 2011.

<sup>68</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2012.

<sup>69</sup>Partido Democrático Trabalhista.

<sup>70</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2012.

coesão da oposição, enquanto o Partido Democrático Social (PDS); antiga ARENA que representava a situação política do regime; se esfacelava em disputas e intrigas internas<sup>71</sup>.

Amplios setores da sociedade foram sensibilizados pela campanha e logo nos primeiros meses grandes comícios foram realizados; em São Paulo, por iniciativa do governador Franco Montoro, formou-se um comitê integrado por partidos da oposição e sindicatos com o objetivo de organizar um comício na Praça da Sé<sup>72</sup>. O comício ultrapassa as expectativas e reúne milhares de pessoas. Já o PT ganhou protagonismo nas ruas mesmo sem ser a principal força política envolvida; pois dela participavam um amplo campo político, composto por figuras de renome, como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Freire, Orestes Quécia, entre outros políticos<sup>73</sup>.

A população por sua vez punha as suas esperanças na busca de um modelo de representação autêntica e resolução dos seus problemas relacionados à sua condição de vida. Na reta final, pouco antes da votação da proposta de emenda constitucional Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984, as mobilizações em torno da campanha se avolumavam; comícios com 300 mil pessoas em Belo Horizonte (24 de fevereiro), 250 mil em Goiânia (12 de abril), 200 mil em Porto Alegre (13 de abril), sendo os maiores, 1 milhão no Rio de Janeiro (10 de abril) e 1,5 milhões em São Paulo (16 abril)<sup>74</sup>.

Como bem sabemos a emenda não foi aprovada no congresso por 22 votos, pois precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas, mas recebeu apenas 298<sup>75</sup>, destes, 55 votos pertenciam à parlamentares do PDS; de qualquer forma mesmo se fosse aprovada na câmara, a emenda teria dificuldade de ser ratificada no senado, onde o PDS detinha uma maioria estável graças aos senadores biônicos. No entanto, para nós, a campanha mantém um cenário favorável para a construção do partido tendo em vista o seu *modus operandi* do ciclo histórico inicial; um partido que tinha como marca estar na rua e nas mobilizações como fator preponderante da sua ação; este clima mantém as condições favoráveis para a manutenção do partido no seu formato original.

---

<sup>71</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

<sup>72</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

<sup>73</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

<sup>74</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

<sup>75</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

A derrota da emenda culmina na reorganização da frente em torno da disputa do colégio eleitoral conformando a Aliança Democrática, que tinha Tancredo Neves como candidato da oposição. No PDS, as contradições e disputas internas culminaram na dissidência que originou o Partido da Frente Liberal (PFL), reuniam-se nele eminentes lideranças identificadas com o regime (José Sarney, Marco Antônio Maciel, Antônio Carlos Magalhães, entre outros)<sup>76</sup>. O PFL se aproxima do PMDB; os dissidentes indicaram José Sarney como vice da chapa com Tancredo, embora visto com desconfiança por parte dos peemedebistas, a sua indicação foi fundamental para consolidar a aliança e a vitória no colégio eleitoral, pois não permitiu tempo hábil para a reação do PDS<sup>77</sup>.

O PT, nesse contexto, dividiu-se entre a ida ao Colégio Eleitoral e a não participação. Para decidir a questão, o partido realizou mais de 450 encontros de base, mobilizando diretamente 19.916 filiados para decidirem o posicionamento dos parlamentares petistas no Colégio Eleitoral. A proposta de ida, defendida por Airton Soares (deputado federal) obteve 5,7% dos votos; Paul Singer (importante intelectual do partido) defendeu a ida condicionada a um acordo programático e obteve 8,3% dos votos, mas prevaleceu a proposta defendida pelo diretório nacional do partido, obtendo 86% dos votos na afirmação da não participação do PT. Para a maioria do partido a participação na eleição indireta refletiria sua conviência com um arranjo de cúpula<sup>78</sup>, porém, mesmo após a decisão, três dos seus deputados votaram no Colégio Eleitoral<sup>79</sup>. A não participação colocou o PT em isolamento; por consequência dos fatos o PT realiza um encontro extraordinário do partido para fazer um balanço da sua participação na campanha das Diretas. Como podemos ver logo no início da resolução do encontro “Contra o Continuismo e o Pacto Social”, o tom do documento:

Nosso objetivo, neste documento, é o de fazer uma avaliação da campanha das Diretas, da situação econômica e social do País, do Regime Militar, do malufismo e da Aliança Democrática. Com base nesta análise, estamos propondo ao partido um plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social. Isto significa que o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o governo Figueiredo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998 p. 179)

<sup>76</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2014.

<sup>77</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2014.

<sup>78</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial. 2011.

<sup>79</sup>A decisão levou à saída dos deputados Bete Mendes (SP), José Freitas (RJ) e de Airton Soares (SP); todos tinham uma militância anterior ao PT.

Embora isolado politicamente, no mesmo contexto, o PT consegue sua primeira grande vitória em prefeituras, vencendo em Fortaleza, com Maria Luíza Fontenelle<sup>80</sup>; no mesmo período venceria também em Vila Velha onde a prefeitura experimentalista pela primeira vez o *Orçamento Participativo*<sup>81</sup>; marca das gestões petistas a frente das prefeituras, sobretudo, durante a década de 1990. Este isolamento trouxe paradoxalmente outros efeitos positivos para o PT, pois enquanto o PMDB capitalizava eleitoralmente o movimento das Diretas, o partido se voltava para construção interna, elaboração estratégica e as disputas no âmbito da sociedade civil. Na segunda metade da década de 1980, o PT criou um espaço próprio no âmbito das lutas sociais, mesmo que sob o custo da solidão política<sup>82</sup>.

É neste clima de mobilização e relativo otimismo — não sem derrotas, seja do PT, seja do campo progressista de modo geral — que o PT faz o seu percurso até a sua participação eleitoral mais expressiva até então no ano de 1989, quando o partido levou o seu candidato Luiz Inácio ao segundo turno da eleição com o candidato *out sider* Fernando Collor de Melo. No entanto, no meio do caminho um momento marca a trajetória do partido, o emblemático 5º encontro do PT.

O 5º encontro do partido realizado nos dias 4 e 6 de dezembro de 1987 foi marcante pelo fato de dar forma ao modelo de funcionamento e organização do partido que perdurou durante o período subsequente; tratou também de questões candentes para sua organização e o seu funcionamento, permitindo a sua construção dentro de um horizonte estratégico. Para nós, é no 5º encontro que o Partido dos Trabalhadores inicia sua inflexão de um movimento em direção a sua institucionalização e “estabilização” como partido político, que se insere em uma ordem jurídica e institucional. Questões como política de alianças nas dimensões políticas e sociais, centralização partidária, intervenção unificada, frente partidária versus partido centralizado, a dicotomia entre partido de quadro e partido de massas, a necessidade de se constituir quanto alternativa de poder, a valorização do crescimento na institucionalidade, direito de tendência e um modelo de organização interna que equilibrasse o funcionamento entre as diversas instâncias de organização partidária foram tratadas no encontro. O 5º Encontro Nacional foi capaz de condensar estas questões e apresentar um

---

<sup>80</sup>A gestão enfrentou grandes dificuldades por conta do alto nível de endividamento e não tinha apoio do governo estadual e federal, e o governo termina sob grave crise.

<sup>81</sup>Orçamento Participativo foi uma modalidade de definição e gestão do orçamento, na qual, inseria a população no processo de formulação e definição das prioridades no uso dos recursos públicos. Embora reservasse uma parte reduzida no orçamento, significou uma significativa mudança nas formas de gestão pública dos municípios, ganhando visibilidade como forma de gestão democrática.

<sup>82</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial. 2011.

modelo de ação do partido que orientou seu comportamento no futuro; podemos dizer que pouca coisa mudou até que o partido atingisse o terceiro ciclo de sua história na realidade de governo, a partir do governo Lula em 2003.

No 5º encontro temos sinalizações claras de que o partido reconhecia a necessidade de crescer eleitoralmente se mostrando capaz de governar, como vemos neste trecho:

Para o PT apresentar-se à população como alternativa real de governo é fundamental uma plataforma de campanha com propostas concretas para enfrentamento dos principais problemas locais. É necessário que o Partido se dirija ao conjunto da população e não apenas à parcela organizada da sociedade. É importante também mostrar que o Partido possui capacidade política, técnica e administrativa para exercer o governo local.

Entendemos que o programa de governo do PT deve expressar o conhecimento político e técnico acumulado pelo Partido em sua participação nas lutas dos trabalhadores (movimento sindical e popular), e permitir novas contribuições, ampliando a base social e militante do partido. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p.345)

Para nós esta revisão na forma de construção do partido sinaliza uma reação importante a um processo já percebido pelo partido e manifestado também nas resoluções do 5º Encontro, que é a dificuldade de manutenção de um modelo pautado apenas na luta social e na mobilização. Destarte, o PT responde ampliando a dimensão dos espaços de construção e acumulação política e para isso o PT teve que enfrentar questões delicadas como a necessidade de fazer alianças com setores diversos da sociedade e com outros partidos políticos. Nas palavras presentes nas resoluções do 5º Encontro, o PT precisa obter uma leitura mais clara da composição das classes sociais no Brasil, apreender as clivagens no interior da burguesia e aproveitar suas contradições internas se permitindo alianças táticas para que pudesse avançar na construção do socialismo. Isto fica evidente neste trecho:

A frente única classista — que engloba todos os trabalhadores assalariados — não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso, é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com os setores da burguesia.

Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia — sendo, estes últimos, trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção — embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) tem, também, profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e proletarização. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 325)

Se reservando a condição de aliança tática, embora aparentemente modesta, a resolução significou uma revisão profunda — embora cercada de cautela—, da postura partidária na relação com segmentos sociais a princípio não identificados com o partido. Para a consecução do seu projeto, o PT defende a formação de um bloco *policlassista* sob a hegemonia da classe trabalhadora no enfrentamento com a grande burguesia. A ampliação do campo de aliança no discurso era no âmbito da tática, mas na prática, a partir deste momento mostrava-se que a questão das alianças estava na dimensão estratégica, pois a difusa definição dos adversários, também se reproduzia com os aliados. Na teoria, mas, sobretudo, na prática — tendo também em vista a forte cultura pragmática do petismo — a fórmula viraria um “catecismo” em muito professado pelo partido, embora pouco anunciado ou assumido. Como dissemos, a alta burguesia era o inimigo declarado; na mesma falta de precisão dos adversários o PT definia o seu campo de aliados; como vemos também neste trecho:

Parece claro que uma saída para a crise econômica, identificada com os interesses da grande burguesia monopolista, continuará encontrando resistências em um nível social e político, da parte da classe trabalhadora e dos setores médios (micros, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos), aflorando contradições entre estas classes e setores contra a grande burguesia.

Inegavelmente — embora não haja ainda uma política detalhada do PT a esse respeito — tem crescido a influência do Partido junto aos setores médios, mais, talvez, pelo profundo insucesso do governo e menos por nossa ação direta. É preciso, então, definida uma correta política de alianças, atrair esses setores, numa tática centrada na mobilização popular, para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um governo democrático e popular. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 305)

Na dimensão eleitoral-partidária a revisão se deu de maneira parecida, mas para se resguardar, tendo em vista as tensões internas, define critérios para a composição das alianças, que embora o mérito (critérios) das composições estivesse circunscrito ao contexto histórico, o método inaugurado transcendia ao momento. Todavia, com isso não queremos afirmar

qualquer tipo de leitura teleológica da trajetória do Partido dos Trabalhadores a partir da consciência do que ele é atualmente; sabemos que o caminho do partido não foi linear, muito menos integralmente planejado, no entanto, consideramos que estas resoluções carregam os primeiros indícios de um processo de revisão política estratégica. Não é nossa intenção assumir o comportamento de profetas do passado; temos apenas o desejo de ressaltar que o 5º encontro se constituiu em um marco inicial — não necessariamente consciente de qualquer finalidade — do processo autorreflexivo do partido e das suas conseqüentes mudanças. Para isso, o PT repensa e encara a necessidade de alianças com outros partidos políticos. Como vemos:

- excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à *Nova República* e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PTB, PMDB). No caso deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. No caso do PCB, embora seja um partido que dê sustentação à *Nova República*, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases rumo à oposição. Quanto ao PC do B e PSB, devemos tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições definidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para o apoio ou relação com o PT. Quanto ao PDT, é um partido de oposição à *Nova República*, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 1988. No entanto, é um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com esse partido deve ser analisada pontualmente;
- avaliar a situação do PCB, PC do B e PSB com o sentido de o PT tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para a posição política defendida pelo PT ou a atração de setores desses partidos para o apoio ou relação com o PT;
- a partir dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT deve incluir em sua política de alianças o PH e o PV. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 344).

Para nós, o 5º encontro do PT inaugura um novo ciclo histórico na cultura petista que se desenvolve ao longo da década de 1990 de institucionalização do partido, ou melhor, da sua conversão da condição de um movimento a um partido inserido no sistema eleitoral e voltado para a obtenção de êxitos em diálogo com esta lógica; para o historiador Lincoln Secco este período corresponderia ao período de consolidação da capacidade de expressão parlamentar do partido, se constituindo assim como o principal partido de oposição no parlamento<sup>83</sup>. Este processo se conclui na vitória eleitoral até então mais expressiva do PT em 2002, quando o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva se elegeu presidente da república e

<sup>83</sup>SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê Editorial. 2011.

abriu um novo ciclo histórico para o partido, mas podendo ser considerado como continuidade dos processos de transformação iniciados nas décadas anteriores.

Estas mudanças do PT, porém, não significaram uma novidade na trajetória dos partidos de esquerda com base operária no mundo. Os estudos de Adam Przeworski sobre a trajetória da Socialdemocracia europeia são reveladores dos condicionamentos enfrentados pelos partidos que desejam representar a classe operária e o desafio de mediar sua estratégia revolucionária com as demandas reivindicadas pelos trabalhadores no presente<sup>84</sup>.

Porém, nos estudos do sociólogo, ele considera o processo de abandono destes partidos de sua perspectiva socialista e revolucionária; o que não necessariamente foi assumindo até os dias atuais pelo Partido dos Trabalhadores. No livro *Capitalismo Socialdemocracia*<sup>85</sup>, no qual, o autor analisa a trajetória dos partidos socialdemocratas da Europa, que foram abandonando sua perspectiva revolucionária à medida que iam se envolvendo e priorizando a disputa institucional (eleitoral). Como demonstra Przeworski, os partidos que possuem base social entre os trabalhadores são pressionados pelas suas próprias bases a participarem dos processos eleitorais em busca de ganhos imediatos. No entanto, esta opção impõe limites significativos à estratégia transformadora inicial (revolucionária), pois com os processos de competição eleitoral os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe, esvaziando a dimensão de uma identidade rigidamente identificada; para o autor, compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, até preferido pelos trabalhadores a estratégias mais radicais.

A abstenção eleitoral não seria possível para os partidos socialistas e a participação não pode ser meramente simbólica, pois no sistema capitalista seria possível a partir da competição democrática, promover algumas mudanças no sentido de seus interesses no curto prazo e qualquer partido que deseje mobilizar os trabalhadores precisa fazer uso destas oportunidades. Como afirma Przeworski neste trecho:

---

<sup>84</sup>PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

<sup>85</sup>Adam Przeworski em seu livro *Capitalismo e Socialdemocracia* tenta desconstruir o senso-comum presente na maioria das análises sobre o processo histórico da socialdemocracia europeia, argumentando que a opção de disputar as eleições no sistema capitalista, foi uma necessidade de garantir vitórias imediatas para a classe trabalhadora que por outro lado, impôs uma série de limites para a sua estratégia revolucionária, porém esta opção era a que mais correspondia aos anseios dos trabalhadores.

Manter uma atitude totalmente negativa, embora em princípio bastante satisfatória, teria sido impossível para qualquer partido cuja importância não fosse de todo nula. Tal atitude inevitavelmente teria contrariado a maioria dos verdadeiros anseios dos trabalhadores organizados e, se permitisse durante qualquer lapso de tempo, teria reduzido os seguidores a um diminuto grupo de ascetas políticos [...], nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos. (PRZEWORSKI: 1995, p. 25.)

O desafio para o ímpeto transformador inicial do PT seria como manter sua radicalidade; participando cada vez mais de um sistema; um partido que queira governar não pode parecer “irresponsável”, em relação às regras e aos limites do jogo democrático. Na opção de participar — embora no caso do PT nunca fosse uma questão desde sua fundação — os partidos socialistas foram abandonando a perspectiva revolucionária, pois partiam da premissa que os trabalhadores viessem a se constituir como maioria social no bojo do próprio desenvolvimento do capitalismo; entretanto, isto não ocorreu.

Diante da realidade concreta dos sistemas eleitorais, os partidos socialistas se viram ante a necessidade das alianças, pois não constituíam mais da metade de todas as outras forças sociais reunidas; foram obrigados a combinar a condição de minoria com o governo de maioria. Nesta condição de minoria, os partidos socialistas foram obrigados a tecerem alianças com outras classes, buscando apoio inicialmente com setores pequeno-burgueses da sociedade, acarretando transformações no interior do próprio partido, pois, para se tornar mais abrangente os partidos de base operária passam a ser o partido do povo. Como afirma Przeworski, o sistema democrático prega uma peça, pois a emancipação dos trabalhadores não é obra dos próprios trabalhadores<sup>86</sup>.

Não queremos dizer aqui, no entanto, que a trajetória do PT seria mera repetição do trajeto percorrido pela socialdemocracia; tomamos apenas como referência alguns dos desafios enfrentados por esta tradição política para a nossa análise. Ao contrário da socialdemocracia — pelo menos formalmente — o PT não abandonou sua orientação socialista e anticapitalista. Não acreditamos que o percurso da socialdemocracia se constitua em um caminho absoluto que condene ao mesmo fim toda e qualquer alternativa reformista no marco do capitalismo. Cremos que em sua trajetória, o que há de seminal e que serve em muito para o objeto de nosso estudo são as pressões que incidem sobre os partidos de base social formada majoritariamente por trabalhadores, em tentar reformas estruturais do capitalismo por dentro do seu sistema eleitoral.

---

<sup>86</sup>PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

Estas pressões enfrentadas pelo PT não resultam necessariamente de uma necessidade de participação a priori do sistema político, mas são também respostas aos desafios enfrentados pelo partido em seu percurso, pois, já no final da década de 1980 o movimento sindical — e não só — sente as dificuldades de manter os níveis de mobilização e de dar consequência de uma agenda ofensiva. Isto também se reflete nas resoluções do 5º encontro: “o sindicalismo classista enfrenta dificuldades para encaminhar as lutas dos trabalhadores, decorrentes da recessão, do desemprego, das condutas patronais e governamentais hostis...” (PARTIDOS DOS TRABALHADORES: 1998, p.329). Já no final da década, já eram evidentes para os militantes e dirigentes do partido a dificuldade de manutenção de um modelo inicial. Esta realidade se agrava a partir da década de 1990 com a intensificação do quadro recessivo e a introdução de novos padrões produtivos que geraram mudanças radicais no mundo do trabalho, que por consequência, alteraram a fisionomia do trabalho e impactaram negativamente as formas tradicionais de organização dos trabalhadores através dos sindicatos.

Neste sentido adiantaremos algumas considerações sobre o mundo do trabalho, pois este a partir da década de 1980 se modificou no mundo e de forma mais evidente na década de 1990 no Brasil. Porém, nos debruçaremos sobre a questão em outro capítulo, no entanto, achamos importante adiantarmos alguns aspectos da discussão para darmos coerência à análise feita neste capítulo.

Destarte, a partir da década de 1980 o mundo do trabalho tem alterações no seu padrão produtivo, sobretudo nas economias centrais do capitalismo, através da introdução de novos insumos tecnológicos, como a robótica, a automação e a microeletrônica, que levaram a classe trabalhadora a ter contato com transformações no modo de produção que não alteraram sua realidade apenas no plano objetivo, mas também sua subjetividade. Estas mudanças nas tendências produtivas constituíram um cenário, em que, os sistemas como *Fordismo* e *Taylorismo* não governam mais isoladamente, ao contrário, mesclam-se com outros processos produtivos. O *cronômetro*<sup>87</sup> e a produção padronizada não determinavam sozinhos o funcionamento da produção, são substituídos por padrões flexíveis, ou melhor, pela *flexibilização da produção*, e pela *especialização flexível*.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>88</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

A mudança no padrão produtivo resultou da introdução do modelo japonês, convencionalmente chamado de *toyotismo*<sup>89</sup> que passou a mesclar-se ou substituir o modelo fordista-taylorista dominante. Neste, o trabalho é desregulamentado de forma a permitir ao capital maleabilidade para se adequar a nova fase; as conquistas dos trabalhadores do período fordista são eliminadas. Outro aspecto seria a capacidade deste sistema em articular a estrutura produtiva se utilizando do desenvolvimento tecnológico para imprimir uma dispersão da produção, baseando-se em empresas médias, pequenas, e até “artesanais”. Este paradigma produtivo recusaria a produção em massa e concentrada, característico do modelo fordista.

A introdução deste modelo gerou por outro lado, um forte impacto na forma de organização dos trabalhadores; adaptados ao paradigma de ação, negociação e organização oriundos do fordismo; pois a descentralização produtiva e os avanços tecnológicos contribuíam para a diminuição da autonomia e coesão do operariado como também sua dispersão espacial.

No entanto, para além do paradigma produtivo, estas mudanças geraram uma nova dinâmica na forma que o sistema capitalista organiza o seu processo de acumulação; neste sentido, Antunes, define estas alterações como uma forma de *acumulação flexível* do capital. Essa se constitui no confronto com a rigidez fordista, apoiando-se na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo; gerando setores inteiramente novos na produção, outras maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, propiciando uma inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível gera mudanças no padrão de desenvolvimento desigual, tanto entre setores produtivos, como entre regiões, ampliando os empregos no setor de serviços, como também, criando conjuntos indústrias em regiões até então subdesenvolvidas<sup>90</sup>.

A realidade gerada pela introdução de novas metodologias produtivas criou para Antunes, excedentes na força de trabalho que levaram o retorno a formas absolutas de mais-valia; até mesmo em países desenvolvidos; gerando superexploração, evidenciando, segundo

---

<sup>89</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>90</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

o autor, o caráter sombrio do capitalismo<sup>91</sup>. Outra característica importante, é que estas transformações intensificam o desemprego estrutural, mudam as formas de relação entre os trabalhadores no meio de trabalho, envolvendo este no processo de maneira cooptada, o que permite ao capital se apropriar do saber e do fazer.

Neste sentido, estas transformações afetam a forma em que o operariado industrial se organiza, acarretando metamorfoses no *ser* do trabalhador, atingindo também o universo da consciência, da subjetividade, das formas de representação dos trabalhadores, colocando o sindicalismo na defensiva, ou ampliando a adesão aos sindicatos de participação, que não assumem uma postura crítica ante as mudanças do processo produtivo. Ou seja, abandonam as perspectivas que objetivavam ações de âmbito geral, que visavam à emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e a libertação do gênero humano.

Esta situação é agravada no Brasil a partir da introdução de políticas de cunho neoliberal que impactam os níveis de emprego, pois, a internacionalização e a abertura abrupta da economia brasileira eliminaram diversos setores produtivos incapazes de acompanhar a guinada; sendo possível apenas a alguns poucos nichos nacionais suportarem os novos ventos de avassaladora competição externa<sup>92</sup>. Com isso, os níveis de desemprego se constituem em um obstáculo quase intransponível para a manutenção de um modelo de organização do movimento sindical brasileiro, que por consequência afetam o partido.

As mudanças também são sentidas no campo popular, seja pela retração dos espaços de convivências e mudanças no padrão de sociabilidade que se modificam em muito durante a década de 1990<sup>93</sup>. Sem contar outras alterações que no caso da cultura política do PT geraram um relevante efeito. Uma delas é a guinada ideológica da Igreja a partir do pontificado de João Paulo II, que imprimiu uma agenda fortemente conservadora, de ofensiva em relação ao comunismo; perseguindo os setores vinculados ao Cristianismo de Libertação e a sua doutrinação de referência a Teologia da Libertação. Seu governo durou pouco mais de duas décadas, se iniciando no ano de 1979 e indo até a sua morte em 1999. Foi durante o seu papado que Leonardo Boff, um dos mais expressivos teólogos do mundo e vinculado aos setores da Igreja Popular, foi perseguido por suas posições críticas à hierarquia da Igreja e sua

---

<sup>91</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>92</sup>SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>93</sup>SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.

estrutura de poder<sup>94</sup>. Com isto, as Comunidades Eclesiais de Base, modalidade de organização de forte expressão no interior da Igreja Católica no Brasil enfrentam momentos de refluxo. Por consequência, perderam espaço no interior da Igreja os setores identificados com o Cristianismo de Libertação; por sua vez, estas mudanças também se refletem no movimento popular e no próprio PT; lembrando que a Igreja Católica se constituiu na década de 1970 quanto a principal oposição social à ditadura civil-militar e exerceu grande influência sobre diversos movimentos.

Assim, considerações presentes nas resoluções do 5º encontro do partido nos permitem perceber que este refluxo da luta social identificada com os movimentos populares já apresentava relativo nível de dificuldade, que embora os motivos não se reduzissem à guinada da Igreja Católica, os efeitos dessa em muito contribuíram. A identificação por parte do partido da relação entre a inflexão conservadora da Igreja Católica e a crise dos movimentos populares não é imediatamente percebida, mas a crise em si, sim. Como veremos neste trecho:

O movimento popular ainda está em processo de superação da crise gerada pelo esgotamento das formas de atuação vividas no período da ditadura. A Nova República reconheceu, formalmente, os direitos sociais e políticos que eram negados anteriormente e canalizou os conflitos para espaços de negociação controlados pela burguesia, sem abandonar o recurso suplementar de ameaça ou de repressão. Tem procurado, assim, destruir a capacidade de pressão de organização independente, autônoma e classista dos movimentos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 337)

No entanto, esta relação entre a guinada da Igreja Católica e a sua influência nas tendências ideológicas do cenário político não passam em branco em outros espaços de reflexão do partido. Na revista do PT (Teoria e Debate) em sua 4ª edição, temos uma contundente entrevista com o Frei Betto, cujo o título era realmente impactante: *Quando o Vaticano golpeia*<sup>95</sup>; tratando das mudanças ideológicas no interior da Igreja Católica. Se por um lado a revista não refletia posições definitivas do partido, pois era um espaço aberto de debate, por outro demonstrava as questões e temas candentes discutidos pelo PT.

---

<sup>94</sup>BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

<sup>95</sup>BETTO, Frei. Quando o Vaticano golpeia. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, Setembro/1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/quando-o-vaticano-golpeia>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

Os efeitos desta mudança se refletem também na avaliação das formas de organização do partido. Sabemos que o movimento popular que era fortemente influenciado pelos setores vinculados ao Cristianismo de Libertação da Igreja Católica, participou ativamente do processo de formação do PT. Ao novo partido transferiram elementos de sua semântica (consenso progressivo, cultura anti-institucional, basismo), como também, influenciaram fortemente as suas formas de organização. Neste sentido, os *Núcleos de Base*<sup>96</sup> são a expressão basista da militância católica no interior do PT e são eles que logo são afetados pelas mudanças de circunstâncias. Estes, porém, são reafirmados como forma elementar de participação e organização do partido nas resoluções do 5º encontro, mas é também reconhecido no mesmo documento, que como modalidade organizativa enfrentam grandes desafios, como verificamos neste trecho:

Segundo a nossa concepção, os núcleos de base devem ser a forma fundamental de organização do Partido. Cabe-lhes o papel de organização dos militantes para construir o PT, filiando e preparando trabalhadores para a militância partidária, procurando desenvolver sua capacidade de direção e mobilização política no setor em que atuam. Os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, construindo, portanto, um organismo de poder no Partido, aprofundando e garantindo a democracia interna. Os núcleos devem, desta forma, realizar a unidade da intervenção partidária, seja no nível do setor específico em que atuam, seja no nível das campanhas e questões de interesses em que todo o Partido deve se empenhar. [...] Atualmente, nossos núcleos de base são poucos e, na maioria das vezes, precários, havendo uma enorme distância entre os nossos desejos e a realidade. [...] Os núcleos estão abandonados. Devemos reconstruí-los como a principal base e característica do Partido. Continuamos vivendo uma crise organizativa no PT. Os núcleos, mais do que nunca, estão desprestigiados. Entendidos desde o início como a principal base e característica do Partido, têm enfrentado sérias dificuldades para se generalizarem e se constituírem em organismos de massa. Não raro, a maioria deles fica voltada para questões de ordem interna — sem refletir os interesses das comunidades ou categorias a que se vinculam... (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 351).

O PT não passa incólume às mudanças que se concretizam na segunda metade da década de 1980; embora os seus efeitos não sejam percebidos de forma imediata e precisa desde o primeiro momento. Este processo de reflexão e a consequente revisão de sua ação foram se estabelecendo ao longo da década seguinte e de maneira paulatina.

---

<sup>96</sup>Os Núcleos eram formas elementares de participação no PT; organizados em torno da lógica regional; (Núcleo da Zona Norte de Niterói), ou temática (Núcleo de educação Paulo Freire); funcionavam como espaços de mobilização permanente e elegiam os delegados para os encontros e congressos do partido. Com a introdução do Processo de Eleições Diretas (PED), os núcleos perderam poder e entraram em declínio como forma de organização.

Para o historiador Eric Hobsbawm as décadas finais do breve século XX significaram o desmoronamento de um paradigma que predominou ao longo de todo o século e um dos efeitos desse processo, sem dúvida, foi a crise do Socialismo Real e seus consequentes desdobramentos sobre a ordem geopolítica internacional<sup>97</sup>. Todavia, não são as dificuldades enfrentadas pelo campo socialista os únicos fatores que alteram as circunstâncias históricas; as crises do petróleo na década de 1970, como também o revigoramento dos ideais liberais refletidos nos governos da dupla Margaret Thatcher e Reagan completam o cenário. A partir de então, os valores neoliberais passaram a se constituir como o “novo” receituário imposto pelos organismos multilaterais (FMI e Banco Mundial, por exemplo) às economias periféricas como estratégia absoluta para a “modernização” e superação dos seus problemas sociais e econômicos. Como afirma Hobsbawm, se a novas tendências encerram a Era de Ouro do capitalismo, não podemos dizer que significaram para os países centrais do capitalismo um quadro de depressão econômica, porém, o mesmo não pode ser dito aos países de sua periferia; como deixa claro neste trecho:

Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era considerada menos cor-de-rosa. Na África, Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos da década nas duas primeiras regiões, e por alguns anos na última (UN *World Economic Survey*, 1989, pp. 8 e 26). Ninguém duvidou seriamente de que, para essas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão. (HOBSBAWM, 2008, p. 395)

No Brasil os efeitos do desmoronamento se refletiram na crise do endividamento externo; já no final da década de 1970, no aumento do desemprego e no quadro recessivo da economia<sup>98</sup>. Esta realidade conjugada com outros elementos alterou de maneira profunda a conjuntura sob a qual o PT se originou, mas com algumas nuances, pois, a despeito dessas mudanças estruturais, o quadro de mobilização da sociedade que se configurou no final da ditadura civil-militar na luta pela democracia, pelas eleições diretas e pela disputa em torno da constituinte de 1988, fizeram perdurar um clima de mobilização favorável ao PT, dando sobrevida ao seu modelo de organização e ação política original que se encerra na eleição de 1989. Todavia, na década de 1990, sobretudo nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o desmoronamento das circunstâncias históricas que originaram o PT se conclui;

<sup>97</sup>HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: editora Companhia das Letras. 2008.

<sup>98</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: editora Edusp. 2012.

seja pelo aumento do desemprego como consequência da mudança do padrão produtivo do capitalismo, ou da abertura abrupta da economia do país que desestrutura completamente diversos setores produtivos<sup>99</sup>, ou pelo refluxo dos setores progressista da Igreja Católica, ou próprio fim da URSS — embora sempre criticada pela narrativa petista — atingiu as perspectivas de esquerda em todo o mundo, colocando o liberalismo e o discurso em torno do livre mercado na ofensiva. Por diversas dimensões o PT sentiu a mudança de ritmo da história e para responder a esta nova realidade social e política era inexorável para o PT mudar.

Grosso modo, as resoluções do 5º encontro significaram “*O que fazer*” petista ante a nova realidade, embora isto não fosse plenamente consciente por parte dos membros do partido. Nelas encontramos a normatização do funcionamento do PT, que consolidam a forma partido em sua dimensão centralizada, organizada e estratégica; encerrando a possibilidade de apropriações distintas a esta da finalidade do projeto partidário. Se do ponto de vista externo (eleitoral) as eleições de 1989 encerram o primeiro ciclo petista; o 5º encontro do PT internamente finaliza o mesmo e abre um novo estágio na trajetória petista. É na década seguinte (1990) que o PT se consolida como principal partido de oposição institucional e “inicia” seu processo de institucionalização, produzindo um discurso específico que permitisse produzir uma identidade (marca) das gestões petistas a frente das prefeituras que distinguisse o PT das demais siglas partidárias; o *Modo Petista de Governar*<sup>100</sup>. Estas questões serão retomadas por nós mais adiante, por hora, achamos importante demonstrar como o partido foi reagindo a estas mudanças históricas.

Para isso, realizamos um breve estudo sobre a revista do PT, Teoria e Debate, pois entendemos que esta se constituía em caixa de ressonância das aflições enfrentadas pelo partido, como também nos permitem analisar a dinâmica de circulação de ideias no partido. Além de se constituir como um espaço permanente do debate partidário entre as distintas correntes e deter de maior circulação que as próprias resoluções e documentos do partido.

## 2.1 MUDANÇAS NO PLANO DAS IDEIAS.

<sup>99</sup>SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>100</sup>Modelo que se definia por um radical compromisso pela ética pública e uma contundente inversão de prioridades na administração, enfatizando as políticas sociais, vinculando desenvolvimento social e crescimento econômico.

A revista Teoria e Debate é uma revista voltada para os militantes e filiados do PT, atualmente vinculada à editora da Fundação Perseu Abramo; sendo esta a expressão editorial da Fundação com o mesmo nome e também ligada ao partido. A revista foi lançada no final do ano de 1987, mas seu surgimento foi fruto de uma resolução — pouco percebida— do 6º encontro estadual do PT de São Paulo no ano de 1986. Esta resolução que criava a revista definia que sua formulação deveria ser desenvolvida no âmbito da Secretaria Estadual de Formação Política do partido. Seu anteprojeto foi produzido em seis meses e depois foram necessários mais dez meses para o seu lançamento em dezembro de 1987. O conselho editorial era composto por sete membros ligados ao partido (Rui Falcão, Paulo de Tarso Venceslau, João Machado, Eugênio Bucci, Ricardo Azevedo, Eder Sader e Perseu Abramo); alguns intelectuais, jornalistas profissionais — o que não vai em detrimento da sua condição de intelectuais —, e dirigentes partidários. A revista foi editada de forma ininterrupta a partir de então, mas não obedeceu ao longo de todo o tempo uma periodicidade definida, pois oscilou em número de edições por ano e tempo entre uma edição e outra; sendo menor o número de volumes nos anos iniciais da revista.

O conselho editorial da revista buscava através dela combater o monopólio das informações por parte das elites, no entanto, seu direcionamento não era para a classe trabalhadora, ou para meios externos ao partido, mas sim, para a preparação do partido e dos seus militantes para socializar as formas de acesso à produção cultural. Como fica claro neste trecho de uma matéria comemorativa dos cinco anos da revista:

Em 1987, o projeto da T&D avaliava que a hegemonia das classes dominantes sobre os trabalhadores acontecia principalmente através da manipulação mais dirigida das informações, pela produção intelectual dessas classes, pela propaganda, pelos produtos culturais dos meios de comunicação de massas e do conjunto da indústria cultural. Na disputa pela hegemonia, o PT teria uma tarefa de desvendamento sistemático dos "mecanismos de dominação e funcionamento da ordem burguesa, apontando novos horizontes".

A revista contribuiria com a preparação do PT para o enfrentamento ideológico, sem perder de vista a existência de tendências de opinião diferenciadas no partido. Espinhosa tarefa essa, de preservar o método democrático de debate de ideias, debater o socialismo e a democracia dos trabalhadores, entender a diversidade e a controvérsia como meios para estabelecer a unidade de ação partidária. E manter, como referencial permanente da revista, as questões apresentadas pela conjuntura e pela luta de classes. (BOCCHINO: 1993, em meio virtual).

A forma de distribuição da revista era através de envio postal aos filiados e militantes do partido, que precisavam assinar através do pagamento de uma anuidade, mas também os diretórios municipais e estaduais do partido faziam a assinatura, como forma de fortalecer a iniciativa da revista, que por sua vez permitia algum acesso à revista de filiados e militantes que não possuíam a assinatura.

Em seu quinto ano de existência (1992), após dezenove edições, a revista já atingia números de adesão e circulação significativos para uma revista de circulação interna e para a época de sua criação; sem fontes externas de custeio a não ser seus próprios assinantes; atingia regiões distantes do país como, Senador Guiomar, no Acre ou Limoeiro do Anadia em Alagoas<sup>101</sup>; para dar exemplo de regiões mais distantes; como diversas outras cidades e regiões do país. Já possuía mais de seis mil assinantes e baseado nos cálculos feitos pelo partido; a revista atingia um público de aproximadamente vinte cinco mil filiados<sup>102</sup>.

A revista era vista como uma das iniciativas mais bem sucedida pelo partido no âmbito das publicações<sup>103</sup>. Desde sua fundação; embora estivesse aberta às contribuições de dirigentes e filiados do partido; o Conselho Editorial fez a opção de dar uma organização profissional para a revista, ao invés de um perfil de funcionamento amador dependente do voluntarismo militante. Neste sentido, a equipe da revista— supervisionada pelo Conselho Editorial ligado ao partido — era do metiê; pessoas como Eugênio Bucci e Mario Sabino eram profissionais ligados às revistas renomadas e de grande circulação no país; além de um conselho de redação também profissional e experiente. Esse traço inicial na formação da revista foi de fundamental importância para o seu êxito na visão da professora Maria Otília Bocchini, que comenta os cinco anos da T&D em uma matéria da própria revista<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup>BOCCHINO, Maria Otília. Cinco anos da T&D: imprensa petista a festa do abacate. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, Fev-Abr/1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/cinco-anos-de-td-imprensa-petista-festa-do-abacate>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

<sup>102</sup>BOCCHINO, Maria Otília. Cinco anos da T&D: imprensa petista a festa do abacate. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo, v. 1, nº. 20, p. 19, Março. 1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/cinco-anos-de-td-imprensa-petista-festa-do-abacate>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

<sup>103</sup>BOCCHINO, Maria Otília. Cinco anos da T&D: imprensa petista a festa do abacate. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo, v. 1, nº. 20, p. 19, Março. 1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/cinco-anos-de-td-imprensa-petista-festa-do-abacate>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

<sup>104</sup>BOCCHINO, Maria Otília. Cinco anos da T&D: imprensa petista a festa do abacate. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo, v. 1, nº. 20, p. 19, Março. 1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/cinco-anos-de-td-imprensa-petista-festa-do-abacate>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

Neste trecho analisaremos da 1ª a 50ª edição da revista Teoria e Debate; estas edições se localizam no período histórico que vai do ano de 1988 até 2002, anos que coincidem com as mudanças fisionômicas do PT, que se desdobraram em alterações em seu discurso e prática. Neste sentido, o nosso interesse em analisar a revista Teoria e Debate está no fato dela ter uma circulação significativa entre os militantes do PT e por acreditarmos que a revista cumpriu um papel importante na construção de relativo nível de consenso sobre os caminhos futuros do partido, mas com isso não queremos afirmar que o processo tenha ocorrido sem tensões. É importante frisar que a criação da revista se dá em um contexto prévio ao 5º encontro nacional do partido — que para muitos seria o seu principal encontro, pois plantaria as sementes de uma cultura política no partido que predominou posteriormente; regulamentando o direito de tendências, acumulando sobre o papel das alianças no processo de construção partidária e redefinindo seus valores sobre o papel do partido ante as eleições<sup>105</sup>.

Para nós, embora não seja uma simples continuidade, a importância dada à formação da revista por parte do partido e o seu rápido sucesso, sinalizam que esta pode ter tido um relevante papel para o partido em seu processo de construção, organização e transmissão de certos sentidos e valores. Analisar a revista abre a possibilidade de estudarmos como se dá a dinâmica desigual de apropriação dos significados das diversas esferas da atuação partidária (parlamentares, dirigentes das mais diversas esferas, eleitores, intelectuais...) e a descontinuidade entre os discursos e as práticas dos mais diversos agentes.

Esta apropriação desigual fica clara quando observamos que o processo de institucionalização do partido não se deu sem tensões; era comum a tensão entre os diretórios municipais e os prefeitos eleitos pelo partido, e estas divergências se revelavam nas seções da revista<sup>106</sup>. Era comum o conflito entre base mais radicalizada, de modo geral ligada aos movimentos sociais, e os dirigentes do partido, afeitos a uma postura mais pragmática por conta dos seus vínculos com a institucionalidade. Assim, fica em aberto a possibilidade de análise dos diversos segmentos que se relacionam com o partido a partir de distintas perspectivas; observar a revista nos permite perceber também, as diferentes relações de significados dentro de uma mesma cultura política<sup>107</sup>, o processo de produção e disputa entre

---

<sup>105</sup>PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

<sup>106</sup>ERUNDINA, Luíza. Sem medo de ser governo. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, julho/ 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/sem-medo-de-ser-governo>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

<sup>107</sup>BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

representações<sup>108</sup> em seu interior, que por sua vez, se estabelecem tanto na dimensão da emissão, quanto na dimensão da recepção.

Desta maneira, a utilização da revista quanto fonte se constitui em um elemento valioso, pois a revista era um canal de propagação dos discursos do partido muitas vezes mais eficaz e acessível do que seus programas e resoluções de encontros e congressos.

Outra justificativa para o uso da revista, é que esta se constitui numa fonte para acessarmos como se deu o processo de mudanças do PT na dimensão da circulação das ideias, mas para além disso, nos possibilita também contribuir para análise historiográfica da função do intelectual como agente de uma determinada cultura política<sup>109</sup>, que corresponde a um fragmento de uma cultura política geral (além da dimensão específica do político, estando inserido em um processo cultural muito mais amplo). É a possibilidade de abrir a análise do campo intelectual em um espaço elementar para estes como afirma Jean-François Sirinelli:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão— pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem — e de exclusão — pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que é um observatório precioso de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. (SIRINELLI: 2003, p. 249).

Para nós, em uma revista de um partido político estas questões talvez fiquem mais evidentes, pois os intelectuais possuem um papel chave no processo de expressão cultural, estando imbuídos da formulação e da transmissão da cultura<sup>110</sup>; por outro lado, os partidos cumprem o papel de mediação entre problemas concretos do cotidiano e a dimensão do político — como já afirmamos anteriormente —, assim, eles tem como função traduzir estes em forma de reposta política em seus programas, algo que no interior do partido, ou de determinada cultura política, o intelectual cumpre um papel relevante. Já os programas estão no domínio dos discursos, que tentam articular na linguagem que lhe é própria os anseios da

<sup>108</sup> CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. À beira da falésia. A História entre certezas e Inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

<sup>109</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>110</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do Século XX: abordagens histórica e configurações históricas. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (ORG). **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

população, tentando respondê-los<sup>111</sup>. Destarte, o partido se insere em uma tradição política, que não se encontra isolada no mundo, mas tem uma leitura sobre ele; esta, por sua vez, está em constante fricção e diálogo com outras tradições, influenciando e sendo influenciada por outras culturas políticas<sup>112</sup>. É neste sentido que a análise do PT e do percurso percorrido pela revista *Teoria e Debate* pode constituir um importante nexos para compreensão das culturas políticas em seu movimento; da maneira que interagem com outras perspectivas culturais e políticas, que se transformam e se modificam em resposta às mudanças de circunstâncias históricas e aos novos problemas colocados, do modo que disseminam e disputam através de suas representações os sentidos sobre a realidade, da forma que se inserem e interagem os intelectuais em seu interior. No entanto, nem todas as possibilidades de análise serão observadas por nós neste breve esforço, porém, achamos válido destacá-las para que possam orientar futuros processos de pesquisa.

Assim, as edições que nós observamos, dividiam-se em seções temáticas que continham artigos — às vezes mais de um artigo por seção. Matérias voltadas para economia, cultura, sociedade, internacional, conjuntura nacional, política, permaneceram ao longo de todo o período observado.

Não temos como comentar todas as seções, tendo em vista os limites do trabalho, assim como, não teremos condições pelos mesmos limites de observarmos todas as interações ressaltadas por nós, por ora, enfatizaremos dimensões que correspondam ao objetivo geral do nosso trabalho. Neste sentido, através da breve análise das seções *Estante e Mundo do Trabalho* tentaremos demonstrar o motivo que nos orienta em nossa pesquisa que é perceber os caminhos na mudança fisionômicas do PT.

A seção *Estante* da revista era voltada para lançamento de livros; nesta seção encontramos resenhas feitas por dirigentes e intelectuais do partido que indicavam a leitura de determinadas bibliografias. É interessante observar os temas e assuntos enfatizados pela revista e comparar com a estratégia política do partido; embora não seja um reflexo direto dos momentos vividos pelo partido; é possível perceber através desta coluna da revista um nível significativo de diálogo com estes. Uma análise rápida permite perceber que nos momentos iniciais da revista, questões doutrinárias, ligadas ao debate dentro do marxismo, são candentes — momento também em que uma postura radical predominava no partido e as tradições

---

<sup>111</sup>BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>112</sup>BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

marxistas ainda detinham considerável força dentro e fora do PT. É também um período de indefinição teórica tendo em vista a formação ainda recente, e a indefinição ainda presente de questões importantes como o tipo de socialismo defendido pelo partido. Com o decorrer da revista, outras temáticas vão sendo inseridas e as indicações da revista vão cada vez mais se voltado para temas relacionados com o mundo do trabalho e posteriormente com questões ligadas à governabilidade. Encontramos livros que tratam de problemas como inflação, dívida externa, formas democráticas e participativas de gestão.

Se fizermos um esforço de abstração destas indicações, relacionando-as com as resoluções do partido, seja do seu Diretório Nacional, seja dos seus encontros e congressos, mediando também com os contextos eleitorais e políticos vividos pelo PT, encontraremos possivelmente dados importantes de como se dariam as mediações entre partido, seus veículos de comunicação e seus intelectuais. Poderíamos também identificar o processo de circulação de ideias; pois percebemos certa simetria entre os momentos do PT e as mudanças temáticas da seção da revista. Dito de outra maneira, percebemos como se deu esta dinâmica recíproca de influência, como este universo cultural compartilhado por diversos agentes era apropriado e posto em prática. É importante observarmos que o partido era um emissor, mas os seus discursos, ações e escolhas também nos permitem analisar a dimensão da recepção (apropriação<sup>113</sup>) por parte de seus mais diversos agentes. Os diferentes usos e práticas se refletiam na revista, pois não se constituía em um espaço formal destas disputas, mas ali elas também se evidenciavam.

Outra seção que chama muita atenção é a que recebe o título de Mundo do Trabalho; comparando também com a trajetória do partido, ela nos oferece indícios de como a revista reverberava e induzia uma leitura e interpretação que o partido fazia do seu contexto histórico; residindo assim para nós, na relação partido-revista uma dinâmica de causa e efeito.

Esta seção surge na edição de número quatro (de setembro de 1988) e permanece presente ininterruptamente até trigésima edição (do fim do ano de 1995 e início do ano de 1996, Novembro/Dezembro/Janeiro); é interessante notar também a maneira que a revista tratou o tema, para quem direcionou e o que entendeu como trabalhadores pertencentes ao mundo do trabalho, ou seja, qual representação produzida sobre o mundo do trabalho e qual a identidade construída dos trabalhadores ao longo do tempo.

---

<sup>113</sup>CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. À beira da falésia. A História entre certezas e Inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

Entre estas inúmeras edições, sobretudo, no seu período inicial, os temas estavam voltados para a reflexão sobre os caminhos e desafios enfrentados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo movimento sindical. Havia também reflexões voltadas para o campo, pesando qual seria a sua relação com os trabalhadores urbanos, questões sobre a posse da terra, se deveriam ou não participar da CUT — sempre submetidos à lógica do movimento sindical urbano —, mas o peso das atenções recaía sobre os rumos e o papel do movimento sindical urbano, pois era pilar da ação do partido na luta política e social.

Como afirmamos anteriormente, as transformações no mundo do trabalho geraram forte impacto sobre a estratégia de construção política do Partido dos Trabalhadores, de um partido voltado para luta social e que tinha como sua principal ferramenta o movimento sindical, o PT se transformou em um partido fortemente institucionalizado e cada vez mais direcionado para a disputa eleitoral, subvertendo assim o modelo inicial de construção e a estratégia política partidária. Neste sentido, ao observarmos o percurso da revista Teoria e Debate, é possível perceber—, mas sem encerrar a discussão— como o PT foi reagindo a estas alterações que modificaram o perfil da classe trabalhadora no Brasil e como o partido foi fazendo uma revisão dos seus caminhos. Da primeira edição em que a seção Mundo do Trabalho esteve presente (setembro do ano de 1988) até a décima sexta edição (de outubro/novembro/ dezembro de 1991) os assuntos abordados nos artigos estavam voltados para uma leitura e representação tradicional dos movimentos de luta dos trabalhadores e de um tipo ideal da classe trabalhadora; mais ou menos fiéis às tradições de interpretação marxista. A partir da edição 17<sup>o</sup> os artigos passam a dar conta da crise no mundo do trabalho e dos consequentes desafios colocados para o partido e para a classe trabalhadora; é perceptível através da análise dos artigos publicados pela revista daí por diante, que os intelectuais, sejam eles dirigentes ou de ofício, se debruçavam em um processo de reflexão sobre a redefinição do mundo do trabalho e dos seus efeitos sobre os trabalhadores<sup>114</sup>. Outro aspecto interessante e que se percebe como um deslocamento da tensão das lutas sociais para o campo, que se reflete na seção da revista; é que cada vez mais o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e as questões relacionadas ao campo vão ganhando espaço<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup>Títulos como: “Além de um operário padrão”, “Impasses e desafios: crise do mundo do trabalho” eram cada vez mais recorrentes na seção da revista.

<sup>115</sup>Na 24<sup>o</sup> edição, a seção Mundo do Trabalho trata exclusivamente de questões agrárias e de temas relacionados ao MST.

Posteriormente ao ciclo das edições que colocavam as questões relacionadas à reestruturação produtiva<sup>116</sup>, o tema ficou cada vez mais vinculado à resistência e a condição defensiva do movimento sindical. As edições que vão da vigésima quinta (1994) a trigésima quarta (1997) tratam sobre este campo de análise; sendo que a partir da trigésima quinta edição (1997) a seção é suspensa e só retorna na quadragésima sexta edição (2001) com um artigo que analisava os trabalhadores no mercado informal. Naquela ocasião constituíam a maioria da população economicamente ativa (PEA). Percebe-se assim, um longo vazio de aproximadamente quatro anos no debate da revista sobre o tema.

No período em que analisamos a revista, que vai de 1988 a 2002, é possível identificar alguns indícios de como o processo de transformação na fisionomia política do Partido dos Trabalhadores foi acompanhado por um processo de circulação de ideias e apropriações que geraram práticas e usos por parte dos intelectuais, dirigentes e militantes do partido; por consequência das mutações da realidade; que exigiam a produção de novas representações e consequentemente novos significados<sup>117</sup>.

Para se adequar e responder às alterações da realidade, o PT foi mudando a referência do seu discurso como forma de ação e resposta aos desafios colocados para efetivação de seu projeto político. Para nós, o PT responde à crise do mundo do trabalho, ao refluxo conservador na igreja católica e à crise do Socialismo Real construindo caminhos para sua institucionalização, e para isso, não era mais necessário produzir um tipo de discurso voltado somente para uma classe; este discurso não era possível para um partido que precisava se fortalecer eleitoralmente<sup>118</sup>. Assim o PT foi diminuindo o peso de categorias e conceitos como classe trabalhadora e socialismo na sua narrativa, por exemplo. Conceitos difusos como “povo” foram ganhando força, assim como a moderação e o pragmatismo foram prevalecendo em suas práticas. Desta maneira, a necessidade de construir uma identidade rígida e fechada para a sua base social foi perdendo sentido, tendo em vista os objetivos do partido que se alteraram e as necessidades eleitorais, que exigiam maior flexibilização. A seção “Mundo do Trabalho” demonstra em alguma medida este processo.

---

<sup>116</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>117</sup> CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. À beira da falésia. A História entre certezas e Inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

<sup>118</sup> PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

As outras seções da revista servem também como fonte de análise para esta transição feita pelo partido. É interessante notar nas seções que estão voltadas mais para a análise política, a mudança de sentido da relação das prefeituras governadas pelo PT com o partido; inicialmente pouco presente nas seções e quando apareciam refletiam a tensão entre partido e as gestões petistas<sup>119</sup>, mas posteriormente, a relação transmutou-se, converteu-se em símbolos da distinção do partido na gestão pública; eram lidas como sinônimos de êxito e por isso, apareciam cada vez mais na revista.

Este dado talvez sirva de exemplo de como a relação do PT com a institucionalidade foi mudando “da água para o vinho”; mas isso não foi resultante somente das dificuldades, o crescimento eleitoral e as gestões exitosas e expressivas foram propiciando um clima de confiança e otimismo. Em certa medida, foi naturalizando-se a relação do partido com a esfera institucional. Nas seções da revista, temas como alianças, eleições, crescimento do partido nas mais diversas esferas da estrutura do Estado eram cada vez mais recorrentes.

Como dissemos anteriormente, a revista Teoria e Debate tinha um nível de circulação maior que as próprias resoluções do partido, com isso, acreditamos que ela serviu para dirimir tensões, “naturalizando” certos encaminhamentos assumidos; transmitindo assim, normas e valores da semântica petista em constante mudança, contribuindo para minimizar os conflitos dos encontros da vida concreta, antecipando divergências e digerindo disputas. Enfim, acreditamos que a revista contribuiu de maneira significativa para construção da identidade do PT e dos seus militantes, mas como dissemos, ainda carecemos de fazer um estudo mais sistemático que relacione a dimensão de funcionamento da revista com a dinâmica de funcionamento do partido, para identificarmos de maneira mais precisa e segura o que há de influência de um no outro.

Entretanto, não poderíamos encerrar a reflexão proposta por nós neste capítulo sem considerarmos o papel do PT à frente das prefeituras, no qual se consolida a sua visão institucional sintetizados no *Modo Petista de Governar*. Esta dimensão não pode ser desconsiderada, pois, embora constituísse um processo fragmentado, foi a vitrine do PT e sustento da sua narrativa política, e sentido de diferença ao longo da década de 1990. Nesse

---

<sup>119</sup>Um bom exemplo é o artigo Jacó por Jacó, sobre a prefeitura de Campinas; em que Jacó Bittar (fundador do PT) na revista do trimestre de Abril/Maio/Junho de 1991, nº 14; relata os seus conflitos com o diretório municipal do partido. Por outro lado, em outras edições como a nº 17 (Janeiro/Fevereiro/Março de 1991) nº 18 (Maio/Junho/Julho de 1991), já percebemos uma leitura atribuída de sentido positivo por parte do partido das suas gestões à frente das prefeituras. Isto em parte confirma o argumento que não eram somente os elementos negativos que exerciam força gravitacional sobre o partido, mas também resultados positivos influenciavam e geravam tendências de mudança.

sentido, o modo petista de governar era o outro lado da moeda do mesmo período histórico vivido pelo partido, que se por um lado encontrava grandes dificuldades, por outro, abria-se uma avenida de possibilidades de acumulação e crescimento.

## 2.2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E OS DESAFIOS DO DIREITO À CIDADE

Ao longo do percurso histórico das esquerdas no Brasil é provável que poucas organizações tenham detido tanta atenção para a reflexão sobre as cidades e o fenômeno urbano como o Partido dos Trabalhadores. Embora esta elaboração não seja um *continuum*, algo deliberadamente sistematizado ou previamente planejado; o resultado é que ao longo de sua trajetória o PT foi um dos partidos na história da esquerda no Brasil que mais pensou a cidade e seus processos como meio de disputa para constituição de hegemonia e para o fortalecimento de sua perspectiva política, como também, caminho possível para produção de suas sínteses nas lutas sociais, institucionais e ideológicas. Este não foi um caminho previsto e planejado inicialmente pelo partido; basta observar os primeiros documentos do PT para percebermos que a disputa institucional não era uma das prioridades da sigla em seus primórdios<sup>120</sup>. Inicialmente o partido estava voltado para as lutas sociais e entendia a sua institucionalização como algo complementar à luta dos movimentos sociais e apenas um caminho secundário; não era prioridade pensar formas de governos para gestão urbana. Em alguma medida, inicialmente o Partido era caudatário das visões tradicionais da esquerda que, de modo geral, estavam voltadas para a necessidade de conscientização da classe trabalhadora e para a disputa no plano nacional e internacional e pouco valorizavam o local, o território.

No entanto, isto se modificou no seu percurso e podemos dizer que neste aspecto reside um dos elementos de novidade histórica e política do Partido dos Trabalhadores, pois passou a entender a disputa no âmbito local como parte de seu processo metabólico (o que significou uma grande mudança em relação às experiências dos partidos de esquerda no Brasil), como dissemos anteriormente, esta inflexão não foi necessariamente premeditada, para nós, foi consequência de ações e reações do partido ante os limites e possibilidades apresentadas pelo processo de disputa política e alterações no padrão produtivo do capitalismo, que tiveram como consequência mudanças no perfil da sua base social que impuseram mudanças na fisionomia do partido, como também, na sua estratégia política.

O retrocesso na capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, consequência da simultânea hegemonia neoliberal e das mudanças do padrão produtivos do capitalismo, obrigam ao PT uma profunda revisão de caminhos. Se por um lado estas

---

<sup>120</sup>PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 1998.

mudanças impuseram limites ao partido em relação ao seu *modus operandi* original; por outro lado, abriram possibilidades de reflexão sobre a sua estratégia de crescimento que culminaram na intensificação de sua institucionalização e o reorientaram em direção às disputas locais. É a partir deste momento que o partido incorpora novos elementos em sua retórica, como *Inversão de Prioridades* ou Modo Petista de Governar, buscando também aplicar inovações na organização institucional através de gestões participativas via conferências, conselhos, plebiscitos e referendos; mas sua inovação mais significativa sem dúvida foi o Orçamento Participativo “criado” na cidade de Porto Alegre em 1989<sup>121</sup>.

O PT teve que se “adaptar” a lógica (urbana) para manter uma tendência de crescimento, ou seja, teve que se debruçar sobre esta realidade e tratá-la com a devida prioridade para responder as expectativas de sua base social. O partido se viu ante o meio urbano e a partir de sua perspectiva socialista teve que lidar com a cidade quanto espaço de reprodução capitalista, que reflete sua organização social, ou seja, âmbito em que ocorre o domínio da estrutura econômica sobre a estrutura social<sup>122</sup>.

O PT ante este novo desafio teve que enfrentar limites estruturais, que não poderiam ser superados somente pelo desejo, ou pela capacidade de formulação de novas políticas, pois, resultam de contradições intrínsecas ao sistema capitalista na sua relação com as cidades e o fenômeno urbano. Neste sentido, a cidade capitalista consiste num aglomerado voltado para produção capitalista, determinada historicamente pelo desenvolvimento das forças de produção e pelas relações de produção, que exigiu a concentração dos produtores, a proximidades das matérias-primas e meios de comunicação e circulação de mercadorias. Sendo também espaço de reprodução das classes sociais e dos seus conflitos. Desta maneira, o espaço urbano se constitui como meio de conflito entre os sujeitos sociais e a cidade passa a ser percebida como um processo de lutas e conquistas. Este processo histórico se dá de maneira contraditória, pois ao mesmo tempo em que concentra através da produção a força de trabalho, por outro lado, na sua dinâmica segregacionista e de concentração não cria condições para a reprodução desta força de trabalho<sup>123</sup>.

É neste contexto de contradições antigas e novas do modo de produção capitalista e suas consequências sobre o ambiente urbano que tentou atuar o PT e é nesta tensão que

---

<sup>121</sup>DUTRA, Olívio. Orçamento Participativo e Socialismo. In: FERREIRA, Francisco (org.). **Socialismo em Discussão**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

<sup>122</sup>HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>123</sup>PAULO, Ana Fani. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

buscaremos refletir sobre o que impôs limites e o que possibilitou o caminho escolhido pelo Partido dos Trabalhadores. Podemos dizer que, tendo em vista a identidade do PT na luta popular e dos trabalhadores desde sua formação, a disputa em torno do local, no território, nas suas dimensões da produção e reprodução (serviços e consumo), significava de maneira complexa a convergência destas lutas.

Como afirma o campo teórico crítico do processo de produção do espaço, não é possível pensar de maneira desconectada o modo de produção capitalista na produção do espaço da forma que o mesmo é apropriado e dominado. Este processo gera transformações na esfera da produção e do consumo, pois, o capitalismo supera suas crises sobre acumulação por meio da produção do espaço. Trata-se de uma característica imanente da dinâmica de acumulação capitalista; este é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansivo, que de forma incessante, precisa reformar o mundo. Porém, este processo está impregnado de contradições internas, sendo improvável, ou anormal um processo de desenvolvimento equilibrado devido sua natureza caótica e anarquicamente expansiva<sup>124</sup>.

Tendo em vista esta característica endêmica do capitalismo em proporcionar crises; ele precisa buscar a racionalização para gerar a aceleração no processo de acumulação mediante reestruturações produtivas, seja através da penetração de capital em outras esferas de atividade, criação de novos produtos orientando novos desejos, no médio e longo prazo por meio do incentivo ao crescimento populacional ou se expandindo para novas regiões. É este último elemento que demonstra a necessidade de organização espacial e expansão geográfica como algo necessário ao processo de acumulação capitalista, neste sentido, a acumulação se relaciona com a produção de estruturas espaciais. Neste aspecto, também reside outra contradição, pois a terra é o espaço disputado tanto pelo capital, quanto pelo trabalho; o primeiro vê a terra como condição para a acumulação e o segundo como espaço vital. O sistema capitalista que através da propriedade privada exclui o trabalho da terra como condição de produção, também o exclui como condição de vida<sup>125</sup>. Esta tensão segundo Harvey se daria em três vias: na dimensão do trabalho, dos apropriadores da renda e a facção de construtores.

No entanto, grosso modo, esta luta tridimensional é uma característica estrutural, mas que sofre alterações de acordo com o contexto histórico, pois em momentos determinados, os

---

<sup>124</sup>HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>125</sup>HARVEY, David. Debates e espaços. In: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

trabalhadores detêm maiores recursos para combater os apropriadores da renda da terra, como também, as facções construtoras podem oferecer maiores possibilidades de escolhas para esses trabalhadores.

As cidades brasileiras, por sua vez, não estão isentas de compartilharem com outras cidades do mundo esta dinâmica de transformação do espaço. Depois do século XX, suas condições se modificaram transformando radicalmente o perfil da sociedade brasileira, tornando-se majoritariamente urbana, mas mantendo em sua marca problemas oriundos do nosso processo desordenado de urbanização.

Assim como na passagem do século XIX para o XX, a passagem XX para o XXI perduram os signos da “crise urbana” no Brasil; as elites políticas permanecem assustadas com as cidades e seus fatores de desordem. Ontem os cortiços e os problemas sanitários, hoje as favelas e o problema da violência identificada com os espaços das camadas populares e suas práticas<sup>126</sup>. Como define bem o sociólogo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, as cidades concentram a questão social e refletem o divórcio entre sociedade, economia e Estado<sup>127</sup>.

Outro ponto importante é a redefinição do papel das cidades no contexto da metropolização das regiões urbanas no Brasil, tornando a questão urbana ainda mais complexa. Estas regiões metropolitanas passaram a concentrar grande parte da renda nacional, porém, refletem a fragmentação e o desinteresse político para gestão destas áreas, não existindo na maior parte das vezes entre os municípios que compõe as regiões qualquer tipo de dinâmica cooperativa, como afirma Ribeiro:

Em quase todas, o hiperpoder dos municípios capitais não é utilizado para gerar uma dinâmica cooperativa, mas, ao contrário, para suportar e legitimar um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos sejam habitação, da saúde, dos transportes, da educação etc. Mesmo na questão de saneamento ambiental, cuja natureza impõe uma ótica metropolitana, a privatização dos serviços de água e esgoto tem levado a adoção também desse padrão fragmentado e segmentado [...] As metrópoles, portanto, são ao mesmo tempo uma escala fundamental da questão social brasileira e órfãs de interesse político. (RIBEIRO: 2004, p-23).

<sup>126</sup>RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>127</sup>RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Simultaneamente a estes processos, se concretiza no espaço urbano; devido às transformações estruturais do capitalismo e às novas exigências sobre o meio urbano; um modelo de organização deste que reafirma a diferenciação de classes sociais, e transforma esta diferença em separação física e simbólica, criando obstáculos à sociabilidade, gerando a fragmentação das identidades coletivas e inferiorizando segmentos sociais. Com isso, bairros pobres são estigmatizados, assim como seus moradores, o que não permite seu acesso no mercado de trabalho. Neste sentido, o perfil histórico de territorialidade e sociabilidade antes caracterizado pelos estudiosos como *híbrida*<sup>128</sup> da ordem urbana brasileira, vem se transformando cada vez mais em “dual”; devido à constituição de hierarquias sociais que se concretizam na organização do espaço, que rompem com a mutualidade tradicional. Como esclarece Ribeiro neste trecho:

“O padrão de organização espacial das cidades tem sido veículo e palco da dramatização social da crise da ordem social brasileira. Na busca de explicação para a percepção do clima de desordem, a proximidade física de mundos sociais até então hierarquizados de forma estatutária, unificados pelo sistema híbrido, tem servido de base à difusão de práticas estigmatizadoras de alguns territórios de concentração de trabalhadores pobres como causa da origem desta desordem. As representações sobre as causas da violência, ao atribuí-las à existência de um estado de anomia prevalente nas favelas e bairros pobres, concorrem eficazmente para a construção de imagens coletivamente apropriadas que impedem as camadas populares de transformar o acesso aos valores da ordem igualitária em fermento para se constituírem em atores sociais legítimos.” (RIBEIRO: 2004, p.35).

Foi neste cenário complexo que o PT buscou formular e sistematizar suas propostas para a gestão urbana. Estes processos se desenvolveram de maneira simultânea, complexificando e diversificando as realidades sociais encaradas pelo partido, alterando os problemas em número e grau de acordo com o perfil da cidade; o que exigiu um esforço na formulação e execução de formas de gestão inovadoras.

Adiantamos, porém, que não analisaremos cada gestão ou projeto petista em suas especificidades; não é essa a nossa intenção ao ressaltarmos em nossa discussão a questão urbana. Nossa intenção é demonstrar os desafios enfrentados pela democracia participativa defendida pelo PT na disputa de projeto de cidade que é estruturalmente desigual. A busca para aumentar o nível de participação dos setores populares na definição das prioridades e no

---

<sup>128</sup>No amplo percurso de reflexão do pensamento social brasileiro chegou-se a certo consenso de que o meio urbano brasileiro exprimia uma nítida territorialidade e sociabilidade híbrida, produzindo um padrão de proximidade física, mas distância social. Na fase atual (dual) o território e a sociabilidade convivem de forma apartada.

planejamento das políticas públicas, era a nosso ver, uma tentativa de preservar e manter em meios e espaços diferentes, um *modus operandi* identificado com a cultura política petista desde sua origem. Um partido que tinha como traços a mobilização e a democracia não poderia se abster diante da realidade de governo da tentativa de reproduzir nestes espaços tais fórmulas. Outro ponto importante é que esta breve análise nos permite observar que em seu processo de construção e consolidação de sua cultura política, o PT foi capaz de projetar uma proposta distinta de organização da institucionalidade (Estado) que carregasse as marcas da sua cultura política<sup>129</sup>. Neste sentido, não é nossa intenção fazer uma análise exaustiva sobre o tema, como também, fazer qualquer balanço definitivo sobre os resultados do Modo Petista de Governar; nossa intenção reside em analisar o significado da tentativa assumida pelo PT e o que isto confirma quanto traço de uma cultura política específica ante uma cultura geral. Ao deslocar o seu espaço de acumulação estratégica, o PT não abandonou completamente suas características; sua estratégia de crescimento, fruto da necessidade da redefinição, buscou confirmar por “novos” meios o seu programa democrático, o seu compromisso com a mobilização social e conscientização da sua base.

Uma das principais propostas do PT frente às prefeituras foi o Orçamento Participativo; este permitia aos cidadãos discutir as prioridades da administração pública, aplicação e distribuição dos recursos. O Orçamento Participativo se baseou em experiências de prefeituras que na década de 1970 experimentaram compartilhar com a população das respectivas cidades a definição sobre os recursos<sup>130</sup>. Neste sentido o orçamento significou a tentativa de democratização da relação entre Estado e sociedade; significando a mudança de um modelo de gestão puramente burocrática, passando a contar com a participação da população; valorizando suas experiências e seus saberes, na reflexão sobre as diversas realidades.

O Orçamento participativo sistematizou e institucionalizou a participação de representantes da sociedade através dos instrumentos previstos na constituição, a saber: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Orçamento Participativo permitiu que a sociedade civil tivesse maior representatividade e pudesse influenciar o poder público, dando um caráter permanente do processo de participação.

---

<sup>129</sup>BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>130</sup>DUTRA, Olívio. Orçamento Participativo e Socialismo. In: FERREIRA, Francisco (Org.). **Socialismo em Discussão**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

É inegável que o Orçamento Participativo significou um profundo avanço para as formas de participação democráticas e para o aperfeiçoamento dos seus mecanismos, para além de criar uma nova arena de disputa de sentidos sobre a cidade. Concretizou também uma dimensão ativa da cidadania na produção de um tipo desejado de cidade<sup>131</sup>, porém, não podemos superestimar o seu alcance e desconsiderar os limites dessa ferramenta participativa, pois, ela se insere em realidades históricas e culturais complexas, que redefinem seus limites e possibilidades.

É importante termos em mente que o Orçamento Participativo foi instrumentalizado em diversas realidades políticas que influenciavam seus níveis de participação e intensidade democrática. Outro aspecto importante, é que embora relevante no processo de mobilização; capaz de gerar um caldo de cultura que sensibilizou os segmentos da sociedade civil em relação a sua realidade; muitas vezes enfrentou dificuldades que nem de longe inverteram prioridades, as desigualdades estruturais das cidades permaneceram indiferentes às novas alternativas. Estas se materializam na concentração de investimento e serviços em certas regiões do meio urbano em detrimento de outras e isto, nem sempre o Orçamento Participativo teve vigor para combater. Neste sentido, embora criasse mecanismos reais para a tensão e problematização da forma de organização do espaço urbano, não conseguiu superar o conflito entre aqueles que desejam a manutenção de uma estruturação desigual das cidades e os que desejam sua mudança. Como também não solucionou o quadro de fragmentação institucional das regiões metropolitanas.

As gestões participativas do PT, marcadas pela a formação de conselhos e a organização de conferências produziam a distinção do Modo Petista de Governar. Nos governos do Partido a gestão deveria ser compartilhada com a sociedade, assim como os Núcleos de Base no funcionamento do Partido e o papel ativo da classe trabalhadora na construção do socialismo. Se o PT se viu obrigado a mudar por conta das contingências, estas mudanças não eliminaram completamente traços identificados com a sua gênese. Valores orientados pelos princípios como redução das desigualdades, democracia, participação, perduraram a despeito das mudanças das circunstâncias históricas. Se as dificuldades trouxeram desafios para a transição de modelo que transformou o PT da condição de um movimento a um partido; as gestões exitosas foram fundamentais para a autoestima petista,

---

<sup>131</sup>HARVEY, David. A Liberdade das Cidades. In: CARTA MAIOR (Org) **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

para dar segurança ante as incertezas dos novos tempos. Sem dúvida, nas dificuldades o Partido dos Trabalhadores se refez.

### 3. PARTIDO DOS TRABALHADORES, METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO E CULTURA POLÍTICA

O Partido dos Trabalhadores tem sua trajetória marcada pelo protagonismo político da classe trabalhadora na sua luta por direitos e melhores condições de vida. Desta maneira, seria difícil para qualquer analista da história do partido ou do Brasil no período recente, desconsiderar que os caminhos percorridos pelos trabalhadores brasileiros, sobretudo os organizados no movimento sindical, produziram significativo impacto sobre as posições assumidas pelo PT em seu percurso.

Como bem sabemos, a gênese do PT está intrinsecamente ligada às mobilizações dos trabalhadores do ABC paulista. Para muitos observadores o partido seria a consequência de um processo de maturação da consciência política dos trabalhadores envolvidos nos movimentos grevistas, que na constatação dos limites da luta puramente econômica, das restrições dos recursos políticos disponíveis aos sindicatos para efetivação dos seus desejos, como também, das hesitações do regime e da institucionalidade vigente em responder as suas expectativas, reconheceram a necessidade da elevação da sua ação para o plano político e para isso, era fundamental a fundação de uma organização política vinculada aos seus interesses. Se na primeira greve no ano de 1978 muitas das lideranças envolvidas não viam a necessidade da relação dos sindicatos, como dos movimentos com qualquer tipo de instituição política, a dinâmica subsequente nos anos de 1979 e 1980 foram levando os sindicalistas do *Novo Sindicalismo* à constatação da necessidade da formação de um novo partido dos trabalhadores e das massas populares, que não permitisse um tipo de relação somente abstrata, mas sim, uma autêntica representação e participação na cena política<sup>132</sup>. Este trecho do livro de Margaret Keck, *A Lógica da diferença*; demonstra as questões envolvidas no contexto.

Tanto as limitações sistêmicas — as expectativas sobre o conteúdo da reforma partidária em um crescente interesse de sobrevivência do MDB enquanto organização — como os desacordos com relação ao tipo de partido que deveria ser criado contribuíram para levar essas discussões ao colapso. Consequentemente, alguns dos que delas participaram optaram pela permanência no MDB e outros pela formação de um partido dos trabalhadores. (KECK: 2010, em meio virtual)

---

<sup>132</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

Para os sindicalistas envolvidos nas greves, a reforma partidária de 1979 dava a oportunidade para os trabalhadores forjarem uma representação autêntica, fora as dúvidas existentes em torno do perfil do MDB pelo seu conteúdo heterogêneo, fortemente apegado ao jogo institucional e pouco sensível a uma cultura de organização de base. O outro lado do mesmo processo seria o surgimento de outra postura por parte do movimento sindical inaugurado pelas greves do ABC; o Novo Sindicalismo significou para muitos dos envolvidos e analistas uma ruptura — embora parcial— das práticas dominantes do movimento sindical brasileiro. Tratava-se de uma visão que negava as tradições dos movimentos dos trabalhadores identificados com o trabalhismo ou *sindicalismo populista* pelo seu “cupulismo”; como também o “vanguardismo” das tradições identificadas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). As duas perspectivas encontravam-se desligadas dos interesses das bases, apresentavam uma grande debilidade organizativa, uma enorme dificuldade em se desatrelar da estrutura corporativa, além de terem sido incapazes de gerar uma mínima resistência ao golpe civil-militar de 1964. Já para o Novo Sindicalismo o movimento precisava de autonomia e necessitava desligar-se da estrutura do Estado garantindo assim a independência dos trabalhadores; para eles, o princípio passava por libertar os trabalhadores das amarras estatais<sup>133</sup>,

Se por um lado uma conduta combativa representava uma mudança em relação as práticas vigentes e que para grande parte dos ativistas e analistas da época já significou uma tomada de consciência por parte dos trabalhadores, contudo, essa consciência só seria elevada ao seu grau máximo quando os próprios trabalhadores tomassem os rumos da sua própria história e organizassem o seu próprio partido. Conforme a *Tese de ‘Santo André-Lins’*; uma tese do encontro dos metalúrgicos realizado no Lins; a luta política pelo poder político estava na ordem do dia e a única ferramenta que possibilitaria esse intento seria a construção de um partido político formado pelos próprios trabalhadores e a partir dos trabalhadores<sup>134</sup>. Assim, tanto o Novo Sindicalismo como o PT têm como marca de sua formação um forte sentimento anti-institucional.

Para nós, é interessante perceber uma relativa contradição encontrada no discurso das principais lideranças, pois ao mesmo tempo em que o partido era o elemento garantidor do

---

<sup>133</sup> COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

<sup>134</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

protagonismo político da classe trabalhadora, responsável pela institucionalização das suas demandas, não era permitido por parte do mesmo qualquer tipo de ingerência no movimento sindical, como também qualquer tipo de vínculo formal com os sindicatos. Na prática, podemos dizer, significava uma inovação se compararmos com o processo de formação de outros partidos de trabalhadores como o Socialdemocrata alemão ou o Trabalhista inglês que tinham vínculos formais com sua base sindical e detinham uma dinâmica de ressonância de um no outro<sup>135</sup>. Com isso, existia paradoxalmente no contexto de formação, uma falta de formulação política por parte do PT para o movimento sindical — apesar de sua base social entre os trabalhadores— de forma que permitisse uma linha política comum para os seus militantes, uma direção mais clara. O partido respeitava e reconhecia a autonomia do movimento dos trabalhadores e se colocava na condição de ser pautado pelos sindicatos, em certa medida, as palavras do partido eram uma transmissão de falas construídas em outros espaços.

A relação do partido com o movimento sindical era mais complicada do que parecia. As pessoas que ocupavam a liderança nos principais sindicatos identificados com o PT, os líderes sindicais envolvidos no partido e os dirigentes da CUT criada em São Bernardo em 1983 eram praticamente as mesmas. (KECK: 2010, em meio virtual)

No entanto, mesmo com esse relativo “vazio”, o PT entendia e isso ficava evidente em muitos dos seus documentos iniciais, que as alternativas transformadoras seriam encontradas no âmbito das lutas dos movimentos sociais, a mudança seria gestada pela sociedade civil, tendo como agente protagonista a classe trabalhadora. O partido seria um importante instrumento, mas, como diziam os militantes, o socialismo não se faria sem democracia e com isso a solução não se encontraria exclusivamente no partido. Qualquer mudança radical passaria pelo envolvimento das forças vivas da sociedade, sujeitos da sua própria libertação. A CUT a partir de sua perspectiva reafirmava o valor da luta sindical autônoma em relação ao Estado e a qualquer partido. Para as principais lideranças que fundaram a nova central, o partido deveria ser uma extensão da classe trabalhadora institucionalmente organizada em sindicatos, mas ao mesmo tempo algo separado do movimento<sup>136</sup>. No entanto, o processo evidenciava uma ambiguidade difícil de ser solucionada, pois a maioria das lideranças que defendiam a organização dos trabalhadores em torno da nova central dotada de autonomia, também organizava a criação do partido dos trabalhadores.

---

<sup>135</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

<sup>136</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

Para Keck, essa ambiguidade se refletiu em diversos momentos tanto no interior do partido, como nas disputas do movimento sindical. Ela se refletia nas constantes declarações por parte de lideranças do partido no sentido de que a construção da base e organizações sindicais era mais importante do que a disputa no congresso, o que gerava desconforto nos políticos profissionais que também participaram do processo de organização do PT oriundos do MDB, fora a pouca visibilidade nos documentos e materiais de divulgação do Partido dos Trabalhadores da sua política no parlamento. Já nos conflitos no interior do movimento sindical, os “autênticos” eram acusados; tendo em vista sua identificação com o processo de formação do PT; de atrelarem suas ações aos interesses partidários por parte das lideranças da *União Sindical*<sup>137</sup>. Parte desse conflito, de fato, também estava baseado nas expectativas relacionadas às eleições de 1982; era um contexto de rearrumação do sistema político brasileiro a partir da reforma eleitoral e do processo de descompressão por parte do regime autoritário gerando incertezas não só no âmbito institucional, mas também na sociedade civil. Seja na esfera institucional, seja nos movimentos, as forças de oposição à ditadura civil-militar se dividiam entre as leituras de que o momento de transição não precisava de tensão, mas sim de diálogo e cautela; e os que defendiam ganhos políticos a partir de uma postura radical de enfrentamento. Na segunda leitura sobre o momento encerravam as lideranças que participaram da formação do PT e da CUT.

Por esses motivos não é possível considerar a trajetória do PT desligada da trajetória de certo segmento dos trabalhadores, pois tanto o Partido dos Trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores são resultantes do mesmo processo político, no qual setores da classe trabalhadora reivindicavam seu reconhecimento como atores políticos e obtiveram grande notoriedade, ao ponto de atrair outros segmentos. A partir das greves criticavam simultaneamente à estrutura sindical e assumiam uma postura crítica ao regime autoritário. PT e CUT convergiam na leitura sobre o momento político e histórico.

O Novo Sindicalismo conseguiu englobar diversos agentes que ainda não tinham sido introduzidos na arena política. A luta pelo salário mínimo digno, estabilidade no emprego, liberdade sindical e o fim do arrocho permitiu aos sindicalistas uma capacidade de transcendência, gerando um efeito agregador que permitiu que movimentos de naturezas diversas enxergassem as mobilizações do período como parte das lutas pela democratização

---

<sup>137</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

da sociedade brasileira<sup>138</sup>. O que culminou na formação de uma “frente” de movimentos políticos que viam na transição acordada os sinais do arranjo político entre as elites, uma forma de pacto de conciliação conservadora de ordem excludente. Para os diversos agentes excluídos do jogo político convencional, eram necessárias mudanças mais profundas que não se limitassem a uma reconfiguração de regime político, que se reduzissem a qualquer formalismo democrático. Era preciso transformar a estrutura da sociedade, dando oportunidade para que os *subalternos* tivessem voz e interferissem no jogo decisório. Questionando o regime autoritário e seu projeto de transição, as lideranças vinculadas ao Novo Sindicalismo pavimentaram o caminho para a aglutinação da pluralidade de tradições e segmentos que fundaram o Partido dos Trabalhadores.

O PT questiona, com sua própria presença no jogo político-eleitoral, as regras desse jogo. Ele representa a decisão dos trabalhadores de participar diretamente das decisões tomadas em seu nome. Entretanto, as formas de intervenção dos trabalhadores na política não se limitam ao PT. É preciso que o programa deixe clara a diferença entre o plano de atuação de um partido político e o campo próprio de diversos movimentos sociais.

O PT surgiu como necessidade dos movimentos populares, para romper com seu isolamento político. Mas ele não é uma soma, nem uma federação, nem muito menos um substituto dos movimentos específicos. Ele deverá lutar constantemente para que os movimentos populares — sejam eles sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis, movimentos camponeses, associações civis, comitês de anistia, clube de mães, comunidades de base, ou quaisquer outros — tenham inteira liberdade de atuação. Isto significa em primeiro lugar lutar contra a repressão que os ameaça. Mas é igualmente importante garantir a autonomia dos movimentos sociais diante das ingerências e tentativas de subordinação dos partidos políticos, sejam eles do governo ou da oposição. O PT deve deixar claro em seu programa que ele não pretende englobar os movimentos populares, nem mandar neles, e que não pretende tampouco substituir os movimentos sociais em sua esfera própria de atividade. Ele apoiará as lutas dos movimentos populares, mas não fará as lutas no lugar deles.

As reivindicações específicas e localizadas dos movimentos populares contarão com o apoio do PT. Mas não cabe ao PT decidir que reivindicações devem ser feitas em cada caso, nem cabe ao PT decretar greves ou determinar formas de luta. Por isso, é necessário excluir a ideia de *amarrar* no programa os detalhes referentes tanto ao conteúdo das reivindicações como a forma de atuação dos movimentos populares. O PT deve comprometer-se em seu programa a estar presente nos movimentos cotidianos dos trabalhadores. Mas sua presença deve estar voltada a *desamarrar* e não a *amarrar*. A criatividade dos movimentos de base, suas iniciativas, as questões e caminhos encontrados por eles nas próprias lutas, não podem ser sufocados em nome de receitas preparadas de longe. (PERSEU: 2007, p.112)

Assim, questionando a estrutura corporativa do sindicalismo e proibitiva do regime que impediam a autonomia e a realização das greves como modalidade de ação para

---

<sup>138</sup>MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de um Partido 1979-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

conquistas de direitos, questionando também a visão moderada da União Sindical, as lideranças do Novo Sindicalismo reconheciam que o processo de transição exigia a iniciativa direta dos trabalhadores para ampliar as possibilidades de conquistas e que no seu decorrer, foi se percebendo que somente a luta sindical não permitiria vitórias, devido à condição de isolamento dos trabalhadores. Simultaneamente essas lideranças questionavam a estrutura sindical e a estrutura política brasileira. No contexto de transição disputavam o modelo de relação dos trabalhadores com o Estado brasileiro, como também o próprio modelo de Estado.

Os trabalhadores foram percebendo que para se ter voz, liberdade de organização, era necessária uma realidade democrática que não fosse avessa a sua livre organização. Enquanto predominasse a cultura autoritária e elitista no Estado brasileiro e prevalecesse o uso dos dispositivos de força por parte do Estado para resolução dos conflitos com o movimento sindical, este teria poucos meios para obter conquistas.

Na sua luta específica por direitos trabalhistas, os trabalhadores foram percebendo o caráter transcendente das suas tarefas e essas não se reduziam às conquistas salariais, pois exigiam um grande esforço para serem obtidas e seus ganhos não se sustentavam mesmo no curto prazo por conta dos índices de inflação. Passaram a compreender que era necessário a mudança de modelo econômico e que essa mudança não ocorreria fora do plano político.

Outro aspecto relevante é que em ambas as esferas, se afirmavam posições e modelos organizativos voltados para a base social que refletiriam na qualificação da representação política exercida tanto pela nova central, como pelo novo partido. O esforço ambivalente de organizar simultaneamente uma nova central e um novo partido se refletia nas dificuldades de grande parte das lideranças em fazer distinção dos momentos da luta institucional e social. O que é fundamental, é que para nós, embora existisse pouca precisão do que era o que, as lideranças — como é do feitio dos trabalhadores — foram lidando de forma pragmática com as ambiguidades trazidas pela situação. Neste sentido, mais do que fechar questão sobre os diversos pontos ainda não resolvidos, era necessário construir no limite referências para a ação no partido e no movimento. Referências que enfatizavam as práticas democráticas, a relação direta com a base e a autonomia dos movimentos, pois não cabia ao partido qualquer tipo de dirigismo sobre a base. Por sua vez, o partido deveria refletir uma inversão da política tradicional, pois se basearia na legitimidade de sua representação, pois manteria uma relação direta e permanente com sua base social, seria um instrumento para vocalizar o anseio dos trabalhadores e excluídos de modo geral. Para o Novo Sindicalismo sua vitalidade

organizativa viria pelo reconhecimento da organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, para o PT a sua democracia interna e seu diferencial organizativo se daria através dos *Núcleos de Base*. Sem sombra de dúvida, tanto o PT como a CUT são marcados por uma cultura pragmática para a superação dos impasses; na ação e na relação democrática com as bases sociais, os desafios seriam superados.

O que há também para nós em comum, nas duas dimensões do mesmo processo, é a necessidade de afirmação de uma identidade política que se identificasse com os anseios da classe trabalhadora e com o conjunto dos movimentos populares questionadores da ordem vigente e de seu projeto de transição.

Um elemento importante que deve ser considerado ao analisarmos todo processo de formação do PT e da CUT é que embora o movimento tenha sido vigoroso e obtido vitórias parciais além de todo o ganho simbólico que revestiu as principais lideranças do *sindicalismo autêntico*, após as sucessivas greves de 1978, 1979 e 1980, poderíamos dizer que o movimento saiu derrotado, pois os aspectos centrais de sua agenda de reivindicações não foram alcançados, porque a estrutura sindical, as forma de negociação, o sistema de relações trabalhistas, pontos importantes das reivindicações não foram alterados, não havendo mudanças institucionais. Com isso, ficou cada vez mais clara a necessidade e urgência da ampliação da estratégia<sup>139</sup>.

Acreditamos que não estamos abordando nenhuma novidade quando ressaltamos os vínculos de identidade entre o PT e o Novo Sindicalismo, isso já foi tratado por vastíssima literatura, no entanto, para os objetivos deste capítulo se faz necessário refazer este percurso, pois se não há dúvida de que o processo de formação do PT foi hegemonizado pelos trabalhadores; sabemos também que não foi a única tradição que contribuiu para a formação do partido. Na verdade, é até questionável reconhecer naquele contexto o Novo Sindicalismo como uma tradição política consolidada, assim como negar que a identidade e narrativa assumida pelo PT bebesse somente da fonte sindical. Marcas do marxismo, como também da *Igreja Popular* são inegáveis, contudo, seria equivocado tratar as *culturas políticas* que convergiram na formação do Partido dos Trabalhadores e da CUT como elementos isolados sem nenhum tipo de superposição entre as diversas referências.

---

<sup>139</sup>MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de um Partido 1979-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Porém, mesmo reconhecendo a pluralidade em torno do processo de formação do PT, a hegemonia dos trabalhadores é inegável. Neste sentido, fazer este percurso é sempre necessário para a compreensão do processo de formação do partido. Assim, demarcar a relação de identidade do PT serve de base para o intuito de nosso esforço, pois permite realçar através da comparação o processo de transformação do Partido dos Trabalhadores ao longo da década de 1990. Se na sua fase inicial as expectativas dos petistas se localizavam no protagonismo dos trabalhadores e de sua central, dessa maneira, a sua organização e conscientização se constituíam em eixos centrais da estratégia partidária, ao longo do caminho essa centralidade foi se deslocando. O partido não negou sua identificação com os trabalhadores e o movimento sindical, mas foi cada vez mais ampliando suas referências, na mesma medida em que também aumentava o seu nível de institucionalização. Na verdade, o PT no seu processo de ampliação foi, cada vez mais, ampliando a abrangência de sua base social através também da ampliação dos objetivos do seu discurso, ou seja, para o partido, na mesma medida em que ia se fortalecendo como alternativa eleitoral, não era mais suficiente falar para uma identidade específica, era necessário incorporar outros elementos.

Em sua caminhada o PT foi abandonado à centralidade da estratégia luta somente no âmbito da sociedade como agente da transformação radical da sociedade brasileira, mas isso não significou negar completamente o seu papel. No mesmo sentido, cada vez mais o próprio partido foi se convertendo em sujeito e simultaneamente outras dimensões passariam a ser valorizadas, como, por exemplo, as administrações do partido nas prefeituras. A marca do partido não se resumiria somente na sua identidade de classe, mas também na sua capacidade de dar vazão ao desejo popular e na sua capacidade de governar.

Essas mudanças não foram fruto de um desejo desligado de uma materialidade. Mudanças nas circunstâncias históricas mudaram a configuração do mundo do trabalho que por sua vez alteram as condições do PT em basear a sua estratégia somente na capacidade de mobilização dos trabalhadores; por isso é fundamental considerar esse antes e depois do PT na sua relação com o mundo do trabalho para que seja possível dar luz a suas escolhas e trajetória. Desta forma, nosso objetivo é considerar tal impacto e perceber a maneira como o partido assimilou tais mudanças e como as respondeu. Assim, observaremos o mundo do trabalho e suas transformações de acordo com a realidade brasileira, ora considerando os posicionamentos da CUT, mas manteremos o PT como o sujeito das nossas análises. Defendemos tal enfoque, pois o objetivo geral do nosso trabalho é observar os elementos constituintes no processo de formação da cultura política do partido e para isso o foco

relacional é o partido. Todavia, reconhecemos que o sindicalismo cutista é um importante referencial nesse processo de formação, mas também acreditamos que a crise do mundo do trabalho alterou seu peso relativo na composição partidária, o que levou o PT como ator cada vez mais autossuficiente a produzir respostas a essa nova realidade.

Acreditamos que o Partido dos Trabalhadores teria dois ciclos em sua história, o primeiro marca o seu processo de formação que iria da fundação à eleição de 1989 e o segundo ciclo que iria de 1989 em diante, mas esse segundo ciclo poderia ser subdividido de 1989 a 2002 e de 2002 até os dias atuais. Desta maneira seria possível, dependendo da abordagem, dividir a história do partido em dois ou três ciclos históricos. Cada ciclo da trajetória petista definiria um padrão de construção partidária que por sua vez nos permitiria distinguir características, como suas opções e prioridades. Para nós, o primeiro ciclo do partido seria o ciclo de formação e de hegemonia dos trabalhadores e movimentos (1979-1989), a narrativa e a estratégia política estavam baseadas na mobilização dos trabalhadores, na construção da identidade partidária vinculada à classe trabalhadora, como também a identificação de um tipo mais rígido de base social; seria a fase movimentista do partido. A base do PT eram os trabalhadores, sobretudo, os operários. O Manifesto de fundação do partido nos oferece indícios interessantes de seu modelo de organização, no qual o eixo estava nos movimentos sociais.

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem efetivamente o direito do cidadão e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p.66)

O segundo ciclo (1989-2002) compreenderia o período de crescimento institucional do partido que coincidiria com a crise no mundo do trabalho e seus efeitos sobre a classe trabalhadora no Brasil. O terceiro ciclo seria a partir da vitória eleitoral de 2002 até os dias

atuais, mas dependendo da abordagem, esta divisão poderia ser desconsiderada, tendo em vista o nível de institucionalização já avançado do PT mesmo antes da vitória nas eleições presidenciais.

No nosso caso observaremos o segundo ciclo, no qual, o PT se “adapta” ao sistema político e eleitoral brasileiro, e se fortalece politicamente ganhando força e expressão institucional; para nós, as mudanças no mundo do trabalho se relacionam com isso e para compreendermos as mudanças pelas quais passou o partido seria fundamental entendermos o processo de institucionalização e crise do mundo do trabalho.

### 3.1 PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA TRABALHADORES SEM TRABALHO.

Após o forte ciclo de crescimento ostentado no período do *Milagre Econômico* a economia brasileira perdeu o seu vigor, sobretudo a partir do ano de 1979 quando o segundo choque do petróleo destrói as bases da *Era de Ouro* do capitalismo de maneira irreversível. Se no mundo capitalista desenvolvido os índices de crescimento perduraram, embora em um ritmo visivelmente mais lento até 1991, nas regiões periféricas do sistema capitalista a situação não era nada cor-de-rosa. Em regiões como África, Ásia Ocidental e América Latina cessou o crescimento do PIB per capita e a maioria das pessoas ficou mais pobre; não havia dúvida que para essas regiões o final da década de 1970 e a década de 1980 foram perdidos por severa depressão<sup>140</sup>.

No Brasil, os sinais de mudança do cenário internacional não tardaram a se refletir, as taxas de crescimento da economia brasileira, que no período do Milagre Econômico tinha uma média de crescimento de 7 % ao ano, a partir de 1979 os índices declinaram abruptamente, o PIB foi negativo no ano de 1981 como consequência de quedas sucessivas nos anos anteriores em média de 1,6%. Os setores da indústria de bens de consumo duráveis foram duramente atingidos, aumentando significativamente o nível do desemprego. Como discutimos no primeiro capítulo, as greves do ABC se relacionam diretamente com o processo de arrefecimento da economia brasileira. A inflação atingiu em 1979 a ordem de 110%, perdurando em níveis elevados até o final do governo do presidente João Batista Figueiredo.

---

<sup>140</sup>HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O cenário econômico ostentava paradoxalmente um quadro de estagnação e altos índices de inflação como consequência do nível de indexação da economia. A economia brasileira se tornou insolvente e a declaração de moratória por parte do México, criou um cenário muito menos favorável para a manutenção de crescimento econômico brasileiro tendo em vista a retração na disponibilidade de crédito no cenário internacional, como também o aumento do clima de desconfiança em relação à solvência brasileira<sup>141</sup>.

Para nós é importante mostrar esta dimensão econômica, pois ela produziu efeitos significativos sobre a realidade do trabalho no Brasil e foi uma trincheira importante de disputa tanto para a CUT como para o PT. O debate sobre os efeitos da recessão da economia brasileira se constituiu em um elemento permanente de preocupação por parte dessas organizações e considerar os argumentos mobilizados contribuiria para o nosso trabalho.

É interessante notar que o título do primeiro ponto da resolução do primeiro encontro do partido no ano de 1981 era: *Desemprego*. Neste sentido o partido não aceitava que os custos da crise fossem pagos pelos trabalhadores, não aceitando também qualquer tipo de ajuste recessivo que gerasse desemprego; todavia, ao observamos os documentos do PT, percebemos que grande parte da sua energia estava ainda centrada na sua organização e pouco se havia formulado sobre realidade econômica e social. O primeiro texto a citar questões econômicas de maneira mais direta foi a resolução do terceiro encontro no ano de 1984, mas ainda se resumia a um pequeno trecho de uma resolução largamente voltada para organização do partido, porém, a realidade do quadro recessivo já era percebida. Assim:

Os trabalhadores brasileiros não aceitam serem responsabilizados pela crise econômica e muito menos aceitam administrar a crise em conjunto com os que os exploram no dia-a-dia.

O PT assume hoje, como sua bandeira central, a luta contra o desemprego, conclamando os trabalhadores do campo e da cidade a empunhá-la.

Efetivando essa bandeira, o PT realizará, na segunda quinzena de setembro, um Dia Nacional de Lutas Contra o Desemprego, apoiando todas as iniciativas do movimento popular no mesmo sentido, e fazendo dessa ocasião a oportunidade para difundir amplamente as bandeiras de luta dos trabalhadores e, em especial, dos aspectos prioritários: as lutas pela estabilidade no emprego e pelo salário-desemprego. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 99)

---

<sup>141</sup>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: editora 34, 2015.

As mobilizações que culminaram nas greves, embora elas tivessem sido resultado dos indícios iniciais do cenário recessivo, refletiam uma relativa postura ofensiva do movimento sindical, pois seu eixo narrativo se dava em torno das melhorias salariais e condições de trabalho. A partir do ano de 1979 a economia entra em uma curva descendente e o cenário se torna pouco favorável para os trabalhadores, o que vai transformando o sentido e conteúdo das suas reivindicações, de uma agenda ofensiva para uma agenda em torno da manutenção dos postos de trabalho, por sua vez essa realidade perdura nas décadas de 1980 e 1990.

Com o encerramento do regime civil-militar, por mais que o PT e a CUT tenham questionado a participação no colégio eleitoral após a derrota da emenda constitucional Dante de Oliveira, a sociedade revestiu a transição política de grandes expectativas, a associação entre mudança do regime autoritário para o regime democrático era entendido por grande parte da população como possibilidade de resolução dos principais problemas do país; um voto de confiança era dado ao novo governo. Nesse contexto o PT se encontrava politicamente isolado e acabou se voltando para a sociedade e para a construção da sua rede na sociedade civil organizada<sup>142</sup>. No entanto, os principais problemas econômicos resistiam às tentativas de resolução. A inflação, por exemplo, no início do governo Sarney atingiu o patamar de 235% e as medidas ortodoxas adotadas pelo então ministro da fazenda Francisco Dornelles, que previam corte no orçamento na ordem de 10%, não sinalizavam um horizonte de expectativas para os trabalhadores; o *Plano Cruzado* embora tenha obtido um sucesso inicial, não modificou muito o quadro. No entanto, em suas resoluções, o PT nesse período se voltava prioritariamente para questões organizativas, porém com iniciativas interessantes para orientar sua intervenção no mundo do trabalho como, por exemplo, a definição de uma linha sindical do partido no 4º encontro em 1986; tratou-se do primeiro esforço de fôlego do partido em relação a intervenção de sua base no movimento sindical; lembrando que no período inicial a postura do partido era de recepção das pautas do movimento sindical e enxergava a relação entre partido e sindicatos com certo pudor em relação a autonomia do último. Entretanto, a própria abordagem na questão do movimento sindical está muito mais pautada em questões relacionadas à concepção de movimento sindical do que necessariamente defesa de uma política econômica voltada para o mundo do trabalho. Percebemos que o discurso presente nos documentos do partido, e a própria dimensão dada ao movimento sindical, demonstram que, mesmo no cenário prolongado de crise que se refletia no desemprego, era na classe trabalhadora que o PT depositava grande parte das suas expectativas. Supomos que

---

<sup>142</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

tendo em vista os documentos do PT, a crise do mundo trabalho ainda não se constituía em uma questão ao longo da década de 1980, pois nos encontros subsequentes as questões organizativas continuaram estruturando as discussões do partido; na verdade o partido só encararia as questões relacionadas a uma concepção mais clara de política econômica a partir do 6º encontro, quando são formuladas as diretrizes do Programa de Ação de Governo (PAG) que serviriam de referência para um possível governo Lula. Esta constatação nos oferece alguns indícios valiosos para o argumento sustentado por nós, pois acreditamos que na década de 1980 a questão da institucionalidade não era prioridade do partido, questões vinculadas à agenda de democratização, sobretudo campanha das *Diretas Já* e Constituinte de 1988, mantinham níveis de mobilização dos movimentos populares no Brasil, que projetavam um horizonte de expectativa de mudança pelo viés da luta social no interior do partido. Por outro lado, o longo ciclo de crescimento da economia mundial e brasileira nos anos anteriores levava muitos agentes econômicos e políticos a observarem o contexto recessivo como algo provisório. Talvez, a despeito da dramática realidade econômica, o PT não pensasse diferente, acreditando que o quadro econômico seria transitório e em breve a agenda ofensiva seria retomada. A efervescência política em torno das lutas democráticas provavelmente contribuiu com a situação de miopia<sup>143</sup>.

No entanto, é somente nas eleições de 1988 que o PT obtém resultados eleitorais expressivos, colocando pela primeira vez o partido na condição de viabilidade como alternativa eleitoral e política para a sociedade brasileira. Neste sentido, pensar políticas de governo e considerar sobre a realidade econômica se tornaria cada vez mais questões candentes.

Nas eleições de 1988 o PT havia conquistado vitórias eleitorais em 36 prefeituras, a despeito disso, as expectativas no 6º encontro (1989) em torno da classe trabalhadora não foram abandonadas, porém as possibilidades de lançar um candidato com grande carisma político a partir de um patamar institucional mais favorável gerava esperanças para os petistas, fora que a atenção dispensada ao desempenho das gestões petistas nas prefeituras começou a ser fonte de preocupação, pois constituíam uma forma de autorizar o partido a fazer a discussão sobre projeto de governo<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup>FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

<sup>144</sup>PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

Outra questão que seria interessante observar é que a tática das greves continuava sendo um momento importante da construção partidária, como uma iniciativa fundamental na visão do partido para a obtenção de vitórias. Chama a atenção que a despeito do quadro recessivo da economia as greves continuam sendo o principal instrumento de ação política o que confirma a manutenção do protagonismo da classe trabalhadora no sentido mais próximo das tradições de esquerda no projeto do PT. Não queremos dizer que o PT posteriormente se tornou contrário às greves, mas queremos ressaltar o quanto o partido se baseava em tal modo de ação até então para construir sua estratégia.

O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários, mais precisamente a CUT, que representa seu polo combativo, classista e conseqüentemente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.

Não está em questão qualquer apelo à concentração das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação e mobilização dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.

O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja inteiramente ligada às mobilizações sociais, em geral e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 378)

Após quase dez anos de existência e a análise dos documentos do PT, podemos produzir algumas considerações sobre alguns aspectos de fundo da nossa discussão que podem complementar o nosso esforço de composição do cenário. Para além da manutenção de uma perspectiva classista após quase dez anos de crise econômica, são raras as reflexões sobre os problemas econômicos como também a própria análise de maneira mais detida sobre o aumento do desemprego, pelo menos na primeira década nos documentos oficiais do partido. Outra questão, é que ao fazermos a análise comparativa entre o conjunto de documentos da década de 1980 com os da década de 1990, temos uma maior percepção do impacto na narrativa do partido da hegemonia das políticas neoliberais e seus efeitos sobre o mundo do trabalho — que pressiona o PT a redefinir o direcionamento da sua narrativa — o fim da URSS e seu impacto sobre o pensamento de esquerda. Podemos dizer, que mesmo em uma realidade de crise das tradições de esquerda, o PT a sua maneira era caudatário dessas tradições. No ano

---

de 1991, em seu 1º congresso, o partido faz um profundo debate sobre o fim do bloco socialista do Leste Europeu como ao longo dos anos seguintes a discussão sobre o neoliberalismo é cada vez mais recorrente.

É a partir da década seguinte que o PT começa seja nos seus documentos e resoluções, seja através da sua revista Teoria e Debate (T & D) a refletir sobre o mundo do trabalho, ou melhor, é somente a partir dos anos de 1990 que a ficha sobre os limites e possibilidades da classe trabalhadora começa a cair. Essa percepção culmina em uma mudança no *modus operandi* do partido que se reflete em uma redefinição em sua ordem de prioridades. Porém essas mudanças não passaram por uma negação dos caminhos anteriores, mas muito mais por uma ampliação dos elementos constitutivos da estratégia petista. As resoluções do PT na década de 1990 não negam o papel da classe trabalhadora e da luta social, mas incorporam outros elementos no seu processo de construção política.

Para nós, a inflexão do Partido dos Trabalhadores resulta de diversos fatores que o partido teve a necessidade de enfrentar na passagem da década de 1980 para a década de 1990. Não é à toa que a eleição do Lula em 1989 marca o ápice de um modelo de organização do PT alçado na luta social. Dentre os fatores que geram a mudança de ciclo, temos: o encerramento da transição da ditadura para a democracia; as alterações no padrão produtivo do capitalismo, o que ficou conhecido como *Acumulação Flexível*; a prolongada recessão da economia brasileira que perpassou as décadas de 1980 e 1990, apresentando baixos níveis de crescimento, se refletindo no aumento do desemprego; a crise das perspectivas de esquerda após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética; o retorno das ideias liberais o que se convencionou chamar de neoliberalismo; e as vitórias eleitorais a partir das eleições de 1988. Por ora, para nós é relevante considerar as questões estruturalmente relacionadas com o mundo do trabalho e nesse sentido, considerar a reestruturação e o quadro recessivo e de baixo crescimento da década de 1990 que refletiu no mapa do emprego no Brasil.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980 os países centrais do capitalismo presenciaram profundas transformações no mundo do trabalho, nas formas de inserção da estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Tratou-se de um período de salto tecnológico, no qual a automação, a robótica e a microeletrônica entraram no cotidiano da produção industrial alterando a configuração do padrão produtivo, fazendo

com que *Fordismo* e *Taylorismo* mesclassem –se com outras formas de organização da produção<sup>145</sup>.

A rotina baseada no padrão anterior é atacada através da criação de instituições mais flexíveis. Essa forma de poder se estruturaria em três elementos: *Reinvenção Descontínua de Instituições*, *Especialização Flexível da Produção* e *Concentração de Poder sem Centralização*, esses seriam os pilares do novo padrão produtivo<sup>146</sup>.

A Reinvenção Descontínua da Produção se constitui na pedra angular da administração moderna; se baseia na crença de que a formação de redes elásticas e mais abertas à reinvenção decisiva do que as hierarquias piramidais como as que organizavam os processos fordistas. Para a forma moderna, os nódulos na rede são mais frouxos, o que por sua vez permitiria retirar as suas partes, alterando a sua configuração sem destruir as outras partes da rede. Isso permitiria constantes revisões no processo produtivo, permitindo constantes rearranjos; trata-se de um sistema fragmentado. O objetivo para essas constantes alterações é eliminar unidades repetitivas e ineficientes, permitindo também a identificação por parte dos administradores de quais programas e trabalhadores que poderiam ser cortados<sup>147</sup>.

O termo conhecido para essas práticas é “reengenharia”, o fato mais destacado na reengenharia é a redução de empregos. [...] Reengenharia, em contraste significa fazer mais com menos. Essa declaração sugere eficiência — a própria palavra ‘reengenharia’ invoca uma operação mais compacta, conseguida graças a um decisivo rompimento com o passado. (SENNETT: 2014, p.56)

Essas mudanças não necessariamente significam maior eficiência por parte das empresas, às vezes o seu efeito é oposto. Muitas das instituições que passam por processos de reengenharia se tornam disfuncionais durante os períodos de contração de pessoal, a moral e

<sup>145</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>146</sup> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

<sup>147</sup> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

a motivação dos que permanecem trabalhando cai acentuadamente, pois ficam mais à espera do próximo reajuste, fora que os resultados financeiros muitas vezes são discutíveis<sup>148</sup>.

A Especialização Flexível seria a outra dimensão do mesmo processo; caracteriza-se pela tentativa de se colocar de forma cada vez mais rápida a produção no mercado; para isso, as relações entre empresas se tornam maleáveis permitindo-lhes responder de maneira quase imediata às oscilações na demanda e no consumo. Isso faz com que empresas venham a competir e ao mesmo tempo cooperar, na busca de nichos do mercado, no qual, elas ocupam temporariamente, adaptando a curta vida do produto. No caso, é central o papel da inovação para que as empresas tenham condições de responderem as demandas do mercado<sup>149</sup>.

Os ingredientes necessários para especialização flexível, também aqui, nos são conhecidos. A especialização flexível serve à alta tecnologia; graças ao computador, é fácil reprogramar e reconfigurar as máquinas industriais. A rapidez das modernas comunicações também favoreceu a especialização flexível, pondo dados do mercado global ao alcance imediato da empresa. Além disso, essa forma de produção exige rápidas tomadas de decisões, e assim serve ao grupo de trabalho pequeno; numa grande pirâmide burocrática, em contraste, a tomada de decisões perde a rapidez à medida que os documentos sobem ao topo para obter aprovação de sede. O ingrediente de mais forte sabor nesse novo processo produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições. Todos os elementos de responsividade contribuem para a aceitação da mudança decisiva, demolidora. (SENNETT: 2014, p. 60)

A terceira e última dimensão do processo de acumulação flexível se daria pela dinâmica da Concentração sem Centralização; essa se basearia na lógica de concentração sem centralização do poder. O processo de concentração descentralizada se dá com a introdução de novas tecnologias que permitem um quadro mais abrangente da organização; permitindo assim aos altos administradores saber sobre o comportamento dos diversos pontos da rede. Com isso se desfaz a necessidade da existência de uma hierarquia rigidamente estruturada; há um continente de poder no arquipélago de poder flexível. Ao invés de uma hierarquização rígida que observa tudo de perto, o poder se dilui na rede, porém isso não desfaz a dinâmica de controle; ele se exerce através do estabelecimento de metas de produção, de lucro para uma ampla variedade de grupos na organização, enfatiza-se a eficácia em torno das metas, colocando a eficiência no segundo plano, pois estabelece menos rigidez sobre as formas de

<sup>148</sup>SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

<sup>149</sup>SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

atingir as metas, o percurso tem menor importância, desde que elas sejam atingidas. As unidades são pressionadas a produzir mais do que sua capacidade imediata<sup>150</sup>.

A estrutura permanece nas forças que impelem as unidades ou indivíduos a realizar; o que fica em aberto é como fazer isso, e o topo da organização flexível raras vezes oferece as respostas. Está mais em posição de fazer a contabilidade de suas próprias exigências do que de indicar um sistema pelo qual eles podem ser cumpridas. ‘Concentra sem centralização’ é uma maneira de transmitir a operação de comando numa estrutura que não mais tem clareza de uma pirâmide — a estrutura institucional se tornou mais complexa e não mais simples. Por isso a própria palavra ‘desburocratização’ é enganadora, além de desgraciosa. Nas modernas organizações que praticam a concentração sem centralização, a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe. (SENNETT: 2014, p. 65)

A consequência dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural, que atingiu globalmente o mundo e que teve, também, como consequência a diminuição do peso relativo do operariado industrial e fabril, e por outro lado o aumento da proporção da *População Economicamente Ativa* (PEA) envolvida em atividade no setor dos serviços, muitas vezes *precarizados*. Contudo, o desdobramento é a *heterogeneização*, a *fragmentação* e a *complexificação* da classe trabalhadora<sup>151</sup>.

Se por um lado temos novos insumos tecnológicos, por outro passamos a ter uma superficialidade na relação com o trabalho, um distanciamento da função. O trabalho deixa de ser um fator no processo de construção da identidade, pois desorganiza as referências temporais do período anterior e desconstrói as bases do seu saber, seu ofício no mundo atual é ilegível<sup>152</sup>. Esta longa passagem de Sennett ao retornar a uma padaria na cidade de Boston, anos após a sua primeira visita, demonstra bem a nova realidade:

Socialmente, não é mais um estabelecimento grego. Todos os homens que eu conhecera haviam-se aposentado; alguns jovens italianos hoje trabalham lá como padeiros, junto com dois vietnamitas, um maduro e incompetente hippie anglo-saxão protestante branco, e vários indivíduos sem identidade étnica visível. Além disso, a casa não é mais composta apenas de homens; um dos italianos era uma moça mal saída da adolescência, outra mulher tinha dois filhos crescidos. Trabalhadores entram e saem durante o dia; a padaria é uma intrincada rede de horários de meio período para as mulheres e mesmo para os homens, o velho turno da noite substituído por um horário de trabalho muito mais flexível. O poder do sindicato dos padeiros desgastou-se na loja; em consequência,

<sup>150</sup>SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

<sup>151</sup>ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>152</sup>SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

os mais jovens não são cobertos por contratos sindicais, e trabalham em base contingente, além dos horários flexíveis. Mais impressionante ainda, em vista dos preconceitos que dominavam a velha padaria, o supervisor dos padeiros é negro.

Vista da perspectiva do passado, todas essas mudanças devem confundir. Essa caldeira de etnicidade, gênero e raças sem dúvida dificulta a interpretação à maneira antiga. [...] O que é realmente novo é que, na padaria, percebi um terrível paradoxo. Nesse local de trabalho *high-tech*, flexível, onde tudo é fácil de usar, os empregados se sentem pessoalmente degradados pela maneira como trabalham. Nesse paraíso do padeiro, tal reação ao trabalho é uma coisa que eles próprios não entendem. Operacionalmente tudo é muito claro, emocionalmente tudo é muito ilegível. (SENNET: 2014, p. 78-79)

Outa consequência é o seu impacto sobre os sindicatos, pois tal situação os colocou em uma condição defensiva, os problemas também se refletiam na diminuição das taxas de sindicalização dos países centrais. O perfil caracterizado de grande parte dos trabalhadores produziu uma distinção entre os trabalhadores estáveis e os trabalhadores em condições precárias, sendo que os últimos foram se convertendo em maioria. Por sua vez, as formas tradicionais de organização sindical não conseguiam acompanhar e se adequar a nova realidade do mundo do trabalho<sup>153</sup>.

A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe- *que-vive-do-trabalho* questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. Como diz Visser, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. (ANTUNES: 1999, p. 62)

Como comentamos na parte inicial do capítulo as décadas de 1980 e 1990 inverteram uma tendência de longo prazo de crescimento da economia brasileira no qual com todos os seus limites ampliou o acesso aos postos formais de trabalho. Apesar da dramaticidade da realidade na década de 1980, muitos não acreditavam na sua permanência, habituados com a Era de Ouro do pós-guerra, não perceberam que a crise alterava radicalmente as bases da economia mundial e abria um novo ciclo econômico, trazendo uma nova realidade para a economia brasileira e essa era muito menos promissora. No entanto não era somente uma questão de horizonte expectativa, na década de 1980; embora tenha aumentado o desemprego; a indústria não foi tão impactada e preservou parte significativa dos postos de trabalho<sup>154</sup>. É

<sup>153</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

<sup>154</sup> MATTOSO, Jorge. **Brasil Desempregado**. Como foram destruídos 3 milhões de desempregos no Brasil nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1999

na década de 1990 que para muitos no Brasil cai a ficha da recessão com a coincidência do neoliberalismo e reestruturação produtiva.

Ao longo da década de 1990 o desemprego permanece em uma dinâmica de crescimento; no período que vai de 1992 a 2001 o desemprego cresce por volta de 70% no país. Para uma PEA que cresceu por aproximadamente 20%, o desemprego aumentou em números relativos em pouco mais de 4 milhões o número de pessoas desempregadas<sup>155</sup>.

Embora existissem outras linhas interpretativas do fenômeno de aceleração e aumento do desemprego no Brasil, grande parte dos analistas consideravam que a escalada da desocupação detinha uma relação direta com as opções no âmbito da política econômica que levou à economia brasileira a um processo de desestruturação como consequência das políticas de abertura econômica<sup>156</sup>. Em algumas regiões do país o desemprego chegou a atingir 20% da população no ano de 1999, em números absolutos, no mesmo ano o desemprego atingiu cerca de 10 milhões de pessoas. A outra dimensão do mesmo processo era o grande contingente de pessoas na informalidade; segundo pesquisa do Dieese-Sead da época, cerca de 50% das pessoas ocupadas estavam na condição informal.<sup>157</sup>

Segundo as pesquisas do IBGE ou do DIEESE-SEADE, hoje mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro desemprego, FGTS. Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social. No Brasil, segundo o Instituto Datafolha, seriam cerca de 24 milhões de brasileiros nessas condições, dos quais mais de 12 milhões trabalhariam sem registro em carteira porque se encontram desempregados e não conseguem outro tipo de trabalho. Desta forma, reduziu-se a participação dos assalariados, conformando um verdadeiro processo de desassalariamento, com ampliação da ocorrência de condições de trabalho em que prevalecem situações sem contribuição para a Previdência e, portanto, sem acesso à aposentadoria. (MATTOSO:1999, p.16-17)

Acreditamos que não precisamos usar muitas palavras para descrever que este quadro tornou praticamente impossível para o PT a manutenção de um padrão de ação política

<sup>155</sup>QUADROS, Waldir. **Classes Sociais e Desemprego no Brasil nos anos de 1990**. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

<sup>156</sup>QUADROS, Waldir. **Classes Sociais e Desemprego no Brasil nos anos de 1990**. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

<sup>157</sup>MATTOSO, Jorge. **Brasil Desempregado**. Como foram destruídos 3 milhões de desempregos no Brasil nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1999

baseado na mobilização dos trabalhadores identificados com o perfil tradicional da classe trabalhadora. O interessante é que começamos a ver nos textos e documentos do PT a partir do ano de 1993, tanto nas resoluções do 8º encontro, como na seção *Mundo do Trabalho* da revista Teoria e Debate as primeiras reflexões sobre a crise no mundo do trabalho. Nas resoluções do encontro, a referência está centrada no papel da CUT para a superação da crise econômica e social, não fazendo qualquer menção à reestruturação produtiva<sup>158</sup>. Já na revista T&D, encontramos um artigo de Ricardo Antunes debatendo a reestruturação produtiva do capitalismo<sup>159</sup>. Na revista é também interessante observar que a partir da 23ª edição a seção Mundo do Trabalho ganha espaço, demonstrando um esforço maior de reflexão sobre a crise do mundo do trabalho e diversificação dos temas no interior desta; como por exemplo: impacto das políticas neoliberais, sindicalismo do funcionalismo público, câmaras setoriais, novas exigências de formação profissional, problemas no campo, contrato de trabalho.

Nas resoluções do partido percebemos que a ênfase está centrada na questão da crise econômica e no desemprego e menos pautada pelo debate sobre a reestruturação produtiva, embora faça algumas referências pontuais; mas a reflexão está voltada principalmente para o emprego e o papel do Estado na promoção dos postos de trabalho e garantia de direitos como parte também de um discurso crítico ao neoliberalismo.

As lutas por emprego, salário e condições de trabalho continuam atuais, mas a ação sindical tornou-se insuficiente. Se continuarmos insistindo na luta meramente corporativa, restrita às questões econômicas imediatas, de caráter apenas sindical, não estaremos respondendo por inteiro as necessidades de nossas respectivas categorias, sejam colocadas na conjuntura, sejam as colocadas pelas alterações estruturais que modificaram as relações de trabalho.

O impacto do desmonte da função social do Estado coloca para cada trabalhador e suas respectivas famílias um conjunto de preocupações, angústias e necessidades concretas, que vão muito além do local de trabalho ou do campo de luta estritamente salarial, como educação, saúde, moradia, seguridade etc.

As alterações na relação de trabalho, isto é, a introdução de novas tecnologias, a terceirização, o desemprego estrutural, a flexibilização da produção e da jornada, a desregulamentação de direitos e os novos sistemas de gerenciamento, acelerados violentamente pelo ajuste ao projeto neoliberal, impactaram também a nossa ação sindical. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 589)

<sup>158</sup>PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

<sup>159</sup>ANTUNES, Ricardo. Impasses e Desafios: a crise e os sindicatos. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo. 1993. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/impasses-e-desafios-crise-e-os-sindicatos&page=0,1>>. Acesso em 12 de outubro de 2015

Esse trecho da resolução do 9º encontro é ilustrativo quando comparado com as resoluções do partido durante a década de 1980, quando as resoluções de modo geral investiam na classe trabalhadora através da luta sindical e sua central, as expectativas de superação dos problemas econômicos e políticos. Os problemas seriam superados na luta. A partir da década de 1990, as respostas ou soluções passariam a ser buscadas também em questões mais técnicas como participação em fóruns tripartites (capital, trabalhadores e Estado)<sup>160</sup>, apresentação de projetos de acordos coletivos<sup>161</sup>, e negociações. Nas seções da revista voltadas para o mundo do trabalho, a questão agrária e as tensões no campo também foram ganhando espaço através do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra MST<sup>162</sup>. Para termos uma ideia das dificuldades e da nova realidade que atravessava o sindicalismo, no início da década, o Sindicato de São Bernardo do Campo, liderado por Vicentinho, futuro presidente da CUT, não aderiu aos chamados da CUT para a greve geral e os argumentos do então presidente do sindicato se relacionam com a situação defensiva do movimento<sup>163</sup>.

Com isso, percebemos que na narrativa presente nas resoluções do PT, o partido vai se convertendo cada vez mais em sujeito e assim produzindo a inversão de que o movimento seria a esfera complementar da ação partidária<sup>164</sup>. Como nesse trecho da resolução do 10º encontro:

Mas só a articulação do PT e sua militância nos movimentos sociais poderá viabilizar vitórias populares. Para tanto, a direção do PT e sua militância nos movimentos Populares (CMP), MST, OAB, CNBB, ABI, entidades de pequenos e médios empresários do campo e da cidade, buscando unificar suas agendas de luta. Assim o PT deve, ainda no segundo semestre de 95, trabalhar pela efetivação de um fórum nacional de caráter popular em defesa da soberania e da democracia, buscando concretizar uma plataforma de lutas que seja alternativa, possibilitando uma saída para a crise que assola a imensa maioria dos brasileiros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 622)

<sup>160</sup>PAVAN, Rosiver. Debate: Trabalhadores -“sem atalhos”. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1992. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/debate-trabalhadores-sem-atalhos-0&page=0,1>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

<sup>161</sup>ROSSETTO, Miguel. A proposta do movimento sindical. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1994. Disponível em :< <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/proposta-do-movimento-sindical> >. Acesso em 13 de outubro de 2015

<sup>162</sup>STÉDILLE, João Pedro. O MST e a luta pela terra. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1994. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/o-mst-e-luta-pela-terra>>. Acesso em 18 de outubro de 2015.

<sup>163</sup>VICENTINHO. Greve tem hora. **Teoria e Deabe**. São Paulo: Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/greve-tem-hora&page=0,2> > Acesso em 13 de outubro de 2015.

<sup>164</sup>PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

Um observador desavisado sobre os documentos anteriores do PT, sobretudo, os documentos da década de 1980, poderia considerar que na narrativa presente no trecho conteria pouca coisa de relevante, mas para nós ela demonstra o processo de mudanças pela qual passou o Partido dos Trabalhadores e na qual culminou com sua institucionalização e efetivação da sua condição de alternativa de poder para direção do Estado. Há na parte destacada uma inversão que seria vista como uma heresia em relação ao padrão de construção política do partido na década anterior. Nos anos de 1980, o PT era um espaço de mediação, jamais o indutor dos movimentos no âmbito da sociedade. Nessa década o movimento só poderia ser de fora para dentro e o partido era uma força auxiliar. Como percebemos na citação e veremos em grade parte dos documentos dos anos de 1990 o centro da estratégia do partido havia se deslocado e isso como consequência de diversos processos que o empurraram em direção à agenda institucional e converteram o partido como o principal agente de mudança desejado pelos seus militantes.

É ao longo da década de 1990 que o Partido dos Trabalhadores se transforma em um partido também de governo e para isso precisa se adequar aos aspectos estruturais, como também culturais ligados à política brasileira. Para nós, esse percurso não foi premeditado. Dentro do seu sistema de valores e a partir de sua conduta quase sempre pragmática o PT foi respondendo as novas necessidades trazidas pelas mudanças na realidade. Com isso o partido ampliou seu sentido de base social, passou a ver seu filiado também como eleitor, tornou sua narrativa mais abrangente, internamente se tornando mais flexível e para fora produzindo um discurso mais eclético, fruto do diálogo com outras tradições políticas. É na década de 1990 que o PT começa a se consolidar como tradição política e ir além da perspectiva de movimento.

#### 4. DA CLASSE TRABALHADORA AO POVO

Neste capítulo, ainda que cientes da fragmentação e da descontinuidade dos processos culturais, tentaremos discutir as questões relacionadas a uma cultura política dominante na sociedade brasileira que serve de base e influencia as diversas perspectivas políticas no país. No entanto, partiremos da convicção de que as culturas políticas se relacionam, influenciando umas às outras, e que compõem um processo cultural muito mais amplo. Estas culturas políticas se manifestam no plano específico do político, mas também refletem normas e valores, criticando ou reafirmando tradições presentes em uma sociedade. Com isso, consideramos que exista uma base cultural comum, onde elas se inserem e disputam<sup>165</sup>.

Neste sentido, acreditamos que o Partido dos Trabalhadores em seu processo de mudança foi se assemelhando a esses valores; presentes na sociedade; e por isso foi capaz de se projetar como alternativa e crescer eleitoralmente, pois tangenciou valores e práticas presentes na sociedade. Por sua vez, não queremos dizer que não existam diferenças entre o PT e a cultura política dominante, mas reafirmamos que o PT foi se tornando cada vez mais resiliente à uma realidade social e política.

Para nós o bem-humorado discurso de Luiz Inácio Lula da Silva pronunciado no 5º Encontro Nacional do PT, seria um interessante exemplo das percepções que o Partido dos Trabalhadores vinha tendo em seu percurso político; nos diálogos, no esforço de converter-se em alternativa viável eleitoralmente e na ânsia de concretizar o seu projeto de poder, o PT sempre se colocou ante a necessidade de autocrítica.

Em 1982, quando fui candidato a governador por São Paulo, cometi uma grande gafe. Vocês se lembram da propaganda do PT, em que o menos perigoso estava condenado a noventa anos de cadeia. Fizemos uma fala que dizia: “Lula, candidato a governador nº3, ex-ajudante de tintureiro, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, ex-presos, ex-não-sei-que-lá, um brasileiro igual a você”.

Eu imaginava que a classe trabalhadora iria compreender: puxa-vida, esse cara é isso e é candidato, nós também podemos ser.

Mas parece que os trabalhadores entenderam exatamente o contrário: ninguém queria ser um brasileiro igual a mim. Eles queriam ser um brasileiro com diploma

---

<sup>165</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

universitário, queriam ser um brasileiro com melhores condições de vida, com melhor formação intelectual, com melhor qualidade de vida. A partir desse erro, comecei a compreender que às vezes a gente não pode fazer um discurso como se todos entendessem o que a gente fala. Numa campanha como a de 1988, nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendemos.

Às vezes a gente age como carros de corrida de Fórmula Um: vanguarda está a 380 km por hora e a massa está num fusquinha a 60 por hora, sendo multado em cada esquina. Na campanha, o PT tem que ocupar todos os espaços possíveis para educar o povo. Para plantar uma semente, para plantar algo que nunca mais vai morrer. (SILVA: 2012, p.128-129)

Esse trecho do discurso do ex-presidente Lula nos permite iniciar a nossa reflexão sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores, pois traz alguns elementos interessantes para o desenvolvimento do nosso argumento. Para nós a sensibilidade expressa no discurso, serve como uma síntese do percurso do partido, pois em sua trajetória a autocrítica por parte do PT, foi algo sempre presente em suas resoluções, como também percebemos uma busca de diálogo permanente com sua base social. Esta postura por parte do Partido dos Trabalhadores produziu um constante processo de adequação à “realidade” no esforço de responder aos desafios colocados pelas circunstâncias históricas.

Como debatemos nos capítulos anteriores, para nós, o PT resultou da convergência entre tradições políticas distintas que convergiram na necessidade de formação de um partido político que significasse um processo profundo de autocrítica em relação às estratégias da esquerda no período anterior. O partido se unifica na negação das tradições políticas precedentes, pois para ele, representavam além de propostas derrotadas pela história; pelo golpe civil-militar de 1964; o traço elitista de construção de cima para baixo e pouco diálogo com as bases. Mas não só *trabalhismo* ou o *comunismo* o PT desejava negar, mas também o regime autoritário, as formas tradicionais de se fazer política; construir o novo, tendo a pretensão de construir-se na diferença<sup>166</sup>. Não é à toa que o isolamento político foi quase uma constância na sua primeira década de existência; fazer aliança significava para muitos petistas um tabu, seu contato com outras forças soaria para muitos petistas sinônimo da perda de pureza. Podemos dizer que parte da identidade do PT também se construiu a partir da negação das tradições de esquerda e do *status quo*.

O PT significou o nexos que permitiria a participação de todo um campo político que se constituiu na crítica à ditadura civil-militar no processo de transição política em curso no país, iniciado com a descompressão do regime autoritário e que não possuía vínculos com as

<sup>166</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

forças em disputa antes do golpe e negociavam o processo de transição. Este novo campo político não reconhecia nas tradições anteriores qualquer compromisso com suas pautas, para eles era necessário um recomeço a partir do novo. Para as forças sociais e políticas, a mudança deveria ser radical, profunda, mas para as correntes que participavam da “reconciliação”, traumatizadas com o ciclo ditatorial a transição deveria ocorrer sem sobressaltos. Os arroubos radicais não seriam bem-vindos, poderiam colocar tudo a perder. Não é à toa a cautela do MDB no percurso da transição e sua dificuldade de se envolver diretamente em qualquer iniciativa mais radical ou conflituosa; da mesma forma as elogiosas declarações do antes radical Leonel de Moura Brizola ao presidente João Batista Figueiredo; ou a moderada postura do PCB e do PC do B a partir do argumento de permanência no MDB como meio e forma de manter a frente de oposição para se combater os *entulhos autoritários* do regime<sup>167</sup>.

Para as forças sociais e políticas que convergem na formação do PT, esta chave interpretativa não respondia aos seus anseios, era necessário construir algo diferente para poder disputar os sentidos da transição. A iniciativa radicalizada dos trabalhadores do ABC lhes proporcionou autoridade e em certa medida correspondeu aos anseios radicais; para os setores do *Cristianismo de Libertação* era os pobres se organizando; para os militantes das organizações revolucionárias era o retorno do proletariado.

Porém, isto não significa que o projeto petista fosse algo encerrado, claramente definido para todos os envolvidos no seu momento de fundação. Quando observamos os documentos do contexto de fundação do partido, percebemos que a narrativa do partido se estruturava muito mais em princípios e referências do que em verdades doutrinárias. Os sentidos estavam em disputa e o método para esta se baseava na democracia, na consulta às bases, na luta, que se confirmava na prática da convivência na diferença.

Não temos a intenção de sermos repetitivos na análise sobre o processo de formação do PT, mas para nós é importante introduzir este capítulo através desta recuperação, pois serve para introduzir o próximo e fundamental argumento que estruturou a nossa pesquisa. Para nós se no contexto de formação, o PT se forma sob hegemonia política dos trabalhadores — isso por si só não constituiu uma cultura política estabilizada — representando mais um movimento das forças políticas que, alijadas do jogo institucional arbitrado pela ditadura, encontraram no PT a oportunidade de participação.

---

<sup>167</sup>AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

O que queremos defender com essa sentença é que o Partido dos Trabalhadores significou mais um movimento que trazia referências de tradições anteriores, mas como todo movimento político os seus sentidos não eram estáveis ou definidos. Esse primeiro argumento é útil, pois leva a uma segunda dimensão, que é o fato da construção do *petismo* se estabelecer a partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990, transformando-se em alternativa de poder, adequando-se ao sistema político e eleitoral brasileiro, e assimilando valores presentes em uma cultura política mais abrangente, tornando-se um partido da “ordem”, mas que mantém seu caráter diferencial em relação à política tradicional.

Para relembrar, essas mudanças resultam de diversos fatores que impuseram limites, mas também abriram janelas de oportunidades ao partido. Crise dos elementos e tradições fundadoras, encerramento do ciclo de transição da ditadura, hegemonia do neoliberalismo e resultados eleitorais expressivos.

Internamente o 5º e o 7º encontros e o 1º congresso se relacionam com esse processo de transformação. As campanhas de 1988 e 1989 abriram caminho para o processo de adequação; tratam-se de momentos inaugurais. Desenvolveremos mais esses argumentos posteriormente, mas é importante ressaltar no momento que para além do processo de afirmação de uma cultura distinta, o percurso de construção desta identidade se deu a partir do diálogo e incorporação de outras referências que não foram inventadas pelo PT, nem mesmo premeditadas pela sua direção, eram preexistentes nas tradições das esquerdas brasileiras.

Para nós, o PT foi ficando *moreno* ao longo da década de 1990 como consequência das transformações das circunstâncias históricas, que dirimiram a capacidade de mobilização dos movimentos, que por sua vez se refletiu na perda de capacidade destes em imprimir a agenda do partido. Na mesma medida, lideranças vinculadas à institucionalidade foram ganhando espaço em sua direção. Assim, nos ciclos vividos pelo PT, coincidiu o ascenso dos movimentos sociais com o momento de indefinição política do partido e sua condição de movimento; conforme o ciclo de mobilização em torno da crítica à ditadura civil-militar foi se encerrando e os movimentos vinculados ao seu enfrentamento foram perdendo seu vigor; o PT teve que enfrentar a necessidade de normatização do seu funcionamento e “adaptação” à ordem; outros elementos, elencados por nós em outros capítulos, que alteraram a configuração histórica obrigaram o partido a enfrentar a necessidade de mudança. Por isso questões fortemente vinculadas à normatização do funcionamento interno do partido e do

comportamento dos seus militantes e das correntes, ocorreram na passagem da década de 1980 para 1990, mas foi apenas o início do processo.

Com isso, queremos dizer que a trajetória petista foi também uma trajetória de incorporação e diálogo com um sistema de normas e valores já vigentes, pois caso não dialogasse, provavelmente estaria condenado à condição de marginalidade.

Como dissemos anteriormente, embora nesse contexto muito do que seria o PT ainda estava em disputa, marcas de seu *modus operandi* já eram evidentes. Inegavelmente o PT é um partido marcado por uma cultura pragmática; não é incomum, sobretudo nos documentos iniciais, a ação e a luta serem afirmados como método de definição das divergências teóricas. Um exemplo é a questão do socialismo que soa muito mais como uma carta de princípios do que um documento doutrinário. O socialismo petista seria construído na luta.

Outra referência importante é a defesa de uma cultura democrática, o que também demonstra o compromisso com os movimentos que foram forjados na crítica ao regime autoritário e viam nele um elemento a ser superado. Seria difícil para qualquer um encontrar uma maneira de definir o PT como um partido não comprometido com a democracia. Por último, a identidade construída em torno da ideia de representante dos desejos e expectativas da classe trabalhadora.

Essas marcas fundamentais foram pressupostos do percurso de construção da cultura política petista que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, que a partir da afirmação ou autocrítica, foi rejeitando ou incorporando elementos externos a sua cultura. O PT foi construindo e conformando a sua identidade política como fruto da distinção, mas também do diálogo com uma cultura política geral (dominantes).

Para nós seria difícil observar o caminho feito pelo partido sem antes definir da onde ele partiu e sabemos que não partiu do zero, pois a modernidade nunca perdeu seu contato com a tradição. Todavia, não enxergamos que essas características permitissem definir naquele momento uma cultura política petista, mesmo porque, esse processo de formação se dá com a incorporação de elementos que já estão presentes no sistema de valores da sociedade brasileira, para o bem e para o mal.

Esses pressupostos, porém, são características fundamentais que permanecem na trajetória petista, servindo de elementos de distinção e compõem este mosaico cultural e político que formam sua cultura. O processo de adequação do PT se deu também através e a

partir de um processo de assimilação cultural seletiva, em que nem tudo foi absorvido, mas não deixou de gerar os seus efeitos sobre seus traços.

Neste sentido, seria necessário ressaltar algumas características que compõem esta realidade cultural e política mais ampla na qual o PT atuou e em nossa opinião se adequou; por fim, não consideramos que o processo de adequação do PT nos permita produzir qualquer sentido de perda de compromisso ou traição ideológica do partido.

#### 4.1 CULTURA POLÍTICA, ESTADO E SOCIEDADE

Continuando nossa discussão, entendemos que o PT, mas não só ele, estaria como qualquer cultura política imerso em uma realidade cultural que transcende a sua especificidade, na qual qualquer tradição política seria obrigada a dialogar, confirmando ou rejeitando os seus valores, uma espécie de *senso comum* que se expressa no plano cultural mais amplo, como também no fenômeno político. Um argumento que subjaz esta afirmação é que a capacidade de tangenciar valores seria um passo fundamental para qualquer partido ou cultura política no seu processo de afirmação como alternativa. Com isso, não queremos dizer que todas as tradições compartilhem a mesma base de valores, não é isso, na verdade acreditamos que em um dado momento histórico, embora existam uma pluralidade de culturas políticas, nem todas possuem o mesmo nível de audiência, sendo que outras em dado momento assumem a condição de culturas políticas dominantes, pois detêm a capacidade de traduzir e responder de maneira pertinente aos problemas do momento<sup>168</sup>. É isso que para nós seriam culturas mais gerais e que muitas vezes são expressões que vão além do plano político, influenciando inclusive posições antagônicas; em sua condição de dominância, influenciam as culturas vizinhas ao ponto de pautar o seu debate e questões. Seja na forma de tradições políticas, seja na forma de valores presentes no cotidiano, esses influenciam o plano político e por sua vez os partidos. Valores como *nacionalismo*, *conciliação*, *autoritarismo*, *patrimonialismo* e etc. serviram de referência para a definição das posições políticas tanto no sentido de consentimento quanto de negação.

---

<sup>168</sup>BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

É inegável que as culturas do autoritarismo, democracia, corrupção, republicanism, patrimonialismo, nacionalismo, ou do liberalismo político e econômico, além da conciliação são traços marcantes da cultura política brasileira e que organiza polos em constante conflito em nossa sociedade. No entanto, não queremos dizer que todos esses códigos se expressam necessariamente na forma clara de partidos. Tomando como exemplo a conciliação, esta se dilui em práticas cotidianas assumidas por diversas tradições a despeito da sua matriz ideológica, assim como valores e práticas identificadas com o patrimonialismo; muitos desses valores se diluem no sistema político e nas relações sociais. Já a defesa do nacionalismo ou da perspectiva liberal seriam mais facilmente identificados nas culturas políticas presentes no Brasil, por exemplo.

Para nós, o PT em sua trajetória teve diversas formas de enfrentar esta realidade; em momentos se mantendo diferente<sup>169</sup>, em outros assimilando alguns desses valores. Esse caminho de aproximação com essas representações da realidade brasileira foi o que levou o PT a se consolidar como alternativa de poder e constituir de maneira eclética a sua cultura política; e como as “boas” tradições brasileiras, a consolidação dessa cultura não estava desligada da relação e da formulação de uma concepção de Estado. Foi no caminho da sua institucionalização que o Partido dos Trabalhadores foi conformando sua cultura política, mas isso sem negar sua intervenção na sociedade. Essas duas dimensões deixaram de ser antagônicas e passaram a ser complementares como forma de um funcionamento que exigia o contato e o diálogo permanente entre Estado e sociedade. Estado invertendo prioridades e sociedade consciente participando.

No momento, porém, precisamos também esclarecer alguns limites do nosso trabalho no lidar com as questões destacadas, pois nem com todas as dimensões dos valores e grades explicativas, conseguiremos fazer as relações necessárias e isso devido a limites da metodologia escolhida por nós. Fizemos a opção de considerar os resultados dos processos políticos vividos pelo PT, por isso enfatizamos as resoluções de encontros e congresso do partido como fonte para o nosso esforço de análise. A não ser de maneira pontual nos aproximamos de documentos que nos levaram a uma dimensão mais cotidiana do funcionamento do partido, seja através de matérias da revista Teoria e Debate, seja a partir de documentos de tendências internas do partido ou discursos proferidos pelo Lula. Com isso, temos clareza que dimensões de valores presentes no cotidiano, como por exemplo,

---

<sup>169</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

patrimonialismo, nos oferecem maiores dificuldades de serem apreendidos, pois de modo geral, não são reconhecidos como práticas correntes em documentos oficiais. Neste sentido, observaremos esse aspecto de maneira superficial, tentando demonstrar seus indícios de presença ou ausência nos documentos e representações produzidas pelo PT.

Assim, uma chave explicativa dos valores dominantes importante seria a discussão sobre o patrimonialismo. Toda uma tradição de pensamento social brasileiro se desenvolve em torno dessa questão. Para muitos pensadores, suas raízes estariam vinculadas a nossa colonização ibérica e ao processo de formação do nosso Estado. No caso, mesmo sob orientação ideológica de valores modernos não se desfez os laços com o passado, preservando uma dinâmica relacional marcada pelo universo de valores do meio agrário e evidenciando nosso cambaleante caminho da modernização<sup>170</sup>. Para parte significativa da reflexão em torno do patrimonialismo, a nossa modernização seria seletiva, pois assumiríamos uma roupagem moderna, de viés liberal das nossas instituições, mas sem superar a lógica privatista que segmentos da sociedade têm do Estado. Nas palavras de Raymundo Faoro:

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, se apropria das oportunidades econômicas desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento, se extrema em competências fixas, com divisão dos poderes, separando-se do setor fiscal do setor pessoal. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como técnica de operação da economia. [...] A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro. [...] Enquanto o feudalismo separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, as mudanças em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, do consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia. [...] ... sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político — uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes — impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes seus valores. (FAORO: 1975, p. 736-737)

<sup>170</sup>Para saber mais sobre a discussão ver: FAORO, Raymundo, **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 Volumes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Ver, também: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: 2006.

Faoro trabalha a ideia de Estado Patrimonialista como um tipo de organização de Estado que mescla de maneira conveniente os elementos tradicionais de cunho aristocráticos e características marcadamente modernas desenvolvendo um tipo de organização capenga e que mistura aspectos anacrônicos e modernos sem ser um e nem outro. É um tipo de Estado marcado pela tradição, pelo domínio cultural do universo agrário sobre o urbano. Em relação ao universo agrário, este se identifica com os valores patriarcais e com o atraso. O Estado patrimonialista se identifica também com a capacidade de se alterar, dialogando com ideias e valores modernos sem mexer com suas características estruturais, sem alterar sua condição de autonomia em relação aos diversos segmentos da sociedade. Esta realidade também é consequência de uma realidade social, na qual, a sociedade se encontra em estado de fluidez e baixo nível de organização; nela, não há segmentos em destaque, classes dotadas de protagonismo político. Com isso, o Estado ganha um perfil de uma estrutura de poder que está acima das classes e que não representa especificamente uma classe, mas que representa a autonomia dos burocratas patrimonialistas que só tem como objetivo seus próprios interesses<sup>171</sup>.

Outro pensador importante do pensamento social brasileiro, o historiador Sergio Buarque de Holanda sobre o patrimonialismo, considera:

Para um funcionário patrimonial a própria gestão política apresenta-se como um assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se com interesses pessoais dos funcionários e não com interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos com as suas capacidades próprias. Falta a tudo ordenação impessoal que caracteriza o Estado burocrático. [...] No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. [...] E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLANDA: 2006, p.146)

---

<sup>171</sup>FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 Volumes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Para o antropólogo Roberto Da Matta, teríamos como consequência desse processo de formação “ecletica” da relação entre Estado e sociedade a produção de uma realidade relacional cujas referências seriam pautadas por sistemas de valoração distintos ao mesmo tempo conflituosos, ao mesmo tempo complementares organizados ora pela norma e o distanciamento, ora pelo afeto e proximidade. Um sistema seria oferecido pela *casa*, no qual predominaria as referências de proximidade e o outro seria a *rua*, no qual os valores seriam ordenados pelo distanciamento e pela impessoalidade. Outra dimensão importante seria o universo religioso, o *outro mundo*<sup>172</sup>. Para Da Matta, essa realidade produziria uma percepção sobre a nossa cidadania que seria invertida, pois, a rua, seria o espaço de cumprimento de regra, o espaço da invisibilização do indivíduo, da igualdade que anularia o reconhecimento<sup>173</sup>.

Cada dimensão (casa, rua e outro mundo) produz um discurso distinto, sendo o dominante o da rua, que advém das leis jurídicas; o da casa é reivindicado pelos subalternos; reafirmando o discurso da casa, da família, vazado por conotações morais e um apelo aos limites da exploração social; o do outro mundo se pautando por um discurso de renúncia a partir de um conhecimento deste mundo. No entanto, estas perspectivas não são antagônicas, mas complementares e pautadas por relações e pontes entre elas. Para Da Matta, o pensamento brasileiro de modo geral privilegiou umas das dimensões e o seu esforço se constitui em mostrar a relação entre estas dimensões. A sociedade brasileira conseguiu sintetizar de modo singular o seu lado tradicional que simboliza o paradigma da casa e o lado moderno representado por um conjunto de leis que buscam tornar o Brasil uma sociedade contemporânea<sup>174</sup>.

Mais do que elementos em oposição, é a conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos. Trata-se da possibilidade de juntar a família, a classe social e a religiosidade popular com a economia capitalista, as lealdades aos amigos com a lealdade ideológica. Para Da Matta a sociedade brasileira é uma sociedade relacional. Uma sociedade na qual o indivíduo sem relações é visto de maneira negativa. Nas sociedades modernas que passaram segundo Da Matta pelas revoluções individualistas, o elemento tradicional estaria superado, o indivíduo estaria no centro do sistema de valores, por sua vez, as sociedades

---

<sup>172</sup>DA MATTA, Roberto. **Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

<sup>173</sup>DA MATTA, Roberto. **Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

<sup>174</sup>DA MATTA, Roberto. **Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

tradicionais, a dimensão fundamental de valores se estabeleceria no todo<sup>175</sup>. Isso produziria uma realidade em que a esfera pública e a cidadania seriam espaços esvaziados de seus sentidos modernos e a sociedade brasileira seria um exemplo. No caso da cidadania, ela constituiria em nosso senso comum um sentido realmente negativo<sup>176</sup>.

Não queremos nos prender longamente à questão do patrimonialismo, mas queremos demonstrar que esse era um elemento que perpassava tanto o Estado como a sociedade e eram dimensões as quais o PT precisou enfrentar; mas não necessariamente no caso se adequando. Quando observamos as experiências petistas e observamos seus programas, as políticas apresentadas, o modelo de institucionalidade e de relação entre Estado e Sociedade, fica claro para nós que o PT não era conivente com o patrimonialismo, mas isso não significa que o partido conseguiu superá-lo completamente.

Como afirma o historiador Perry Anderson, o PT provavelmente seria o primeiro partido moderno na política brasileira<sup>177</sup>, pois era identificado com uma base social orgânica e capaz de representar seus anseios. Nas duas dimensões do debate sobre o patrimonialismo apresentada por nós, nos argumentos de Faoro, Holanda e Da Matta, tanto na dimensão política, como sociológica, o PT significou um compromisso de modernização das formas de relação entre Estado e Sociedade. Encontramos nos documentos do PT — e isso permanece a despeito das mudanças fisionômicas do seu percurso— uma concepção de institucionalidade voltada para transparência e controle social através da conscientização da sociedade e a afirmação da necessidade de gestão compartilhada por meio da sua constante participação, da afirmação da cidadania. O *Modo Petista de Governar* estava em consonância com esses desejos, pois era um governo identificado com os interesses dos trabalhadores e pobres em geral, governado a partir de uma cidadania ativa e não estando acima das classes. Como afirmamos anteriormente, muitas das dimensões do cotidiano, na qual poderíamos aferir com maior precisão as continuidades e descontinuidades do PT em relação ao sistema de valores do patrimonialismo não foram possíveis de serem acessadas por nós, tendo em vista os limites metodológicos, mas podemos demonstrar que o partido buscou afirmar uma perspectiva identificada com uma visão modernizante. Este pequeno trecho do Programa de Ação de Governo de 1989 nos oferece um exemplo:

---

<sup>175</sup>DA MATTA, Roberto. *Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

<sup>176</sup>DA MATTA, Roberto. *Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

<sup>177</sup>ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos Estudos*. São Paulo, v 33, n. 7, p. 33; Novembro 2011.

O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade; é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças contidas no Plano de Ação de Governo no 6º encontro do partido poderão ser viabilizadas.

Neste sentido, realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias. O PT defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p.404)

Outras dimensões se inserem na composição do cenário, uma delas é a avaliação do sistema político e do sistema partidário brasileiro no qual o PT está ligado. Para parte dos estudiosos, o sistema político brasileiro seria um caso de subdesenvolvimento partidário, pois os partidos políticos no Brasil não seriam suporte para a democracia, haveria grande nível de autonomia dos políticos em relação às organizações partidárias, patronagem, clientelismo e patrimonialismo, sendo por conta dessas características pouco institucionalizado. No caso, o sistema político seria um reflexo da condição dos partidos e vice-versa no Brasil<sup>178</sup>.

Os indicadores para essa vertente interpretativa se baseariam no número excessivo de partidos políticos no Brasil; na fragilidade dos partidos que apresentariam um nível grande de descontinuidade em sua existência, assim seriam meras legendas para atender aos interesses pessoais e que teriam pouca influência na vida política brasileira. O terceiro elemento seria o grande número de mudanças de partidos por políticos que demonstraria um baixo nível de disciplina partidária.

Para esse campo de interpretação os partidos políticos no Brasil, com algumas poucas exceções, também teriam pouca consistência programática e ideológica, fato que produziria as coligações esdrúxulas, muitas vezes incompatíveis com o programa. Produzindo composições eleitorais que seriam contraditórias nas esferas do Estado federativo, construindo assim, alianças nacionais, mas disputas no âmbito dos estados e municípios.

Continuando, em outra dimensão da mesma chave de leitura, a despeito da transição democrática, o país não haveria superado o clientelismo, a patronagem e o patrimonialismo. Essas marcas subvertiam negativamente a relação dos partidos com segmentos da sociedade, pautados por lógicas promíscuas. E por fim, a indisciplina partidária, no qual grande parte das lideranças dos partidos não seguiam as referências programáticas como as orientações das

---

<sup>178</sup>RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos Ideologias e Composição Social**. São Paulo: Edusp, 2002.

bancadas. No caso, somente os partidos de esquerda teriam níveis satisfatórios de disciplina partidária<sup>179</sup>.

No polo oposto estariam aqueles estudiosos, que mesmo considerando contradições e limites no sistema partidário no Brasil, reconhecem a existência de um perfil ideológico nos partidos brasileiros para além dos partidos de esquerda e também encontram níveis razoáveis de fidelidade partidária em outros partidos. Dentre os que detêm uma leitura distinta dos partidos políticos, daremos destaque ao trabalho de Raquel Meneguello.

Para ela, algumas mudanças conjunturais neste tipo de crítica não são observadas, por exemplo, as mudanças nas formas de formação da opinião pública que não consideram que seus processos não passam mais pelos modelos tradicionais que impunham certas funções para os partidos. Com o advento dos meios de comunicações os partidos perderam o monopólio na formação das preferências que impôs alterações ao seu antigo papel de produzir uma representação mais direta, a partir do processo de organização que se traduziam em vínculos eleitorais<sup>180</sup>. Porém afirma:

Essa transformação no campo da representação política, no entanto, atinge um dos elos do processo democrático. No campo dos processos decisórios e da gestão da sociedade, os partidos figuram como agentes centrais da conexão entre os cidadãos e os governos democráticos, atuando como articuladores das questões na arena pública, definido agendas governamentais e influenciando o processo de elaboração das políticas públicas. Partidos com sustentação eleitoral participam da composição dos governos e estabelecem as bases para a relação entre os poderes executivo e legislativo. Partidos e governos democráticos, portanto, são indissociáveis pela garantia de responsividade à sociedade e imprescindíveis ao seu funcionamento.

Nessa direção, estudos recentes sobre a evolução da dinâmica partidária em democracias ocidentais apontam que, se de um lado o declínio dos partidos define-se no campo da representação e é marcado pela crescente perda da capacidade de constituição de vínculos sociais estreitos, de outro lado as relações entre partidos e o Estado estabelecem um importante *locus* de sustentação e de legitimação dessas organizações e vem promovendo uma significativa alteração no seu perfil em direção à redefinição e à priorização das funções. O Estado adquiriu um papel crescente como elemento regulador da vida e do funcionamento dos partidos e experiências de governo vem ampliando as bases de seu desenvolvimento organizacional através dos recursos políticos ali produzidos. (MENEGUELLO: 1998, p. 26-27)

Já para o cientista político Paulo Sérgio Peres ao analisar a volatilidade eleitoral dos partidos, considera que as análises tradicionais partem de pressupostos teóricos e

<sup>179</sup>RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos Ideologias e Composição Social**. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>180</sup>MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

metodológicos evolucionistas de base sociológica, tendo a estabilização do sistema eleitoral como reflexo de institucionalização dos partidos, que por seu turno, refletiria a estabilidade do regime democrático e o nível de organicidade dos partidos. A volatilidade eleitoral seria uma medida importante para aferir o nível de identificação da sociedade com uma determinada sigla partidária; para a leitura tradicional, esse tipo de identificação permitiria observar o nível de institucionalização dos partidos e por sua vez a qualidade do sistema partidário e regime democrático. Qualquer tipo de volatilidade significaria crise do sistema partidário e dos partidos. Para Peres, esse tipo de abordagem seria falho por diversos aspectos, pois não consideraria as mudanças do mundo atual, como também, não levaria em conta que poderia significar exatamente o oposto do ponto de vista de avaliação do regime democrático, podendo representar uma postura proativa do eleitor a partir da avaliação das políticas oferecidas pelos partidos, ou mesmo avaliação dos governos, produzindo mudanças que seriam deslocamentos no interior de famílias ideológicas e não necessariamente exemplos de crises<sup>181</sup>.

Embora não seja do nosso interesse discutir as divergências em torno dos modelos interpretativos dos partidos no Brasil; explicitar a divergência corresponde a nossa intenção, pois os dois modelos dialogam com os momentos do PT. O fundamental é que tanto o ponto de vista da abordagem sociológica (que valoriza um padrão de relação do partido com sua base social e de identidade política) como a abordagem econômica que enfatiza a política dos partidos como um tipo de produto que seria escolhido racionalmente pelo eleitor dentro de um conjunto de possibilidades, são úteis para a nossa leitura, pois em alguma medida convergem na análise sobre o PT do período observado por nós. Nas duas abordagens poderíamos produzir interessantes resultados sobre o PT; na primeira como resultado de um nível de organicidade, identificação com a base social e estabilidade eleitoral; na segunda com a formação de uma “clientela” política já formada através da trajetória do partido à frente das experiências de governo sendo reconhecido como um tipo e uma forma distinta na promoção das políticas públicas e de relação com a sociedade.

O PT conseguiu simultaneamente em sua trajetória construir uma identidade política e social, como também formou uma clientela política referenciada nas propostas e concepção institucional. Essas dimensões correspondem aos momentos do PT.

---

<sup>181</sup>PERES, P. S. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 21-48.

Após apresentarmos esse breve panorama, consideramos já ser possível entrar de maneira mais direta nas questões relacionadas ao nosso argumento.

Do ponto de vista histórico, o processo que se inicia em 1979 com o fim dos *Atos Institucionais* e a *reforma partidária*, abrem o período de transição política, sendo a *Constituinte de 1988* o encerramento desse ciclo. Muitos dos movimentos que no primeiro momento combateram por fora da via institucional a ditadura civil-militar encontraram no PT a oportunidade de disputar os sentidos do processo de transição e dar algum nível institucional as suas pautas. Tendo como referência esse plano histórico mais geral, não é para nós coincidência que o partido dê início à regulação e normatização do seu funcionamento no período entre as duas décadas que vai de 1987 a 1991; no 5º encontro, 7º encontro e 1º congresso. Consideramos que os três momentos estão intrinsecamente relacionados compondo a mesma cadeia de acontecimentos. Esses encontros prepararam para a nova realidade institucional, ou como se convencionou na época, para a *Nova República*. No conjunto o partido considerou todas as dimensões da sua relação com a institucionalidade e resolveu uma série de tabus da sua relação com a realidade de governo. É importante destacar que para nós esse processo de normatização é o processo que inicia a conversão do PT da condição de um movimento com reduzida expressão institucional, mas grande relevo no âmbito da sociedade civil organizada, em um partido com grande peso institucional e com grande compromisso com a ordem e a legalidade constitucional.

É interessante notar que antes do encerramento do ciclo de transição, as questões relacionadas à institucionalidade pouco preocupavam o partido e sua prioridade estava voltada para a auto-organização e a intervenção na sociedade, mas com o encerramento do ciclo, sua atenção começa a deslocar-se.

Para que fique mais claro alguns aspectos, na transição entre as duas décadas e sobretudo no período de realização do 5º encontro do PT em 1987, muitos dos fatores que fortalecem a tendência de institucionalização do PT ainda não estavam colocados, a saber: hegemonia da ideologia neoliberal, reestruturação produtiva, prolongado quadro recessivo e suas consequências sobre o emprego, crise do mundo do trabalho e aumento do peso institucional do partido. Para nós esses seriam elementos estruturais que fortaleceram a tendência iniciada com o 5º encontro, mas os elementos formadores da cultura petista estão na mudança das representações e dos recursos simbólicos por ele mobilizados ao longo da década seguinte. Fazendo um comentário contrafactual, o êxito nas eleições municipais de

1988, as quais fizeram com que o partido obtivesse vitórias eleitorais em 36 prefeituras, sendo três capitais (Porto Alegre, São Paulo e Vitória) foram de fundamental importância para o fortalecimento da tática aprovada inicialmente no 5º encontro. Ela mostrou na prática a sua efetividade, no resultado.

Por isso na década de 1990 o PT, ao mesmo tempo em que confirma uma série de aspectos da sua diferença em relação à política tradicional e elitista<sup>182</sup>, iniciou o seu processo de assimilação ao sistema político e partidário. Para nós os três encontros viram a página da relação conflituosa do partido com a institucionalidade, mas sem alterar o papel que o partido remete a classe trabalhadora como centro referencial da sua narrativa, essa mudança não se dá no primeiro momento e nem de maneira explícita. Desenvolvendo melhor nosso argumento, eles servem de resposta à realidade já vivida pelo partido, tendo em vista o seu crescimento eleitoral a partir das eleições de 1988; o partido precisava formular sobre a nova realidade, mas ainda não havia motivos claros para rever seu caminho. Daremos um panorama de como os três momentos partidários se relacionam e como demonstram continuidades e descontinuidades; após entraremos na questão que está no plano das representações e que nos permitem observar indícios relevantes das mudanças pelo qual passou PT, como também os elementos que compõe a sua cultura política. Sempre tendo em vista a relação de complementaridade entre os três momentos.

Pois bem, o 5º encontro do PT marcará a trajetória petista por se tratar do primeiro momento no qual o partido enfrenta duas questões fundamentais, as alianças e o direito de tendência no interior do partido. No 5º encontro o PT faz uma reflexão de quais são os partidos que poderiam compor o seu arco de alianças; inicialmente essa aliança é pensada no campo da esquerda, podendo ser ampliada para alguns partidos de centro ou setores de partidos do centro. As alianças com PSB, PCB e PC do B eram consideradas como naturais, mas passariam pelo crivo de avaliação das direções do partido para PDT, PSDB e setores do PMDB. Até aquele momento a visão do PT era negativa em relação ao PDT; este era o partido da conciliação e excluía qualquer possibilidade de aliança com partidos que dessem sustentação à *Nova República*: PDS, PL, PTB, PFL e PMDB. As alianças com os partidos deveriam se basear no programa do partido. Para nós subjaz a isso uma postura que o partido passava assumir mais propensa à conciliação, a composição política com os diferentes. Neste sentido, acreditamos que é a partir das alianças que o PT se insere de forma definitiva na

---

<sup>182</sup>KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

tradição conciliatória brasileira; nos diversos momentos de crise o partido embora se diferenciando, reconheceu a ordem vigente e os resultados das disputas. Embora radical, nos diversos momentos o PT — antes mesmo da política de aliança— primou pela estabilidade política ainda que prevalecendo encaminhamentos que destoassem com as posições assumidas pelo partido. Assim foi na transição da ditadura à democracia, na campanha das diretas, o reconhecimento do resultado da Constituinte, o Impedimento do Collor; a postura do PT foi o respeito e reconhecimento dos resultados. Não estamos dizendo que a conciliação eliminou as distinções do PT em relação aos demais partidos, mas o PT reconheceu a conciliação como variável da política no Brasil.

O 5º encontro reafirma o processo de definição da política sindical do partido como também define como um partido de massa, buscando superar a velha dicotomia entre partido de massas e de quadros. Como diz nesse trecho:

Se queremos um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo, não precisamos nem de uma coisa, nem de outra. Precisamos de um partido organizado e militante, o que implica a necessidade de quadros organizadores. Um partido que seja de massas porque organizará milhares, centenas de milhares, ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais, e porque será uma referência para trabalhadores e a maioria do povo.

Nossa concepção, portanto, é a de construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social. É a partir dessas concepções que indicamos algumas medidas necessárias no plano organizativo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 349)

O PT desfaz o antagonismo entre partido de quadro e de massas, mas reafirma seu desejo de ser um partido de muitos e para muitos, sem separação da sociedade como de modo geral são os partidos estruturados na lógica de quadros. Para se converter em um partido de massa, o PT precisava organizar a sua base e com isso dedica grande parte de sua atenção à reflexão do aperfeiçoamento dos núcleos.

Sobre as tendências o 5º encontro é a primeira vez que o PT resolve regulamentar o funcionamento das tendências no interior do partido. Muitas das tendências internas do PT funcionavam como partidos dentro do partido, naquele momento era preciso regulamentar o funcionamento dessas tendências, assim passava-se a reconhecer o funcionamento de tendências de opinião, mas não organizações com dinâmicas próprias separadas do partido. Dessa forma, foram estabelecidas, a partir daquele momento, condições para a permanência

dentro do Partido dos Trabalhadores; que passavam pela centralização partidária. A filiação ao partido seria de caráter individual e seu compromisso formal só poderia ser com o partido, não seria permitida a filiação às correntes internas que implicariam inevitavelmente a dupla fidelidade, finanças próprias e documentos como jornais públicos voltados para fora do partido. O único projeto de dimensão estratégica permitido seria o PT; esta perspectiva de relação do partido com as correntes internas de opinião foi ratificada no 7º encontro do Partido dos Trabalhadores.

É interessante percebermos que em pouco tempo, essa resolução produziu seu parâmetro de regulação do comportamento das correntes internas do PT; esse processo culminou com a expulsão da Convergência Socialista, por exemplo. Um artigo de Apolônio de Carvalho da revista *Teoria & Debate* de 1989 demonstra os conflitos no interior do partido com o funcionamento das correntes internas<sup>183</sup>.

Convive com correntes que, já antes dele, possuem sua identidade própria, sua história, sua leitura da realidade, seus planos de desdobramento e, em parte relações e compromissos internacionais.

E guardam, hoje ainda, as concepções típicas dos modelos de “vanguarda” dos decênios recentes: o antigo modelo de partido, o apego às velhas fórmulas de análise da sociedade e do processo à revolução, os elementos-chave da tática, da estratégia, dos caminhos de conquista do poder. E sentem-se, como os PCs da velha-guarda, portadoras de verdades e soluções definitivas.

Não admira, pois, que não queiram assimilar o novo que o PT traz à esquerda, na nova situação histórica de hoje. Passam, ao contrário, a encará-lo como uma entidade secundária e subalterna — já que, efetivamente, não dispõe de uma tática e uma estratégia definidas, uma concepção estruturada de partido, uma doutrina social. Ou, então, como simples organização política de *frente*, colocada sob a hegemonia de posições reformistas, aprisionadas nos marcos da ideologia burguesa.

Em síntese, um relacionamento aético, expresso em sua prática desrespeitosa, desleal e utilitarista, no interior da organização. Não se trata apenas da degradação gratuita da imagem do nosso partido. Trata-se de sua transformação em instrumento de manobras, a curto e a médio prazos. Para algumas delas, “o PT é uma simples legenda, eventual ou de aluguel”. Em essência, mera iniciativa de alcance tático. Para outras, “vale a pena investir em sua construção, esperando impor ao conjunto sua hegemonia e seu modelo de partido revolucionário. [...]”

É álibi às infrações diretas à centralização política à prática de desrespeito aberto à disciplina e nossos estatutos. E, assim, às práticas dos fatos consumados. Em resumo, o jogo sinuoso das duas lealdades — de conteúdo e alcance desiguais: uma, quase absoluta, em relação às suas “vanguardas” de origem; outras, reduzida e problemática, em relação ao PT. (CARVALHO: 1989, em meio virtual)

<sup>183</sup>CARVALHO, Apolônio. Correntes internas do PT- Momento de Exclusão. *Teoria & Debate*. São Paulo: Perseu Abramo. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/correntes-internas-do-pt-momento-de-exclusao&page=0,5>>. Acesso em 12 de Janeiro de 2016.

O que a citação do artigo do Apolônio de Carvalho demonstra é que um comportamento que não tivesse o PT como fator central não seria mais aceito, com isso o PT passava em alguma medida a ritualizar o comportamento dos seus militantes e o funcionamento das tendências internas do partido. Para nós, isso evidência um sinal do processo de institucionalização, pois se o PT passava a reconhecer e seguir um conjunto de regras, não seria mais possível uma compreensão difusa do que seria o partido. As correntes do PT, sobretudo as radicais, não poderiam mais atuar para além dos limites por ele estabelecidos e se o partido era o definidor da tática e da estratégia, as correntes não poderiam ter qualquer atuação além do que fosse definido pelo PT.

O 5º encontro talvez seja marcante para muitos analistas que observam a trajetória do PT por marcar uma inflexão e permitir o surgimento de temáticas que não eram tratadas pelo partido anteriormente. Para nós ele representa uma inflexão importante, sobretudo pelos seus efeitos no funcionamento interno e pelos resultados eleitorais que a tática de aliança atingiu nas eleições municipais de 1988. Neste sentido, o resultado da eleição foi um elemento fundamental para a manutenção da tendência à institucionalização do partido que caso não produzisse resultados positivos, provavelmente a história do PT seria outra. Assim consideramos que o 7º encontro (1990) e o 1º congresso do Partido dos Trabalhadores, juntamente com o 5º encontro fazem parte do mesmo processo e para compreender o processo de institucionalização do PT não seria possível analisá-los de maneira dissociada. Se o 5º encontro é marcante pelo seu efeito inaugural, o 7º encontro e o 1º congresso são marcantes pelo aprofundamento nas questões institucionais.

O 7º encontro é o primeiro momento de maior formulação sobre as prefeituras petistas; o 6º encontro aborda a questão, mas de forma submetida aos interesses da campanha presidencial do Lula em 1989. O 7º encontro traz de forma irreversível a questão de caráter inovador, pois trata-se do momento no qual as administrações petistas passam a ser incorporadas como elemento no processo de construção do partido. Como afirmamos anteriormente em outro capítulo, é na gestão das prefeituras que o PT vai acumulando experiência de governo, mas mais do que isso, vai construindo seu modelo ideal de institucionalidade, que na visão de Meneguello seria a forma de ação dos partidos no período contemporâneo, no qual sua identidade se daria na formatação de um paradigma de Estado e na política produzida, ou seja, sua função central e identidade se deslocou da sociedade para o

Estado<sup>184</sup>. Ou no sentido de Berstein, toda cultura política produz um tipo ideal de Estado e um tipo ideal de sociedade<sup>185</sup>. O PT produziu um tipo de identidade específica de governo, que foi sendo identificada com a ideia de gestão compartilhada com a sociedade. O funcionamento do governo era uma forma de promover a mobilização e a organização dos segmentos populares e inverter prioridades da gestão em favor dos segmentos menos favorecidos. Sua participação na gestão seria o elemento construtor de consciência. Como afirmamos no segundo capítulo, o *Modo Petista de Governar* vira um elemento central na narrativa do partido para afiançar a sua capacidade de governo. A partir do 7º encontro a questão da relação do PT com as prefeituras foi naturalizada.

Um trecho da resolução do 7º encontro que chama a nossa atenção, é a forma como o PT entende a sua estratégia de oposição ao governo do então presidente Collor:

Nossa tarefa central é a oposição ao Governo Collor, especificamente à sua política econômica e ao estilo Collor, autoritário, populista, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação.

O confronto com o governo vai ocorrer em vários níveis e momentos:

- a) Disputa no plano institucional, no Congresso Nacional e nas eleições de 1990;
- b) Disputa na sociedade, contrapondo à CUT e aos movimentos organizados o sindicalismo de resultados e os descamisados;
- c) Disputa nos meios de comunicação e na mobilização social, procurando impedir nosso acesso à informação e a retomada da luta social e econômica organizada;
- d) Disputa de alternativas políticas e ideológicas em torno dos objetivos do Governo Collor e da questão da ideologia neoliberal contra o socialismo a esquerda.

Nossa política no plano institucional visa enfrentar o governo Collor com o objetivo de criar um polo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PC do B, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. Estaremos, assim, criando condições, a médio prazo, para a luta contra o pacote e a reestruturação do capitalismo brasileiro. (PARTIDO DOS TRABALHADORES:1998, p.456-457)

<sup>184</sup> MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>185</sup> BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.

Dois elementos são fundamentais em nossa visão, o primeiro é que o partido tem sua estratégia de luta pautada pela construção de uma frente institucional, se antes a aliança se dava em torno do momento eleitoral, agora ela se organizava também na dimensão do funcionamento Estado; e o outro de menor impacto, mas que não passa despercebido, é a postura do PT em relação ao PDT. Antes as posições do PT, presente nos documentos, de modo geral eram duras e colocavam sempre em dúvida a condição do PDT como partido de esquerda e popular; nas resoluções do 7º existem precauções sobre os trabalhistas sim, mas são bem menos ácidas e as hesitações estão nas possíveis proximidades ou distanciamentos no campo da tática do que da estratégia, ou seja, o PDT é alçado à condição de possível aliado.

Outro momento importante na inflexão petista é 1º congresso do partido, “ironicamente” simbolizado por uma borboleta, o congresso do partido se desenrolou tendo como contexto o fim da União Soviética e as incertezas que tal mudança poderia gerar para a esquerda e para as perspectivas socialistas. O PT reafirma no congresso seu projeto socialista e simultaneamente critica o modelo socialista soviético, mas reconhece também seus méritos. No entanto, para nós essa questão não é a pedra-de-toque do congresso, o fundamental é destacar a maneira que ele conclui o processo de normatização do partido com a institucionalidade, naturalizando essa relação e inserindo-a de maneira irreversível na estratégia do partido.

Até 1987, a disputa pela hegemonia era, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.

É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia no Brasil que o PT precisa assumir, sob pena de ficar prisioneiro, ou das políticas equivocadas, que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular; ou que privilegiam somente atuação institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com as lutas por reformas políticas e econômicas, mantendo, assim, a luta institucional prisioneira do caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sócias nas reivindicações específicas e no corporativismo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p.505)

O trecho não deixa dúvida sobre qual a estratégia de construção política a ser adotada a partir de então. O partido tenderia a manter uma relação de equilíbrio entre partido, governos e movimentos sociais. Essas referências não foram as únicas a serem construídas pelo congresso. Pela primeira vez o partido considerou de maneira mais profunda a relação e

o comportamento das bancadas do PT. Para nós, embora posteriormente muitas das questões sejam retomadas, esses três momentos (5º encontro, 7º encontro e 1º congresso) são fundamentais, pois eles são complementares e conclusivos no processo de reconhecimento do partido da institucionalidade como espaço também de acumulação.

Com isso alguns elementos que constituíam a narrativa do PT foram se transformando, talvez mais por mudança de concepção das tarefas políticas do que por puro e simples pragmatismo. Como dissemos anteriormente as temáticas observadas pelo partido foram sendo incorporadas sem passar pela negação dos pressupostos anteriores. Na medida em que as questões institucionais foram se fortalecendo e simultaneamente o braço social foi perdendo força no partido, pelas diversas circunstâncias aqui debatidas, o PT foi incorporando outras pautas. Porém, esse caminho não foi linear.

Com a experiência do Governo Paralelo, após a derrota na eleição de 1989, o partido cria o Instituto Cidadania (1992), que se transforma em um importante espaço de sua formulação política; tendo um perfil mais técnico, o instituto contribuiu em muito para a alteração dos temas observados pelo PT. Cada vez mais as questões vinculadas a cidadania foram se tornando importantes para o PT, questões como segurança alimentar e corrupção eram pautas que foram organizando o discurso do partido e evidenciando também a sua adesão a questões relacionadas à dimensão republicana da política.

A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa. A superação do *apartheid* social exigirá a democratização da sociedade, a reforma agrária e uma política de estímulo e apoio aos pequenos empreendedores e à economia informal, que não pode mais ser tratada como um problema marginal da sociedade. O programa de segurança alimentar e o combate à fome, associado à universalização do ensino básico, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria, são essenciais para promover a cidadania dos excluídos.

Especialmente a atenção deve ser dada a uma reforma tributária, de caráter progressivo, que penalize os que concentram renda e riqueza, impeça a sonegação e a impunidade e recomponha as finanças públicas, para impulsionar os investimentos produtivos e as políticas sociais.

Paralelamente, a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no país. Um novo padrão de financiamento, que fortaleça a capacidade do Estado estimular os investimentos de pequenos produtores industriais e rurais, é uma condição fundamental para o desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 553)

Esse trecho demonstra como questões vinculadas a ideia de cidadania foram no processo de institucionalização sendo incorporadas pelo partido, questões mais técnicas ligadas ao funcionamento do Estado também foram ganhando espaço no debate do partido. A formação de uma cultura política vinculada ao petismo foi se consolidando para nós na mesma medida em que o PT foi se consolidando como alternativa de poder e governo do Estado. Se a identidade de um partido de trabalhadores se deu no primeiro ciclo, o segundo confirmou uma identidade de ser um partido comprometido com a cidadania e formas inovadoras de gestão e participação. A ideia de cidadão foi na trajetória do PT suplantando a ideia de trabalhador, e muitas vezes o cidadão também era povo.

Outro referencial importante que o PT assimilou ao longo do seu segundo ciclo foi a ideia de nação. Em nossa opinião essa ideia se desenvolve como resposta a desestruturação da economia nacional a partir da abrupta abertura econômica resultante da política econômica do governo FHC, que tinha na competição externa um fator de ampliação da oferta e controle da demanda. Não queremos dizer que o PT se tornou um partido nacionalista; no sentido clássico do conceito; o legado das tradições revolucionárias ainda presente em seu interior permanecia ainda como um limite para qualquer tipo de adesão mais explícita. Entretanto, o projeto de globalização neoliberal colocava em xeque o papel regulador do *Estado Nação*, que por sua vez se tornava um objeto de reflexão do pensamento da esquerda mundial. A simultaneidade entre globalização e abertura da economia brasileira levam o PT a repensar sua estratégia política a partir da assimilação dessa perspectiva.

A oposição popular que o PT vai desenvolver contra o Governo FHC é global. Não se trata apenas de resistir a este ou aquele aspecto do programa do Governo FHC. Nossa divergência não se limita aos aspectos isolados da sua orientação. É uma divergência global, que se refere ao próprio fundamento do programa do governo. É preciso mostrar a sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes majorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social. Não visam a realização de um processo de integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania, mas apenas a acumulação de capital e integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo, enquanto a imensa maioria da população, miserável e pobre, é condenada às privações e à marginalidade, que hoje espantam o mundo nos testemunhos sobre África, Leste Europeu e a América Latina. [...]

Nossa oposição ao projeto neoconservador do governo deve se articular com a luta por uma agenda alternativa para o País, a partir de três eixos centrais:

- uma nova política econômica com reformas sociais;
- a defesa da Nação;
- a defesa da democracia. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998, p. 618)

Esperamos ter demonstrado ao longo deste capítulo que embora surgindo como um elemento novo no cenário da política brasileira e mantendo sua diferença ao longo da sua trajetória, o PT fez um caminho de adequação; por diversos motivos o partido foi revendo seu percurso para responder às necessidades. Acreditamos que o Partido dos Trabalhadores foi buscado de maneira pragmática — mas não significa que não houvesse verdade — assumir valores da esquerda que inicialmente não pertenciam a sua semântica; tangenciou outros valores presentes nas esquerdas que iam além das tradições originais que o formaram. Neste sentido o PT foi ficando mais brasileiro, mais popular, talvez até mais moreno.

## CONCLUSÃO

Ao longo do nosso trabalho buscamos compreender as transformações pelas quais passou o Partido dos Trabalhadores ao longo de seu percurso. O pressuposto que organizou o nosso esforço foi a crença que na passagem da década de 1980 para 1990 as tradições que convergiram na formação do PT estavam em crise, seja no plano ideológico, seja na capacidade de mobilização política, levando o partido ao seu processo de mudança. Essa premissa parcialmente foi confirmada no nosso trabalho. Afirmamos ser parcial devido ao fato de percebermos ao longo da pesquisa, que outras variáveis contribuíram e por consequência exigiriam algumas mudanças no foco e nas periodizações definidas por nós inicialmente.

Para nós a década de 1990 seria uma década de profunda revisão do partido, respondendo à crise das tradições fundadoras, a saber: inflexão conservadora da Igreja Católica a partir do papado de João Paulo II, que produziu um refluxo das correntes no interior da Igreja, referenciadas no *Cristianismo de Libertação*; a crise do Mundo do Trabalho a partir da reestruturação produtiva do capitalismo que ampliaria o desemprego estrutural, interferindo diretamente na sua capacidade ofensiva de mobilização e o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu, que colocou na defensiva as perspectivas de esquerda em todo o mundo. Para nós essas premissas eram suficientes para justificar as mudanças do partido e com isso, buscamos observar como o PT foi se transformando e construído a sua própria grade de leitura da realidade.

Entretanto, percebemos que essas não eram as únicas premissas motivadoras do processo de mudança do PT, motivo pelo qual identificamos a confirmação parcial dos pressupostos delineados ao início de nosso esforço de pesquisa; o processo de mudanças no Partido dos Trabalhadores se mostrou mais abrangente e além dos já elencados, outros elementos contribuíram como motivadores da revisão de caminho do partido.

Ao encerramento do ciclo de transição da ditadura à democracia, embora crítico ao processo, o PT reconheceu os resultados, seja o *Colégio Eleitoral*, a Constituinte de 1988 ou a eleição presidencial de 1989. Esses momentos encerram o contexto de transição política que relativamente esgotou as pautas de diversos movimentos sociais que tinham como eixo a crítica ao regime autoritário. A própria transição institucional em si foi um fator que motivou as necessidades de mudanças, pois grande parte das incertezas em torno do horizonte estavam

sendo encerradas, criando outro arcabouço institucional, no qual, o partido precisaria considerar os aspectos do seu funcionamento. O quadro recessivo da economia a partir do final da década de 1970 e que perpassou as décadas seguintes, atingindo o braço sindical do partido, interferiu na sua capacidade de intervenção; desta maneira, sua base de trabalhadores não foi somente atingida pela reestruturação produtiva, mas também pelo desemprego. Os resultados positivos consequentes da tática aprovada no 5º encontro contribuíram também de maneira fundamental para incentivar o partido a absorver outras pautas que inicialmente não estavam colocadas e por fim, a hegemonia dos valores neoliberais ao longo da década de 1990. Esses fatores consolidaram um cenário de limites e possibilidades para a manutenção ou revisão do modelo inicial.

Sendo assim, ao percebermos que o processo de mudança se deu de forma mais abrangente, tivemos que deslocar um pouco o corte cronológico, entendendo que o processo se consuma na década de 1990, mas na segunda metade da década anterior o processo se inicia, demonstrando que os elementos motivadores não se restringiam aos anos de 1990. Caso não observássemos esse período anterior, seria difícil considerar o porquê do processo de mudança –pelo menos nas resoluções do partido– se iniciar no 5º encontro do PT no ano de 1987. Como poderíamos justificar o fato da necessidade de políticas de alianças ser percebida a partir desse momento? Se as mudanças do PT, por exemplo, se iniciaram antes dos governos neoliberais no Brasil, sobretudo sua revisão em relação a institucionalidade, e antes da reestruturação produtiva gerar o seu impacto sobre o mundo da produção, seria provável que esses elementos não constituíssem os únicos fatores do processo de mudança.

Como afirmamos anteriormente, ao longo do trabalho percebemos que existia um maior número de pressupostos que motivaram as transformações, que por sua vez nos levaram a perceber maior abrangência temporal do processo.

Outro ponto importante é que embora ainda não constituísse uma tradição definida — pois era o resultado da convergência de diversas tradições, que tinham expectativas de disputar os sentidos da transição e não reconheciam nas correntes tradicionais agentes possíveis para a sua representação — o PT constituía mais um movimento do que um partido que expressasse uma cultura política. Porém, isso não significa que não existiam referências às tradições anteriores, no entanto, elas não eram definidoras de uma identidade partidária. Os sentidos e representações sobre o PT ainda estavam em disputa.

Todavia em seu percurso o PT mantém características herdadas dos elementos fundadores. O PT manteve uma postura pragmática, que em muito o aproximava das tradições do movimento sindical brasileiro; nunca deixou de ser basista; embora modificando ao longo da sua história as formas de relação com as bases; não rompendo em certa medida com a *opção pelos pobres* do Cristianismo de Libertação, além de uma constante desconfiança da institucionalidade. Sua identificação com a classe trabalhadora; embora seu sentido de trabalhador tenha se expandido; demonstra que não cortou totalmente os laços com o proletariado tão importante para as tradições revolucionárias. Essas marcas fazem parte do código genético do partido, mas não são as únicas chaves que nos permitem interpretar a identidade do PT, no entanto, são traços importantes, diríamos fundadores de sua cultura política.

Para nós, o PT foi construindo sua identidade política respondendo aos limites e aproveitando as janelas de oportunidades; ampliou pragmaticamente os elementos constituintes de sua narrativa sem rejeitar seus pressupostos como fizeram outras tradições da esquerda em seus processos de mudança ao longo da história. A partir dos compromissos fundamentais com a classe trabalhadora, democracia e socialismo, o PT foi ficando mais popular, mais republicano e comprometido com a cidadania, mais estatista como forma de resposta ao modelo neoliberal, assim como mais nacional.

Acreditamos que o PT além de se adaptar ao sistema político formal; passando a valorizar sua participação no sistema político e eleitoral; também assimilou normas e valores presentes em outras tradições que não participaram do seu momento de fundação. Esse processo de assimilação foi pautado pelo seu pragmatismo, pois não resultou também de nenhum tipo de adesão doutrinária, mas sim, do uso de ferramentas para os seus embates, a partir da percepção do deslocamento das contradições. É inegável para nós o forte senso de oportunidade dos petistas e isso em certa medida era possível devido a sua flexibilidade a sua rejeição a dogmas estratificadores de sua formulação e ação. Se antes a narrativa do PT era voltada para segmentos restritos da sociedade, na medida que foi se afirmando como alternativa de poder, ele foi voltando seu discurso para um público mais amplo.

Alguns aspectos da trajetória petista são interessantes e merecem nosso destaque, pois confirmam o êxito do partido no sentido de desdobrar resultados para além das performances eleitorais. O PT desde o período de transição do regime autoritário para o democrático, sem sombra de dúvida, foi o partido com maior influência na sociedade civil

organizada, participou através dos seus militantes da construção de diversos movimentos sociais que marcam a história recente brasileira, como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O PT foi o único partido que cresceu em todos os processos eleitorais de 1982 a 2006, quando sofreu seu primeiro recuo eleitoral como consequência da crise conhecida como *Mensalão*. Conseguiu constituir uma base eleitoral estável demonstrado nas pesquisas ser a preferência de algo próximo de 25% do eleitorado. Apesar do refluxo das tradições de esquerda em todo o mundo, o PT permaneceu crescendo em um momento de crise dessas narrativas. Outro ponto interessante é que o trabalhismo e o comunismo eram tradições fortemente enraizadas na sociedade brasileira e é interessante o fato do PT em seu percurso suplantar tradições que na largada eram inegavelmente muito mais fortes. Não foi elemento de nossa análise, comparar no mesmo percurso histórico as estratégias das legendas de esquerda e produzir juízos sobre as diferenças, mas não podemos negar que analisar a questão não deixa de ser intrigante. A estratégia assumida pelo partido dos trabalhadores permitiu ao PT suplantar simultaneamente as duas potências tanto no plano social, como institucional.

Para nós, a flexibilidade do partido, seu pragmatismo, sua aversão a dogmas, permitiram ao PT assumir novos códigos quase sem traumas.

Não podemos encerrar nossa reflexão sem considerar os limites do nosso trabalho. Embora desde o seu princípio tentemos demonstrar um nível de identidade cultural do Partido dos Trabalhadores que nos permitisse apresentar o PT como uma cultura política específica, mas que se construiu através da assimilação de códigos presentes na cultura brasileira, o que por sua vez nos colocou a centralidade de perceber o como se deu esse processo de construção. Sabemos que do ponto de vista metodológico esbarramos em sérios limites. Como dissemos, fizemos a opção de analisar as resoluções de encontros e congressos do partido, pois significavam para nós os resultados dos processos vividos pelo PT. No entanto, essa abordagem nos oferece poucas formas de acesso às nuances da realidade da cultura política em seu funcionamento. Sendo assim, alguns dos valores culturais que seriam muito melhor percebidos no cotidiano (patrimonialismo, conciliação, autoritarismo, etc.) não tivemos condições de oferecer uma abordagem satisfatória. Nos coube demonstrar de forma genérica e às vezes indireta, como o partido formulou sobre determinados temas, ou perceber como suas concepções tangenciavam tais valores. Questões como diferenças entre regiões, base e direção, militante e eleitor, comportamento eleitoral do partido, diferenças entre momentos eleitorais e o cotidiano, relação do partido com os movimentos e com a institucionalidade, o

papel dos intelectuais no partido — o que para alguns intérpretes constituiu um segmento social que aderiu ao partido — não foram observadas de maneira satisfatória. Sabemos da pluralidade do PT em todas as dimensões, sabemos que os processos de mudança não foram pautados pelo consenso, mas tendo em vista que é sempre necessário se fazer uma escolha, neste primeiro momento optamos analisar os processos nos seus resultados e para isso os documentos são fontes fundamentais.

Por fim esperamos ter demonstrado como se deu o processo de mudança fisionômica do PT; como o partido fez seu percurso sobre a linha tênue entre desejo de mudança e adaptação à ordem. Como o PT assimilou valores de outras tradições, mas sem perder a marca da sua diferença. Não foi nossa intenção neste trabalho fazer uma análise triunfalista do PT, nem fazer uma leitura negativa que colocasse a pecha no partido de traição ou negação do seu dever histórico. Desde o início, nossa intenção foi compreender o fenômeno de mudança do partido que para o bem e para mal se tornou macunaimamente brasileiro. Entre as diversas tradições de esquerda que disputaram os rumos da recente política brasileira, foi o único que mesmo sem querer se tornou *moreno*.

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel; O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedades**. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2005.

AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: Jorge Ferreira. **O Populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. Novos Estudos. São Paulo, v 33, n. 7, p. 33; Novembro 2011

ANTUNES, Ricardo. **Adeus Trabalho**. Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Impasses e Desafios: a crise e os sindicatos. Teoria e Debate. São Paulo: Perseu Abramo. 1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/impasses-e-desafios-crise-e-os-sindicatos&page=0,1>>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

BERSTEIN, Serge, A Cultura Política. In: Rioux; Sirinelle. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Cultura políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOCCHINO, Maria Otília. Cinco anos da T&D: imprensa petista a festa do abacate. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, Fev-Abr/1993. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/cinco-anos-de-td-imprensa-petista-festa-do-abacate>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

BORDIN, Luigi. **O marxismo e a Teologia da Libertação**, Editora Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1987.

BETTO, Frei. Quando o Vaticano golpeia. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, Setembro/1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/quando-o-vaticano-golpeia>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: editora 34, 2015.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A Militância de Esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da teologia da libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

CARVALHO, Aplônio. Correntes internas do PT- Momento de Exclusão. **Teoria & Debate**. São Paulo: Perseu Abramo. 1989. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/correntes-internas-do-pt-momento-de-exclusao&page=0,5>>. Acesso em 12 de Janeiro de 2016.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. À beira da falésia. A História entre certezas e Inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COCCO, Giuseppe. Democracia e Socialismo na Era da Subsunção Real: *a construção do comum*. In: CARCOVA, Carlos Maria; COCCO, Giuseppe; GUIMARÃES, Juarez; GENRO, Tarso. **Mundo Real, socialismo na era pós-neoliberal**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Editora Cortez. 2008

DA MATTA, Roberto. **Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.

DUTRA, Olívio. Orçamento Participativo e Socialismo. In: FERREIRA, Francisco (org.). **Socialismo em Discussão**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ERUNDINA, Luíza. Sem medo de ser governo. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, julho/ 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/sem-medo-de-ser-governo>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 2 Volumes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua História**. Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALVÃO, Alexandre. COCCO, Giuseppe. SILVA, Geraldo. **Capitalismo Cognitivo. Trabalho, Redes e Inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GASPARI, Élio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUIMARÃES, Juarez. A crise do romance de formação do PT. In: GUIMARÃES, Juarez. **Esperança Crítica**. São Paulo: Scriptum, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro. Editora FGV; 2005.

GOMES, Angel de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Populismo e Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua história**. Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. A Liberdade das Cidades. In: CARTA MAIOR (Org) **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Debates e espaços. In: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: editora Companhia das Letras. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: 2006.

KECK, Margaret E. **PT-A Lógica da diferença**. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2010.

LACLAU, Ernesto. **Razão Populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964...

MARTINHO, Francisco. A Armadilha do Novo: Luís Inácio Lula da Silva e uma Esquerda que se Imaginou Diferente. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das**

**Esquerdas no Brasil**, 3 volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

MATTOSO, Jorge. **Brasil Desempregado**. Como foram destruídos 3 milhões de empregos no Brasil nos anos 90. São Paulo: Perseu Abramo, 1999

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de um Partido 1979-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PORCHMANN, Marcio. A Sociedade pela qual se Luta. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio. **Brasil entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

PAULO, Ana Fani. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

PAVAN, Rosiver. Debate: Trabalhadores -“sem atalhos”. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1992. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/debate-trabalhadores-sem-atalhos-0&page=0,1>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

PEDROSA, Mario. **Perseu História, Memória e Política**. São Paulo: Perseu Abramo, nº 1, ano I, p.112; dezembro de 2007.

PERES, P. S. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 21-48.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

QUADROS, Waldir. **Classes Sociais e Desemprego no Brasil nos anos de 1990**. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos Ideologias e Composição Social**. São Paulo: Edusp, 2002.

ROSSETTO, Miguel. A proposta do movimento sindical. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1994. Disponível em :<

<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/proposta-do-movimento-sindical>  
>. Acesso em 13 de outubro de 2015

SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTA-SÉ, João Trajano; Um Encontro em Lisboa. O Novo Trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **História das Esquerdas no Brasil**, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

SECCO, Lincon. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Vamos mostrar que não se brinca com 140 milhões de pessoas. **Perseu História Memória e Política**. São Paulo: Perseu Abramo. nº 8, ano 6, junho de 2012.

SINGER, André. **O Sentido do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do Século XX: abordagens histórica e configurações históricas. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (ORG). **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

STÉDILLE, João Pedro. O MST e a luta pela terra. **Teoria e Debate**. São Paulo: Perseu Abramo, 1994. Disponível em: <  
<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/o-mst-e-luta-pela-terra>>. Acesso em 18 de outubro de 2015.

VICENTINHO. Greve tem hora. Teoria e Deabe. São Paulo: Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/greve-tem-hora&page=0,2> > Acesso em 13 de outubro de 2015.